UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

FELIPE TADEU BELITZ RUIZ

**Efeitos do enlace da homossexualidade masculina e do HIV/Aids no
laço social contemporâneos em ambientes virtuais de paquera**

**São Paulo
2021**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

FELIPE TADEU BELITZ RUIZ

Efeitos do enlace da homossexualidade masculina e do HIV/Aids no laço
social contemporâneos em ambientes virtuais de paquera

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Prof. Associada Miriam Debieux Rosa

Linha de pesquisa: Investigações em Psicanálise

**São Paulo
2021**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Belitz Ruiz, Felipe Tadeu

Efeitos do enlace da homossexualidade masculina e do HIV/Aids no laço social contemporâneos em ambientes virtuais de paquera / Felipe Tadeu Belitz Ruiz; orientadora Miriam Debieux Rosa. -- São Paulo, 2021.

181 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. HOMOSSEXUALIDADE. 2. HIV. 3. PSICANÁLISE E CULTURA. 4. REDES SOCIAIS. I. Debieux Rosa, Miriam, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Felipe Tadeu Belitz Ruiz

Efeitos do enlace da homossexualidade masculina e do HIV/Aids no laço social contemporâneo em ambientes virtuais de paquera.

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Clínica.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida orientadora, Miriam Debieux, por todo o acolhimento. Que privilégio ter tido este percurso orientado por você, com toda a confiança e ternura tão características da sua forma de conduzir. Quanta coisa pude aprender, e não só no âmbito acadêmico. Eu entrei neste processo a admirando e saio a admirando ainda mais.

Agradeço ao programa por todo o suporte. Em especial, à Cláudia, por toda a sua prestatividade de sempre.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

Agradeço e dedico este trabalho aos meus pais, Rosana e Roberto, que me suportaram – no duplo sentido do termo – durante todo o meu percurso de mestrado, e de vida, com todo o amor do mundo. Agradeço e dedico este trabalho às minhas amadas avós, Deolinda e Iraci pelo constante orgulho ao falar de mim e por todo mimo. Agradeço e dedico este trabalho à Carla, sem sobrenome, dada a obviedade de quem se trata, por sempre me defender de mim com todo o amor, comigo nisso desde o dia 1 (a ideia de fazer a pesquisa veio de uma conversa com ela). Sem vocês este percurso não seria possível. Esse trabalho é de todos nós.

Agradeço a Nadir Lara Junior e Eduardo Leal Cunha, a banca escolhida, com quem pude ter trocas generosas e atenciosas.

Agradeço à Ilana Mountian, pela aposta de sempre e pela admiração e amizade construída desde a nossa primeira conversa.

Agradeço aos amigos do núcleo de Psicanálise, Sociedade e Política, por todo o suporte, toda a trocas e inspirações que iniciavam na Universidade e seguiam na vida. Um abraço especial, Gabriel Binkowski, Patrícia Ferreira, Raonna Martins, Ilana Mountian, Joana Primo, Priscilla Santos, Enzo Pizzimenti e Ivan Estevão, pessoas que admiro muito e com os quais tive a sorte de poder trocar.

Agradeço aos amigos que o processo de mestrado me deu. Meu presente desde o início, Elaine Hara, por todas as cervejas e desesperos e risadas e companheirismo que é tão

nosso. Você foi meu presente de boas-vindas, e segue presente nas boas vidas. E o Estanislau, por todo nosso empenho em juntos nos tornarmos mestres (Pokemon).

Agradeço a todos os amigos de vida que, em algum momento dessa viagem, pularam no barco comigo e enfrentaram junto algumas das tempestades. Do ABC: Brenda e Isaías, por acreditarem e incentivarem desde sempre, e por todas as cervejas, trocas e preciosas interlocuções. Da vida: Bruno Nauta, por sempre me lembrar que eu consigo; Mariana e Thiago, pela empolgação e disponibilidade em escutar as minhas sandices; Carol Semin, pela admiração e dádiva que é ter você do meu lado; Dayana, por toda a boa vontade em me ajudar sem nem me conhecer pessoalmente; Da escola: Gabriela Pelúcia, por todo o carinho e ternura de sempre.

Conforme prometido (sem pressão alguma), agradeço, em um parágrafo único, à Ana Paula, minha patinha, por toda a ajuda, toda a risada, e pelo gás em escrever, sabendo que você chegaria a qualquer momento para me agraciar com a sua presença.

Agradeço ao meu Alecrim Dourado, meu gatinho, que me ajudou, também, a não ter um processo solitário de escrita.

Por fim, agradeço a todos os que estiveram juntos comigo nesta trajetória.

EPÍGRAFE

“Beleza, limpeza e ordem ocupam claramente um lugar especial entre as exigências culturais. (...) O fato de a civilização não considerar apenas o que é útil já se mostra no exemplo da beleza, que não desejamos ver excluída dos interesses da civilização. A vantagem da ordem é evidente (...) podemos conjecturar que esse nexos não era inteiramente desconhecido antes da época de prevenção científica das doenças. Mas a utilidade não explica de todo esse empenho; algo mais tem de estar em jogo”

Freud – O mal-estar na civilização

“Insiste em acreditar que está jogando o jogo e quando vê, é o jogo que está jogando você. (...) O jogo é traiçoeiro e confundiu a minha crença, já não sabia se eu era parte da cura ou da doença”

Pitty - Contramão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Apresentação.....	13
Justificativa de nossas hipóteses.....	14
Uma inquietação psicanalítica: sofrimento no laço social.....	17
Objetivos.....	20
Objetivo Geral.....	20
Objetivos específicos.....	20
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	21
1.1 Aspectos epistemológicos: o desenho de pesquisa.....	21
1.1.1 Psicanálise Implicada	27
1.1.2 Algumas especificidades do discurso médico.....	32
1.1.3 Aspectos do laço social contemporâneo: um recorte do Outro.....	38
1.2 Procedimentos de Pesquisa.....	44
2. “HOMOSSEXUALIDADE” E HIV/AIDS: ENLACES DISCURSIVOS.....	51
2.1 A sexualidade como dispositivo de controle.....	52
2.1.1 A sexualidade enquanto dispositivo: Foucault	53
2.1.2 (homos)sexualidade em Psicanálise e seus impasses.....	57
2.1.3 As doenças venéreas em Freud e o HIV/Aids na Psicanálise.....	65
2.2 A homossexualidade como produção discursiva.....	70
2.2.1 A construção da homossexualidade como identidade.....	72
2.2.2 As resistências e a irrupção do HIV/Aids.....	80
2.2.3 O HIV/Aids e seus dispositivos de controle: a produção de uma homossexualidade domada.....	86
3. O HIV/AIDS COMO MEDIADOR DE RELAÇÕES “HOMOSSEXUAIS” EM REDES SOCIAIS DE PAQUERA: “SE ENCAIXA NA DEFINIÇÃO DE PARCEIRO IDEAL OU NÃO SERVE?”	94
3.1 As articulações significantes na construção de perfis e o HIV/Aids como presença simbólica.....	95
3.1.1 Identificação Simbólica como um aspecto superegóico: “Higiene em primeiro lugar”.....	101
3.1.2 Ideal de Eu e Supereu em torno da identificação simbólica.....	106
3.2 O HIV/Aids e a busca por “semelhantes” em perfis iniciais: Uma questão de identidade?.....	116

3.2.1 Indicadores identitários em perfis iniciais: HIV+ e a busca por “semelhantes” no laço de paquera.....	118
3.2.2 As construções identitárias e a marcação como outro.....	130
 4. AMARRAÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS FRENTE A ARRANJOS DISCURSIVOS NO LAÇO SOCIAL: “AIDÉTICOS TAMBÉM ESCOLHEM, VERME”.....	140
4.1 O Desamparo Discursivo e laço social: incidências narcísicas.....	145
4.2 Uma leitura clínico-política: posições no laço social.....	153
 5. (IN)CONCLUSÕES	166
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172

Ruiz, F.T.B. (2021) **Efeitos do enlace da homossexualidade masculina e do HIV/Aids no laço social contemporâneo em ambientes virtuais de paquera**. 181p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo averiguar um dos possíveis efeitos atuais do enredamento cultural e discursivo do HIV/Aids com a homossexualidade masculina no laço social. Verificamos a forma como a doença se faz presente em produções textuais para apresentação inicial em ambientes virtuais voltados para a paquera entre homens, a saber, por meio dos aplicativos *Scruff* e *Tinder*. Partimos da hipótese de que tal atrelamento discursivo, estabelecido desde a década de 80, que reatualizou elementos pejorativos e segregativos que já haviam sido produzidos em torno da homossexualidade, ainda segue operando em relações contemporâneas. Nosso objetivo consistiu em, a partir de levantamento histórico acerca dos dois termos em questão, propor uma análise de enunciados disponíveis nos ambientes virtuais, importante meio de relações na atualidade, a fim de verificar possíveis conexões discursivas e históricas operantes ali. Foi possível verificar, desde o início, que o HIV/Aids aparece nestes locais de diversas formas. A apreciação de nossos achados se deu com base em elementos da teoria psicanalítica freudiana e lacaniana, de forma que sustentamos uma elaboração destes por meio de duas chaves de leitura a partir de um diálogo com o conceito de identificação: uma a partir de sua modalidade simbólica, e outra, imaginária. Mais especificamente, em nosso campo pudemos verificar que se sustentam 1) a incidência de ideais que remetem ao enlace discursivo entre a homossexualidade masculina e a doença e 2) aspectos identitários em torno da soropositividade. Por fim, encerramos o percurso indicando questões a partir de um viés clínico-político, de possíveis produções de sofrimento, segregação e silenciamento, relacionadas às produções textuais verificadas, na medida em que remetem à história de nosso tema de pesquisa.

Palavras-Chave: HIV/Aids, Homossexualidade, Psicanálise e Cultura, Redes Sociais

Ruiz, F.T.B. (2021) **Effects of the entanglement between male homosexuality and HIV/AIDS on the contemporary social bond in virtual dating environments.** 181p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ABSTRACT

This research aimed to investigate one of the possible current effects of the cultural and discursive entanglement of HIV/AIDS with male homosexuality in the social bond. We verified how the disease is present in textual productions for initial presentation in virtual environments destined for dating between men, namely, through the Scruff and Tinder applications. We started from the hypothesis that such discursive linkage, established since the 1980s, which updated pejorative elements that had already been produced around homosexuality, still continues to operate in contemporary relationships. Our objectives consisted in, from a historical search about the two terms in question, to propose an analysis of utterances available in virtual environments, an important means of relations nowadays, in order to verify possible discursive and historical relations operating there. It was possible to verify, from the beginning, that HIV/Aids appears in these places in different ways. The analysis of our findings was based on elements of Freudian and Lacanian psychoanalytic theory, so that we supported an elaboration of these through two reading keys within a dialogue with the concept of identification: one from its symbolic modality, and another, imaginary. More specifically, in our field we could verify 1) the incidence of ideals that refer to the discursive link between male homosexuality and the disease and 2) identity aspects around seropositivity. Finally, we ended our research by pointing out questions from a clinical-political bias, of possible productions of suffering, segregation and silencing, related to the verified textual productions, as they refer to the history of our theme.

Key-Words: HIV/Aids, Homosexuality, Psychoanalysis and Culture, Social networks

Ruiz, F.T.B. (2021) **Efectos del vínculo entre la homosexualidad masculina y el VIH/SIDA en el lazo social contemporáneo en ambientes virtuales de citas**. 181p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo descubrir posibles efectos sobre el entrelazamiento cultural y discursivo del VIH/SIDA con la homosexualidad masculina. Verificamos cómo aparece una enfermedad en producciones textuales para presentación inicial en ambientes virtuales orientados a cita entre hombres, es decir, a través de dos aplicaciones Scruff y Tinder. Partimos de la hipótesis de que este entrelazamiento discursivo, establecido desde la década de 1980, que actualizó elementos peyorativos y segregantes que ya se habían producido en torno a la homosexualidad, sigue operando en las relaciones contemporáneas. Nuestro objetivo es, a partir de un relevamiento histórico de los dos términos en cuestión, analizar los enunciados disponibles en entornos virtuales, un medio importante de las relaciones actuales, a fin de verificar las posibles relaciones discursivas e históricas que allí operan. Es posible comprobar, desde el principio, que el VIH/SIDA se presenta de diferentes formas. La análisis de nuestras informaciones se basa en elementos de la teoría psicoanalítica freudiana y lacaniana, por lo que apoyamos una elaboración de estas a través de dos claves de lectura de un diálogo como concepto de identificación: la de su modalidad simbólica, y la otra, imaginaria. Más concretamente, en nuestro campo podemos comprobar 1) la incidencia de ideas que hacen referencia al vínculo discursivo entre la homosexualidad masculina y la enfermedad y 2) aspectos identitarios en torno a la seropositividad. Finalmente, cerramos con la indicación de temas desde un punto de vista clínico-político, a partir de posibles producciones de sufrimiento, segregación y silenciamiento, relacionados con producciones textuales verificadas, a medida que recordamos la historia de nuestro tema de investigación.

Palabras clave: VIH/SIDA, homosexualidad, psicoanálisis y cultura, redes sociales

INTRODUÇÃO

Esta introdução objetiva apresentar os eixos iniciais para a construção da presente pesquisa, na direção de demonstrar o caminho que percorremos para abrir as questões que nos propusemos a levantar com esse trabalho. Para tal, realizamos uma apresentação geral do que abordaremos nos próximos capítulos, bem como reflexões acerca do ponto de partida de nossa questão de pesquisa, finalizando com nossas justificativas e com uma explanação geral de nossos objetivos.

Apresentação

Nosso percurso de pesquisa teve origem em uma escuta do pesquisador, acerca de algo que se apresentava como uma dissonância, como incômodo, a cada vez que ocorria. Com o tempo, materializou-se o desejo e a necessidade de estudar o tema proposto, que exploraremos nesta introdução. Tais escutas ocorriam em mesas de bar, encontros e em algumas passagens de atendimentos clínicos em consultório. Trata-se de um percurso maior do que o tempo efetivo de pesquisa de mestrado. Trata-se de uma inquietação de longa data.

As inquietações que levaram à produção desta pesquisa, desde o início correspondiam à forma como, muitas vezes, a questão do HIV/Aids aparecia sob determinadas formas - às vezes culpabilizante, às vezes amedrontada, dentre outras. Isso permitiu que se constituísse um incômodo, visto que a doença aparecia localizada e fortemente relacionada à homossexualidade masculina, enredamento sobre o qual, em uma de suas facetas, trata este trabalho. O início da formulação da questão ocorreu com base no pouco conhecimento que eu dispunha sobre o assunto até então, e também em função da reflexão em torno das diversas formas de prevenção disponíveis e de que não havia mais um grupo específico para a doença – elementos que contrastavam e instigavam uma investigação mais ampla.

A cada capítulo lido e a cada nova leitura acerca da complexa forma como a doença se desenrolou na cultura e historicamente, a questão foi tomando forma, na direção de um conciso enlaçamento entre o que seria uma homossexualidade masculina e o HIV/Aids. Dentre essa complexidade, se evidenciou que tal relação ainda se mostrava

operante e marcada culturalmente. A partir disso, surgiram algumas perguntas: O que significava a doença em termos culturais? Trata-se apenas de um quadro orgânico? Se não, o que se significaria como diagnóstico para além de uma doença orgânica? Quais seriam os efeitos subjetivos disso? Estes foram os pontos iniciais de nosso percurso, que culminaram na elaboração de nossa pesquisa, seus objetivos, hipóteses e em nossa escolha de campo, que apresentaremos brevemente a seguir.

Frisamos que a temporalidade indicada como “iniciais” não se trata de algo cronológico, mas como uma forma de possibilitar o registro de um processo longo e escrito. As questões expostas aqui, se mantiveram e se modificaram, de modo que se trata da tentativa de dizer de algo que teve um determinado início, mas que se desenhou durante todo nosso percurso e que, sobretudo, aponta para futuros desenvolvimentos.

Justificativa de nossas hipóteses

Inicialmente, privilegiamos a realização de uma varredura histórica acerca do que foi produzido acerca de diversos discursos, tanto quanto à homossexualidade masculina, quanto acerca do HIV/Aids, especialmente nos primeiros anos após sua nomeação e, assim, verificar entrelaçamentos discursivos entre a doença e a homossexualidade masculina.

A partir disso, foi possível delinear o objetivo da presente pesquisa, que consistiu em averiguar a concisa relação discursiva estabelecida na cultura, a partir do discurso moral e científico em torno da relação entre a homossexualidade masculina e o HIV/Aids, desde a aparição do HIV/Aids no Brasil (PAIVA, 2000; PERLONGHER, 1987b; SIMÕES, 2018). Constadas algumas facetas da questão, chegou-se ao objetivo de se esboçar e indicar incidências subjetivas desse movimento em alguns sujeitos e agrupamentos culturalmente envolvidos com o fenômeno, na atualidade, em suas vivências no laço social.

Tanto a construção e circunscrição de nossa questão, quanto a de nosso referencial teórico e metodológico, nos levaram à direção de nossa hipótese de trabalho: de que a forma como o HIV/Aids, cultural e discursivamente enlaçado com uma suposta homossexualidade masculina a partir de vários discursos, poderia constituir um dispositivo operante na atualidade presente nas relações entre homens, mais especificamente, em relações virtuais, tão comuns na contemporaneidade. Isso, em um

contexto em que uma suposta figura homossexual unificada, se estabeleceu desde o século XIX, como algo da ordem do desvio, inclusive pelas discursividades médica/científica e moral (COSTA, 1992; COSTA, 1994; PLUMMER, 1981).

Pretendemos, então, verificar aspectos atuais em torno da homossexualidade, tomando-a como uma produção histórica, em nada essencial ou natural. Dessa forma, nos valem da noção de que a nomeação da homossexualidade, no século XIX, produziu uma imagem discursiva em torno de si. Nesse sentido, diversos autores, utilizados na presente pesquisa, afirmam a necessidade de estudos que entendam tais rótulos como produções históricas, na direção de questioná-los e, até, desnaturalizá-los (FRY, 1982; FRY; MACRAE, 1991; HAWKING, 2007; MCINTOSH, 1968; PLUMMER, 1981; WEEKS, 1981).

Tal produção não ocorreu sem efeitos sociais, como, por exemplo, a criação de estereótipos e apropriações subjetivas que afetam, até os dias atuais, vivências no laço social. O HIV/Aids, assim, se estabeleceu como um dos elementos incidentes em tal processo, como mais um dos sentidos aglutinados de forma pejorativa e segregativa – por exemplo, fortalecendo noções em torno de uma promiscuidade (COSTA, 1992; PELÚCIO, 2009; PLUMMER, 1981). Tal estereótipo em torno do HIV/Aids ainda opera atualmente, e consiste em um dos elementos de mal-estar que aparecem junto com outros medos e ansiedades que o rótulo da homossexualidade promove àqueles que ali se identificam ou se veem colocados no laço social (COSTA, 1992; PAIVA, 2000; PELÚCIO, 2009; ROSSI-BARBOSA, 2014; SIMÕES, 2018). Isso se fortaleceu especialmente dado o terror e paralisia estabelecidos em seu momento inicial de descoberta, que facilitou um determinado curso cultural e social muito forte em torno da doença (PAIVA, 2000; SIMÕES, 2018).

Além disso, vale observar que estudos recentes revelam que sentimentos de “medo”, “vergonha” e “culpa” muitas vezes aparecem relacionados ao tema, e a influência de aspectos metafóricos que, muitas vezes, impedem ou tornam mais difíceis o processo de busca por testagem, diagnóstico, adesão ao tratamento e, até mesmo, a prevenção (ALMEIDA ; LABRONICI, 2007; GONÇALVES et al, 2011; LEAL et al, 2015; OLTRAMARI; CAMARGO, 2010; PASCHOAL et al, 2014; SILVA, 2012; SOARES; BRANDÃO, 2013; SOUSA et al, 2014 e ZAMBENEDETTI; SILVA, 2015). Elementos mais recentes que se assemelham e podem estar associados ao sentimento de paralisia e terror inicial, propulsionado pela divulgação do HIV/Aids na mídia e pela tratativa da prática médica (PAIVA, 2000; PERLONGHER, 1982; SIMÕES, 2018).

A partir disso, desde já pontuamos que o uso dos termos “homossexual” e “homossexualidade” serão utilizados no presente trabalho de acordo com Costa (1992), para designar algo produzido pelo discurso médico/científico. Utilizaremos, então, o termo homoerotismo, também de acordo com o autor, como uma tentativa de desessencializar os primeiros, trazendo a noção, para o campo da prática, como algo descritivo que se refere às relações eróticas entre homens, fenômeno em torno do qual foram construídas e aglutinadas diversas noções e sentidos sociais. No segundo capítulo, tal escolha será tratada de forma mais aprofundada, em conjunto com outros fatores que nos permitem abordar a materialidade de tal enredamento discursivo.

Em nosso processo de desenho da pesquisa, levamos em conta a importância de partir de elementos disponíveis no presente, tomados como um direcionamento a ser utilizado na busca de construções pré-existentes, que, conforme Foucault (1984/2011), têm o potencial dar luz à forma como estas permitiram que se organizasse o cenário discursivo e cultural atual.

Nessa direção, nosso objetivo consistiu em verificar um dos diversos aspectos políticos engendrado pelo HIV/Aids (ALTMAN, 1995). Mais especificamente, nosso objetivo se voltou para verificar possíveis efeitos de tal enredamento discursivo em relações entre homens na atualidade, estabelecidas a partir de redes sociais.

Diversos estudos apontam que espaços virtuais constituem uma importante face do laço social de paquera contemporâneo. Nossa aposta de escolha por tais locais ocorreu a partir de diversos estudos que indicam tipologias operantes em tais laços sociais de maneira mais capilarizada, bem como aspectos de recorrência de facetas já apontadas como próprias à homossexualidade, como a operação de diversas situações de segredo, por exemplo, expressas em redes sociais sob forma de “sigilo”. Finalmente, nossa escolha ocorreu com base na presença do HIV/Aids em tais aplicativos, desde a entrada até sua incidência como um dos elementos pelos quais ocorrem identificações e apresentações nos aplicativos – por exemplo, cita-se a existência de campos referentes à sorologia ao HIV/Aids, data da realização de exames de testagem e a opção de detalhar métodos de tratamento adotados. Assim, julgamos relevante operar uma pesquisa neste ambiente, frutífera para averiguar aspectos da forma atual como tem operado o enredamento discursivo proposto para este trabalho (BONFANTE, 2016; CATRINCK, 2019; MISKOLCI, 2017; ZAGO, 2013).

O possível *continuum* cultural entre HIV/Aids e homossexualidade é relevante, pois, apesar de avanços na desconstrução da rigidez de tal associação, estudos apontam

que se mostra ainda de forma acentuada, podendo incidir sobre uma significação moral em referência à suposta figura homossexual. Assim, nas relações que se estabelecem a partir dela, mantém estigmas, e influencia, inclusive, no que diz respeito à prevenção. (COSTA, 1992/1994; PLUMMER, 1981; PAIVA; PUPO; BARBOSA, 2006; ZUCCHI, PAIVA; FRANÇA JR., 2013). Os desenvolvimentos brevemente explorados até aqui serão devidamente desdobrados no decorrer da dissertação.

Em suma, pretendemos averiguar um dos efeitos possíveis das construções, discursivamente constituídas no decorrer da história, que enlaçaram HIV/Aids e homossexualidade masculina, tendo como horizonte a hipótese de que ainda operem em relações contemporâneas em ambientes sociais de paquera, que elegemos como campo de verificação do laço social atual.

Uma inquietação psicanalítica: sofrimento no laço social

Frente ao exposto acerca do enlace entre a homossexualidade masculina e o HIV/Aids, apostamos na importância da realização de uma pesquisa que tivesse como objetivo a elucidação de aspectos sociais e políticos em torno de tal enredamento cultural. Especialmente quanto às diversas noções pejorativas operantes em torno da questão que se mostraram evidentes, ponderamos que possa haver alguma produção de sofrimento que adviria deste aspecto de vivência no laço social. Frente a tal, apostamos na importância de uma leitura psicanalítica a respeito do assunto, que levasse em conta construções sociais em que os sujeitos se inserem e que possam incidir nas relações que nelas se constroem.

Partimos de preceitos fundados em uma leitura social da Psicanálise, como a vivência da sexualidade e seus potenciais sofrimentos provenientes de amarrações rígidas da cena cultural (FREUD, 1908/1996) e do mal-estar (FREUD, 1930/2011) gerado pela vivência em cultura. Isso se relaciona com a organização de uma cena social que atribui lugares de potencial sofrimento aos envolvidos, em que alguns agrupamentos difundidos em diversas formas discursivas podem se relacionar a excessos, culminando em operações de marginalização e sofrimento sociopolítico, nos termos de Rosa (2018). Assim, abordamos a questão a partir da noção de uma ética psicanalítica que se ocupa, justamente, de manter as singularidades, em detrimento do que se evidencia como

discurso opressor em vigência, que tem como foco uma coletividade unívoca e um único modo de vida possível (LACAN, 1959-60/2008).

Almejamos verificar elementos clínico-políticos potenciais promotores de sofrimento, dada a forma como as questões em torno do HIV/Aids e da homossexualidade masculina se desenvolveram culturalmente, atrelando-os. Dado nosso percurso, podemos dizer que tal entrelaçamento parece permanecer em operação discursiva no laço social. Por meio da verificação da maneira como os elementos da doença aparecem na construção de perfis iniciais, visamos relacioná-los com elementos de nosso levantamento histórico que apontem para o laço social discursivo. Nossa metodologia será explicitada com maiores detalhes no próximo capítulo, porém, apresentaremos nos próximos parágrafos alguns elementos, dada a importância destes, inclusive, ao pensar nossa pesquisa e o referencial teórico utilizado para desenhá-la.

Para o presente trabalho, elegemos como problema de pesquisa aspectos estruturantes de determinado cenário no laço social, criado a partir da relação discursiva estabelecida entre a homossexualidade masculina o fenômeno HIV/Aids que, desde sua nomeação, acontece de uma maneira cultural própria. Olhamos para lugares de potencial sofrimento sociopolítico implicado aos envolvidos em tal articulação discursiva, a fim de verificar possíveis contribuições de uma leitura psicanalítica do fenômeno tanto à própria Psicanálise, enquanto teoria clínica, quanto a outros campos.

Para propor esta metodologia e desenhar a pesquisa, levamos em conta que a Psicanálise pode ser utilizada como uma maneira de olhar para fenômenos culturais e que, para tal, é necessário que se faça um recorte histórico que circunscreva a questão e seus desdobramentos. Deste modo, se promove o desenho claro do fenômeno a ser trabalhado, antes de ser possível pensar nas repetições, singularidades e restos, que são o que mais interessa à Psicanálise. Tais elementos, conforme supramencionado, devem ser bem delimitados e localizados para que a análise com base em aspectos psicanalíticos se empreenda por meio de um diálogo com tal recorte (MEZAN,2019; ROSA, 2018).

Levamos isso em conta em nosso percurso e em nossa averiguação de campo, de forma que tais repetições e pontos de fixidez foram recolhidos via articulações significantes extraídas dos perfis, incidentes no que entendemos como formas de identificação e apresentação perante o outro, para o estabelecimento de relação, inseridas na estruturação do laço social. Partimos nossa apreciação de nosso campo pelo dispositivo de análise de discurso baseado em conceitos e operadores psicanalíticos lacanianos, pelas

diretrizes indicadas por Parker (2005), tomando como horizonte um operador de leitura que privilegiasse alguma elaboração clínico-política a partir de nossos achados.

Levamos em conta que a operação cultural desses lugares pode ocorrer de maneira naturalizada, o que legitima aspectos de segregação e sofrimento relacionados às formas de identificação significantes, que são valorizados na hierarquia social de determinado contexto. A partir disso, muitas vezes, o sujeito pode ser destituído de seu lugar político e desejante, sendo levado a ocupar lugares com localizações rígidas no laço social (LARA JUNIOR et al, 2017; ROSA, 2018). Nesses termos, nossa leitura está em consonância com o proposto por Rosa (2018), do qual nos valem para construir nossa análise final, quanto à importância de que a Psicanálise se ocupe de “modos atuais de enredamento do sujeito nas estratégias de poder e seus impasses” (ROSA, 2018, p. 87). Assim, alguma elucidação a respeito desses lugares promotores de sofrimento sociopolítico, contextualizados historicamente, é de grande importância, bem como a forma como atuam na contemporaneidade.

Apostamos, então, na investigação e construção de contribuições por meio de um olhar psicanalítico, propostas no recorte sugerido para este trabalho. Isso, na direção de estabelecer possíveis diálogos com os saberes que têm tratado o assunto e, também, que possam favorecer, em alguma medida, aspectos da própria teoria psicanalítica e/ou à escuta clínica, que tem íntima relação com o sujeito singular inserido no laço social (MEZAN, 2019; ROSA, 2018).

Finalizando, concordamos com Mezan (2019), que por meio da pesquisa com operadores da Psicanálise, se faz possível a construção de “ferramentas para a inteligência de relações relevantes entre conteúdos psíquicos, ou entre estes e os mecanismos responsáveis por sua produção” (MEZAN, 2019, pp. 422-423). Processo, este, que também pode colaborar com relação à escuta psicanalítica de “pessoas de carne e osso” (MEZAN, 2019, p. 419) e outras possibilidades para que se pense as vivências na cena social.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar, sob um viés clínico-político, efeitos contemporâneos decorrentes do enlace histórico e discursivo da homossexualidade masculina com o HIV/Aids operantes em perfis iniciais de aplicativos de paquera virtual voltados para a busca entre parceiros homens.

Objetivos específicos

a) Levantar e delimitar, com base em diversas áreas do saber, elementos em torno do enlace discursivo da homossexualidade masculina e do HIV/Aids.

b) Verificar modos como o HIV/Aids aparece em perfis iniciais de aplicativos de relacionamentos voltados para homens que buscam homens, atualmente;

c) Analisar o material obtido, a fim de averiguar operações discursivas presentes no laço social por meio do conceito psicanalítico de identificação, sob uma ótica freudiana e lacaniana, em diálogo com nosso levantamento teórico.

d) Construir, a partir da análise realizada, uma discussão em torno de incidências clínico-políticas, e indicar possíveis modalidades de sofrimento que se evidenciem em nosso recorte de campo para apreensão de aspectos do laço social.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tem como objetivo elucidar os aspectos metodológicos de nossa pesquisa e construção da dissertação. Introduzida a nossa questão, detalharemos nas próximas linhas algumas considerações acerca de como nosso trajeto se desenhou desde o início de nosso percurso, passando por algumas considerações sobre a metodologia que escolhemos para pensar a pergunta sobre a qual nos debruçamos, a saber, alguns efeitos do enlace discursivo entre o HIV/Aids e a homossexualidade masculina. E, finalmente, descreveremos nosso procedimento de pesquisa, bem como nossas escolhas no que diz respeito à forma como analisaremos e sustentaremos as discussões propostas neste trabalho.

Nas palavras de Mezan, em referência a um termo musical (2019), “a análise sempre parte da percepção de uma nota dissonante que chama a atenção do analista” (p. 375), devendo ser seguida por uma maior delimitação de elementos que permitam circunscrever o fenômeno e, assim, verificar se aquilo que foi verificado é ou não fecundo a ser pesquisado. A partir disso, então, faz-se possível que se pense em hipóteses que partem de um referencial psicanalítico, levando em conta o inconsciente, ou seja, que haja relações operantes não visíveis naquilo que se evidenciou.

Seguindo tais etapas metodológicas, então, arquitetamos este trabalho de forma que neste capítulo discutiremos elementos em torno de algumas de nossas considerações epistemológicas e metodológicas que nos permitiu avançar a pesquisa em torno de nossa construção daquilo que pinçamos como nota dissidente; no próximo capítulo – de número 2 – explicitaremos aspectos do enlace discursivo que tentamos circunscrever em diversas áreas do saber; no capítulo 3, exploraremos alguns dos elementos verificados e escolhidos de nosso campo; no capítulo 4, discutiremos sob referencial clínico-político alguns elementos em torno de nossos achados e, finalmente, demonstraremos algumas de nossas (in)conclusões a partir da realização deste trabalho.

1.1. Aspectos epistemológicos: o desenho de pesquisa

Neste momento exploraremos alguns elementos discursivos presentes na teoria discursiva de Foucault e que possibilitaram que nossa questão fosse iniciada como algo em torno do qual uma pesquisa se justificaria. Apesar de falarmos, aqui, em um momento inicial de desenho da pesquisa, ressaltamos que este desenho e novas circunscrições em torno dele foram realizadas durante todo o nosso trajeto.

Desde seu “As palavras e as coisas”, de 1966, Foucault já pensava em uma análise de discurso, levando em conta a maneira como o saber se desenvolveu, especialmente quanto às ciências humanas. Desta forma, para o presente trabalho, elegemos alguns elementos de sua teoria discursiva que estavam presentes desde os momentos germinais da análise de discurso de Foucault. O primeiro destes aspectos consiste na arbitrariedade das palavras, na medida em que estas se referem às coisas, mas não as capturam; ideia que perpassa toda a teoria foucaultiana a respeito do que seria o discurso e suas características.

Para o autor (FOUCAULT, 1966/2016), o discurso consiste em um jogo de linguagem, em que as palavras se relacionam entre si, marcando diferenças e identidades. Historicamente, este processo se intensifica a partir do século XVII, marcando cada vez mais tal arbitrariedade; para o autor, houve uma mudança na forma como se constituía o saber, que cada vez menos é entendido como algo neutro. Em outras palavras, no que diz respeito à forma como o saber se desenvolveu, cada vez menos a coisa e o mundo, em si, estiveram presentes no jogo de palavras que foi se construindo, e cada vez mais em um sentido de ordenação e produção de conhecimento. Em suas palavras: “Não era o conhecimento, mas a linguagem mesma das coisas que se instaurava em sua função significante” (FOUCAULT, 1966, p. 87). Não obstante, conhecer algo seria proveniente de um processo de linguagem, em que um signo tomava significação dentro de um saber circunscrito, a partir de uma combinação de palavras.

Para Foucault (1966/2016), este processo rompe com uma ilusão do saber absoluto, anterior ao século XVII, de forma que, cada vez mais, fica marcada a impossibilidade de um saber total a respeito de algo, ou seja, momento em que a finitude e a limitação do conhecimento passam a operar. Ou seja, visto que “não há sentido exterior ou anterior ao signo” (FOUCAULT, 1966, p. 91), para que se analise o conhecimento, é a combinação de palavras que deve ser analisada como algo construído e combinado, sem que se haja pretensão de obter algo a respeito de sua proximidade ao mundo. É neste processo que o autor começa a elaborar o que ele chamou de método arqueológico, que levava em conta tais combinações em camadas, a partir do que era visível, com a possibilidade de verificação de combinações mais profundas que se estabeleciam para além do sensível/superficial, além do que se poderia tomar como óbvio.

Tal pensamento coloca o saber dentro de um contexto histórico em que ele, o saber, tem valor. Tal contexto enreda os homens e fornece o que se pode entender como um jogo de identidades e diferenças, de forma que, segundo Foucault,

“tudo o que havia funcionado na dimensão da relação entre as coisas (tais como representadas) e das palavras (com seu valor representativo) acha-se retomado no interior da linguagem e incumbido de assegurar-lhe a legalidade interna” (FOUCAULT, 1966, p. 467).

Em suas análises de 1966, Foucault localiza algo a respeito da negatividade também presente no discurso para além do que ele afirma e positiva, ou seja, rompendo com a crença de um saber linear que iria do menos complexo para o mais complexo como um percurso de única direção. Em seu livro “A arqueologia do saber” (1969/2017), ainda na mesma direção do supracitado, o autor elabora algumas diretrizes para que se empreenda uma análise de discurso. Neste sentido, além de levar em conta a questão da arbitrariedade das palavras com relação às coisas, no que diz respeito à produção de conhecimento, levaremos em conta o que Foucault chama de “trabalho negativo” (FOUCAULT, 1969, p. 25), que corresponde a uma renúncia em relação a olhar para apenas o que é visível em termos discursivos.

Ainda para Foucault, o que ele chama de discurso corresponde a algo que não é da ordem do natural, ou seja, como já mencionado, algo que diz respeito à linguagem e combinações de palavras dentro destas. O autor afirma a necessidade de olhar para elementos históricos que favoreceram determinados arranjos, até que estes se tornassem manifestos na cultura. O discurso, então, corresponde a um jogo de relações entre enunciados e objetos, que obedecem a regras de formação e existência subjacentes, ou melhor, a articulações que estão postas em silêncio. Em suas palavras: “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um ‘já dito’” (FOUCAULT, 1969, p. 30). Vale ressaltar que o autor, dada a não linearidade discursiva, vai na contramão de uma busca às origens. Opera, sim, como um descritor de relações presentes entre enunciados que têm validade na cultura, com o objetivo de olhar sob uma fachada, sob as certezas, de forma que “a análise das formações discursivas se opõe a muitas descrições habituais” (FOUCAULT, 1969, p. 90), voltando-se sempre a um pano de fundo.

Assim, para que se empreenda uma análise de discurso, Foucault (1969/2017) descreve alguns elementos que ele chama de acontecimentos discursivos, que permitem a apreensão das possibilidades e do que foi produzido dentro do campo infinito que é a língua. Para tal, ele localiza o elemento mínimo de discurso, que ele chama de enunciado. Para o autor, os enunciados recorrentes apontam para objetos, que podem aparecer em diversos lócus discursivos. Conforme trabalhamos aqui, com a verificação de algo (no nosso caso, o enlace entre homossexualidade e HIV/Aids) produzido e trabalhado no

discurso médico e suas características, e como este mesmo objeto se faz presente em ambientes sociais. Desta maneira, neste modelo de análise, por mais que alguns objetos apareçam de forma dispersa, eles se relacionam com base em uma mesma formação discursiva, que consiste em uma regularidade que, de algum modo, liga os enunciados. Para Foucault, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 1969/2017, p. 118), mantendo e atualizando determinado objeto e os signos, ao redor dele, dentro de um contexto.

O aparecimento de tais enunciados ocorre por meio do que Foucault (1969/2017) chama de função enunciativa, ou seja, o agrupamento de signos/sentidos e enunciados formados, colocados e modificados, de maneira plástica, em dada realidade que apontam para objetos, que podem ser recortados e visualizados em diversas práticas discursivas e sociais, como instituições, comportamentos visíveis e caracterizações presentes em processos sociais e culturais. Enunciados que se constituem de acordo com regras de formação, em função do que é possível para dado momento; ou seja, a formação de enunciados se faz com base em determinado contexto histórico. Em outras palavras, o enunciado consiste em um “grão que aparece na superfície de um tecido” (FOUCAULT, 1969/2017, p. 96), para além de formações linguísticas, mas como uma demarcação de algo em ato, ou, então, uma prática; ou seja, o enunciado efetivamente produz e advém de efeitos que se dão com base em sua relação com signos historicamente organizados já existentes.

Para este trabalho, elegemos uma definição de Foucault sobre o discurso, de que este seria um “conjunto de enunciados que se apoiam em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 1969, p. 131), de forma que podem aparecer como descontinuidades que, apesar de não definirem sujeitos, “abrem um conjunto de posições subjetivas possível” (FOUCAULT, 1969, p. 129). Portanto, para que se obtenham dados, e se circunscreva um cenário discursivo, é necessário que se leve em conta a arbitrariedade e não-naturalidade já citadas. Deste modo, seria possível que, a partir de certa demarcação de objetos por meio de enunciados presentes em um cenário histórico (que também consiste na construção de uma narrativa construída em torno de determinado objeto específico) e a partir de rupturas e dispersões, se possa criar uma análise a respeito da maneira como foi possível que se organizassem tais enunciados e suas formações discursivas, bem como do modo pelo qual apontam para determinado objeto, especialmente quanto às determinações culturais em seu entorno. Tais determinantes culturais, entendemos, se inserem em um contexto em que discursividades científicas,

morais e políticas operam em determinada direção, por meio do saber, ao marcar e moldar determinado objeto de uma certa forma (e não de qualquer outra) (FOUCAULT, 1969/2017).

A construção de uma análise de discurso foucaultiana tem como principal objetivo marcar um diagnóstico, levando em conta também o caráter político que os valores de utilização e movimentação dos enunciados produzem (e de onde foram produzidos). Os elementos descritos são os que entendemos como cruciais para nossa epistemologia. Retomamos, então, nosso objetivo de verificar camadas e relações subjacentes às lineares e causais postas em torno de nosso objeto. Nosso esforço será na direção de elucidar algo operante quanto aos objetos presentes em uma cena social. Visamos uma apreensão, nas palavras de Foucault (1969/2017), de “palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de reestabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas” (FOUCAULT, 1969, p. 33-34). Ou seja, pretendemos elaborar uma narrativa, outra, que possibilite novas compreensões acerca da malha discursiva posta em nosso recorte, que toma a imbricação HIV/Aids e homossexualidade como objetos, levando em conta a impossibilidade de exatidão discursiva.

Aqui, seguem algumas considerações epistemológicas que tomamos como base, tanto para a execução quanto para o diálogo proposto com a análise discursiva psicanalítica, que será exposta no próximo tópico. De acordo com Machado (1981), uma análise discursiva foucaultiana não consiste em uma forma já determinada de antemão, mas em estudar de acordo com a identificação realizada do objeto, especialmente no que diz respeito às suas relações históricas. Machado (1981) expõe algumas noções a serem levadas em conta para que se empreenda uma análise com base arqueológica. A primeira delas diz respeito à importância que Foucault dá para o presente, no sentido de que é dele que partimos para realizar a análise do passado. Em seu “O que são as luzes” (1984), Foucault marca a importância do presente no olhar sobre o passado, balizando aí o caráter de construção da pesquisa, que não tem pretensões universalizantes, mas consiste em uma construção discursiva que possibilite “apreender os pontos em que a mudança é possível e desejável” (FOUCAULT, 1984, p. 348), partindo do que é possível tratar hoje, ao empreender um olhar histórico. Em suas palavras: “trabalho infinito da liberdade” (FOUCAULT, 1984, p. 348), a partir de um olhar crítico que visa novas possibilidades aos que se inserem em uma trama discursiva.

Os desenvolvimentos foucaultianos tiveram forte influência de Canguilhem (1943), ao pensar a Ciência e suas direções não neutras de estabelecimento do que é normal e do que seria marcado enquanto patológico. Com base nisso, há outra importante noção colocada por Machado (1981), que consiste em três elementos que podem direcionar o empreendimento de uma análise arqueológica, e que já estavam presentes em Canguilhem. São eles: conceito, descontinuidade e recorrência. Antes de explicitar tais operadores, vale citar que, já desde Bachelard, autor de grande influência para Canguilhem, não tratamos história e discurso como desenvolvimentos causais, factuais/descritivos e lineares, ou seja, como algo que ultrapassa o que é visível e aparentemente óbvio. Dito isto, entende-se conceito como um operador de determinada racionalidade que parte de determinado discurso científico: “cada ciência produz sua verdade. Não existem critérios universais”, de forma que é justamente o conceito que pode ser privilegiado para que se identifique a racionalidade subjacente ao discurso científico (MACHADO, 1981, p. 21).

A partir disso, pensar em um contexto conceitual (social e político, também) operante se dá, justamente, em conformidade com a noção de descontinuidade. É importante que se considere a dinâmica da cultura científica em vigor, a despeito de narrativas cronológicas que contam com conquistas e avanços. Ou seja, a historicidade deve ser levada em conta como algo descontínuo, dada a não existência de origens causais no passado que, linearmente, levam a uma verdade final. Em outras palavras, leva-se em consideração as contradições presentes em tais narrativas. A partir da apreensão de tais descontinuidades, é possível que se verifique a racionalidade subjacente em que opera o discurso. Finalmente, chegamos à noção de recorrência, que diz respeito ao caráter normativo da racionalidade científica. Dito de outro modo, trata-se da possibilidade de apreensão da fixidez de alguns objetos/racionalidades disponibilizados historicamente.

Apresentamos, então, nossa primeira diretriz epistemológica quanto à construção do desenho de nossa metodologia de apreensão discursiva. Conforme percurso realizado até então, marcamos a importância de utilização de Foucault em nosso trabalho, dada a possibilidade que operar com tais direcionamentos conceituais abre para novas formas de elucidar algo que está posto no presente e inserido dentro de um contexto, com fins de propulsionar novas considerações, novas contribuições às teorias e áreas sobre o HIV/Aids e, não menos importante, apontar impactos de saberes científicos nas vidas cotidianas do sujeito. Expomos, então, nossa pergunta: Como estaria o HIV/Aids, termo advindo do saber médico, presente em redes sociais de paquera? Quais relações

discursivas subjacentes permitiram que ali aparecesse? De que forma estaria este termo mediando as relações ali estabelecidas? Quais seriam os impactos subjetivos que poderiam advir disso?

Como visto em Ferreira e Miskolci (2018), em artigo de cunho biopolítico, o HIV/Aids operante na cena social de busca de parceiro representa sofrimento e preocupação decorrentes da forma como organizações sociais se efetivaram e se atualizaram desde o momento inicial da doença. Tal constatação marca e justifica a pesquisa aqui realizada, que busca apreender efeitos desta construção histórica que aparece discursivamente em contexto relacional. Dessa forma, advertidos de tratar-se de um fenômeno multifacetado, o próximo capítulo de nosso trabalho será dedicado a elucidar e circunscrever a materialidade discursiva do enlace cultural em questão, apontando-o em algumas das discursividades nas quais aparece.

Concordamos com Mezan (2019) que, com a inclusão da Psicanálise na universidade, as pesquisas desenvolvidas podem se beneficiar de um diálogo em diversas áreas do saber. Marcamos, desde já, que apostamos nos diversos diálogos frutíferos que podem se estabelecer, e contamos com isso tanto para nosso percurso de pesquisa, quanto para possíveis leitores de nosso trabalho. Nosso objetivo final consiste em discuti-lo e criar hipóteses à luz de elementos psicanalíticos. Para tal, concordamos com Mezan (2019) a respeito do método por ele chamado de psicanálise aplicada, apresentado no início do capítulo, o qual aprofundaremos na próxima seção a partir de Rosa (2018), em seus desenvolvimentos em torno do que ela trata por Psicanálise implicada, e que conta com tais diálogos.

1.1.1 Psicanálise Implicada

Apresentaremos, neste momento, alguns aspectos em torno de nossa construção metodológica. Exploraremos alguns elementos que nos permitiram delimitar nosso campo, a saber, os ambientes de paquera virtual, bem como algumas diretrizes que nos guiaram enquanto possibilidade de construção da análise de nossos achados. Nesse sentido, Mezan (2019) afirma que a Psicanálise, desde Freud, tem o que dizer da cultura, visto que é um saber que se insere na cultura, sendo afetada por ela. O autor cita, por exemplo, avanços tecnológicos, filmes e fenômenos coletivos que, não necessariamente surgem dentro do consultório particular.

A pesquisa em questão se baseou em uma metodologia clínico-política, em torno das considerações de Rosa (2018) a respeito da Psicanálise implicada. Nossa metodologia, então, opera com base em uma clínica que leva em conta a imbricada relação entre sujeito e laço social – este entendido, também, em suas diversas facetas discursivas que atravessam o sujeito. Dessa forma, então, de acordo com as discussões apresentadas no subcapítulo anterior, visamos delinear elementos históricos e culturais, referentes a estruturações do Outro – em sua matriz sociocultural – presentes e apontados em falas iniciais de aplicativos de encontro voltados para o público masculino.

Desde seu seminário de número 1, “Os escritos técnicos de Freud” (1953-54/2009), Lacan afirma a imensa influência do plano simbólico, ou seja, das palavras como a possibilidade de “uma troca verbal entre os seres humanos” (LACAN, 1953-54, p.188). Assim, para o autor, a relação com a linguagem funciona como uma mediadora da relação entre pessoas. Em suas palavras: “se a palavra é tomada como ela deve ser, como ponto central da perspectiva, é numa relação a três, e não numa relação a dois” (LACAN, 1953-54, p.69). Pode-se afirmar que este terceiro das relações que diz respeito à linguagem é algo também da ordem da cultura, sendo uma das interpretações possíveis a respeito do que Lacan chamou de grande Outro.

Este movimento, do Outro simbólico, é promotor de lugares que modulam relações dentro de uma cultura, de forma que tais posições são sempre valoradas contextualmente e anteriores ao sujeito, e por meio das quais há a possibilidade de subsistência em termos culturais (PAVÓN-CUELLAR, 2010; QUINET, 2012). No presente trabalho, nos valem da noção de discurso enquanto discurso do Outro conforme proposto por Lacan (1954-55/2010) como tesouro dos significantes. Estes operam como mediação de relações entre sujeitos e entre sujeito e laço social, a partir dos quais há uma escolha subjetiva por significantes como suporte de si, apesar de nunca capturáveis completamente. Conforme tratado pelo autor nas etapas iniciais de seu ensino, o inconsciente é transindividual, sendo constituído, em sua singularidade, a partir da cultura. Assim, o que se diz a respeito de si, como enunciados, se produz dentro de um contexto a partir da linguagem e porta algo de inconsciente, contém falhas e se dá a partir deste Outro (PAVÓN-CUELLAR, 2010).

O que pode ser apreendido é algum traço do laço social em que o sujeito habita, visto que “só existe sujeito na referência a este Outro” (LACAN, 1957-58, p. 16). Para Lacan (1949/1998; 1953/1998), apesar de o sujeito sempre faltante não equivaler ao que o indivíduo experimenta, é possível que se pense o eu enquanto entidade imaginária, sede

de todas as identificações. Sede sobre a qual podem se estabelecer agrupamentos arbitrários dentro de uma cena cultural, a partir de traços da estruturação simbólica do Outro.

Pontuamos que o Eu, na teoria psicanalítica, consiste em uma ilusão, uma objetificação que ocorre pelas vias do discurso disponível na cultura, de forma que este não é equivalente ao sujeito, que é algo que não é totalmente capturado pelos vieses culturais, mas que, em algum nível, se aliena a estes para habitar o laço social via identificação. Esse mecanismo se assemelha à formação de massas, conforme descrito por Freud (1921/2011) em seu “Psicologia das Massas e Análise do Eu”. De acordo com Stravakakis (1999), apesar de sempre se fazer de forma limitada, é pelos significantes da cultura que o sujeito tenta se dizer enquanto identidade, ou enquanto plenitude egóica imaginária.

Uma das noções lacanianas que Rosa (2018) utiliza para pensar a Psicanálise implicada consiste na diferenciação proposta pelo autor entre enunciado e enunciação. Para a autora, o plano do enunciado do sujeito, ou seja, o que ele diz, é atravessado por diversas discursividades operantes no plano da enunciação. Este último, seria da ordem do inconsciente, que também é atravessado pela política e por questões culturais, ou seja, diversas discursividades. Os enunciados indicam a direção dos saberes advindos da estruturação discursiva no laço social e apontam, também, para aquilo que está escondido sobre imperativos e saberes com pretensão de plenitude.

Trazemos Lacan (1957-58/1999) para a discussão: “uma vez que se entre no rodameio das palavras, o discurso sempre diz mais do que aquilo que se diz” (p. 21). Para o autor, o enunciado diz respeito à suposta realidade estruturada, ao que se diz de si, na consciência, com dado sentido e assemelhado a linearidade. Já a enunciação diz respeito àquilo que se relaciona com algo que está posto para além de sentidos lineares, operando como escape subjacente e fora de cena – nas palavras de Lacan, “presença feita de ausência” (LACAN, 1953, p. 277), como algo que opera enquanto furo inconsciente. A enunciação presente no enunciado consiste na operação deste Outro que, a partir de seus significantes, propulsiona enunciados e significações nas relações entre pessoas. Tal operação permite que os enunciados se organizem daquela forma ao redor deste, para que este não apareça como terceiro operante.

Para a Psicanálise de orientação lacaniana, pode-se entender que o discurso consiste em um aparelho de linguagem, na medida em que este provê regulações no laço social. Tais regulações são da ordem do grande Outro, elemento que opera sempre como

um terceiro intermediador entre sujeitos, um representante das diretrizes culturais e seus imperativos. Nesse sentido, o discurso, para Lacan, promove posições, e até mesmo modelos de subjetividade, através de enunciações possíveis que são veiculadas por meio de enunciados; ou seja, palavras e enunciados que têm alguma significação dentro de determinada cultura ou contexto histórico (LACAN, 1969-70/2008). O discurso, então, pode ser considerado algo histórico e cultural, localizado dentro de certa configuração de linguagem (PARKER, 2005).

Concordamos com Calligaris (1993), que o olhar psicanalítico para o social tem, muitas vezes, a função de observar a configuração histórica e social presente, recalcada e operante em questões sociais. E deve, ainda, elucidá-la, na direção de colocar em contexto identidades/agrupamentos e informações que são habitadas, enunciadas como óbvias e cristalizadas em si mesmas como caricaturas e rótulos já postos com pouca possibilidade de questionamento, dado o engodo de estarem desconectados de uma configuração sociocultural. Ou seja, para além do enunciado, há algo sobre o qual o enunciado se sustenta, um furo que engendra articulações significantes em suas produções de sentidos e aponta para o Outro, presente e operante nos enunciados e suas articulações significantes possíveis em dado contexto.

A perspectiva que adotamos, então, aposta em um não silenciamento da Psicanálise frente a questões presentes advindas das relações e das vivências do sujeito no laço social. Buscamos, em nosso percurso, abrir questões e levantar alguns pontos presentes na constituição do laço social como possíveis pontos de destituição subjetiva, bem como perceber elementos de pregnância imaginária advindos de um Outro operante de forma concreta, via produção de lugares circunscritos por meio de discurso. Tais lugares, muitas vezes, se evidenciam em contraposição a um modo hegemônico entendido como única possibilidade de vida, marcando, via diversas discursividades, aquilo entendido como marginal. Nas palavras de Rosa (2018), “os discursos jurídicos, médicos, políticos, policiais compõem uma montagem e produzem uma série de figuras que se atualizam na cena social” (p. 26), produzindo sofrimentos específicos a tais modalidades de pertença ao laço social.

Nesse sentido, assim como Rosa (2018), apostamos em uma metodologia que leva em conta o inconsciente, na medida em que este, apesar de se inserir na montagem política, possibilita restos e equívocos, observando furos no engodo de consistência com que, muitas vezes, o Outro opera sobre o sujeito, tomado a partir de alguns agrupamentos. Apostamos, então, ser fundamental elucidar tais amarrações e delimitar o que ali se

desenha enquanto excesso de sentido na tentativa de sustentar seus furos e, a partir disso, possibilidades diversas para os sujeitos ali posicionados, conforme a ética da Psicanálise discutida por Lacan (1959-60/2008).

Nesta mesma direção, então, trazemos para a discussão alguns aspectos levantados por Quinet (2021) a respeito da política do psicanalista na pólis. O autor ressalta a importância de que o psicanalista se atente à política, especialmente no que tange aos modos de inserção do sujeito no laço social que, na atualidade, se configura de modo a produzir diversos cenários de exclusão, conforme desdobraremos brevemente adiante. Em concordância com Rosa (2018), o autor afirma que, a fim de sustentar sua ética, a Psicanálise deve se ocupar de aspectos da política: a ética do desejo, que privilegia o aspecto subjetivo que não permite coletivizações, e da falta do Outro que, tomado enquanto consistência, se solidifica enquanto ideais rígidos produtores de diversos modos de segregação do outro.

Trazemos, então, uma citação que, apesar de longa, traduz com precisão o que temos como horizonte em nossa proposta no que tange à nossa tentativa de explorar um aspecto de segregação operante no laço social. Para Quinet (2021),

“O psicanalista não pode ser preconceituoso e deixar-se contaminar pela moral, religião ou o discurso da ciência que foraclui o sujeito. Nem tampouco pelos modismos da sociedade como, por exemplo, a lista de inúmeros gêneros da espécie humana com sua mania de furor classificatório e, portanto, discriminatório. A cada vez que se classifica a sexualidade ou se identifica alguém por sua sexualidade se está efetuando um ato segregativo” (Quinet, 2021, p. 107).

Feita esta discussão, avançaremos no próximo tópico com alguns aspectos acerca de certas características do laço social contemporâneo. Concordamos com os autores a respeito da importância de que a Psicanálise dialogue e escute também o que se faz presente no laço social em que vivemos, visto que, nas palavras de Quinet (2021): “o que se passa na pólis se escuta no divã (...) A pólis comparece no divã” (p. 73). Dessa forma, com base em nossa discussão, apostamos em uma pesquisa de perspectiva clínica, que aponte algo que se apresenta enquanto laço social como ponto de segregação do outro enquanto consistência, na direção de um esvaziamento daquilo que há de mortífero nesse tipo de relação, que possibilite formas singulares de apresentação no laço social.

Ao levar em conta uma metodologia baseada na Psicanálise implicada, conforme descrita por Rosa (2018), frisamos que esta trata das diversas discursividades que atravessam o sujeito em sua inserção no Outro. A Psicanálise, vista por esse prisma, se

ocuparia com aquilo que resta daquelas discursividades, por exemplo, jurídica, moral e médica, sendo esta última o espaço de onde a terminologia HIV/Aids teria advindo inicialmente. Dessa forma, visto que nossa pergunta se ocupa de outro lugar em que este termo estaria operando, fora, por exemplo, do consultório médico, pode-se conjecturar que isso configuraria um resto de tal discursividade. Apresentaremos, então, alguns elementos em torno da discursividade médica na próxima seção, para avançar nossa discussão metodológica.

1.1.2 Algumas especificidades do discurso médico

No que diz respeito à discursividade médica, levaremos em conta os desenvolvimentos feitos por Clavreul (1983) a respeito da ordem médica em suas práticas e direcionamentos éticos. A Medicina, postula ele, é um saber que parte de uma relação médico-doente, em que o primeiro sabe e o segundo é sabido. Neste sentido, para que haja uma prática médica, são necessários um guia a respeito das leis da Medicina, que são tomadas como inquestionáveis, um médico que opera a partir destas leis, e aquele que ocupa o lugar de doente, como o que não seria apto a julgar a respeito de seu próprio bem.

Os manuais médicos seriam escritos de acordo com o que está posto culturalmente, sendo influenciados, também, pelas discursividades vigentes; por exemplo, saberes morais operantes em determinada cena cultural, de forma que, nestes manuais, a figura do Bem esteja construída para que, a partir dela, o médico possa operar o que seria o bem de todos os que o procuram. Por definição, o saber médico se desenvolve na direção de determinada ideologia, por meio de objetividade e prescrição, àquilo que ocupa o lugar do doente como algo que se encontra desadaptado em dada realidade. O saber médico, por meio da exclusão de aspectos subjetivos, seleciona sua escuta para “o que é utilizável” (CLAVREUL, 1983, p. 35) dentro de seus conhecimentos e dentro de sua terapêutica, encaixada nos direcionamentos morais vigentes, em dado contexto, na direção de um ideal que seria geral (CLAVREUL, 1983).

O que se diz, então, sob a égide do discurso médico, tem grande impacto na criação de lugares sociais e etiquetas que, apesar de não se constituírem sem restos, constituem o montante de significantes possíveis para que, de alguma forma, sujeitos se posicionem, ali, como algo que supostamente são. Em outras palavras, partimos da inexistência de uma cena social plena e sem sofrimentos, mas levamos em conta que estas cenas sempre demandam certa adaptação, certa organização de fantasias, que, a partir de

impasses e jogos discursivos, podem ser potencialmente mais, ou menos, sofridas por aqueles que as habitam, visto que as nomeações médicas podem fornecer lugares para alguns habitarem na linguagem (CLAVREUL, 1983). Como exemplo disso, Hacking (2007) exemplifica a criação de figuras como “o obeso”, que passa a ser uma entidade, na cultura, construída pela Medicina e aglutinada de sentidos sociais pejorativos, partindo do que, antes, seria apenas uma característica – o sobrepeso.

Para Clavreul (1983), a prática médica envolve um julgamento, de maneira a lidar, também, com doenças da ordem da moral, doenças tomadas como sendo da ordem do desejo e do prazer – como é o caso de abortos, doenças venéreas, alcoolismo e “doenças” tomadas como imprudência na busca por prazer. O gozo particular e a subjetividade devem se manter abafados para que a prática médica seja efetiva, em nome de uma normativa em vigor.

De acordo com Moretto (2001), a ética médica age de modo a reduzir a pluralidade do desejo dos sujeitos, ou seja, retirando o que há de particular, constituindo um discurso de saber totalizador, lidando apenas com a “doença” e nomeações já existentes neste saber, e não com uma subjetividade. Para tal, a autora coloca que,

Como a ordem do desejo é diferente da ordem médica e muitas vezes vem contradizê-la, por mais que se trate de um doente para fazê-lo curado do mal que o aflige, curiosamente percebe-se, às vezes, que a cura não lhe convém, o desejo se opõe à ordem médica. É por isso que a Medicina, diante do desejo do Outro, precisa se fazer moralizadora. E por serem os sinais de uma vida desregrada do doente muito mal recebidos pelo médico, é que ele precisa aconselhar que se leve uma vida exemplar (Moretto, 2001, p. 77).

Frisamos que nosso objetivo não consiste em dizer algo a respeito dos médicos, nem mesmo criticar a prática e a ética médicas, mas, sim, verificar os moldes produzidos a partir dela e seus efeitos discursivos presentes na cena cultural, dada a potência do discurso médico e científico quanto a suas criações e afirmações, segundo explicitado por Foucault (1969/2017).

Levamos em conta o que Lacan (1966/1998) articula a respeito da Ciência, que opera na direção de tamponar o furo subjetivo, na tentativa de objetivação, de forma a desconsiderar o que apareceria como resto, ou seja, como algo não capturável da singularidade. Vale verificar aspectos da organização científica, bem como de suas categorizações e organizações próprias de tentativas de sentido, e de seus impactos na cena cultural, visto que, nas palavras de Clavreul (1983, p. 186): “perturbações da vida sexual ou social, agrupadas outrora nas categorias de perversão, da delinquência, da

criminalidade, são interpretadas como sintomas pelos próprios interessados, independentemente de qualquer coação”.

O processo de produção de identidades por parte da medicina, de acordo com Hawking (2007), é algo que sempre ocorreu em diversas épocas e lugares, como uma característica dos processos de produção de saber. No entanto, tal processo se intensificou no século XIX, frente à tomada, por parte da Ciência e Medicina, de diversos fenômenos sociais, e à sua característica de produção que ocorre com base em classificações e contabilizações, engendrando, muitas vezes, saberes com base na diferenciação de espécies e tipos. O autor postula a importância de se questionar tais categorias, especialmente no que diz respeito às ciências humanas, que tomaram tal modelo de produção de saberes desenvolvidos em uma lógica segregativa.

Nesse sentido, de acordo com Clavreul (1983), pelas vias do discurso da medicina, práticas sociais são agrupadas em termos de sintomas, sinais que seriam passíveis de serem entendidos pelo discurso médico por meio de fatores identificáveis tramados, que os conhece e propulsiona a produção de determinados lugares etiquetados ali. Especialmente ao levarmos em conta que a discursividade médica opera com base em categorizações que, muitas vezes, não deixam espaço para falhas da ordem da singularidade. Nessa direção, a eminência de brechas em seu aparato de saber, muitas vezes, é suprimida por vias morais, nas quais se incluem a busca por prazer e expressões de singularidade.

Tais formulações em torno da discursividade médica se inserem nos avanços de Lacan (1969-70/2008; 1970-71/2009) a respeito das produções discursivas e seus modelos de posicionamentos subjetivos no laço social, em que considera a Ciência como um discurso importante operante na produção destes modelos. Para o autor, o discurso da ciência produz saber, na tentativa de suturar furos, e de promover um saber concreto a respeito dos sujeitos.

Nesse expediente, Lacan (1966/1998) postula que o sujeito psicanalítico, que promove escapes a qualquer saber a respeito de si, é solidário do sujeito da ciência moderna. Isso se dá, para ele, justamente através das vias da conjuntura histórica de que decorrem as tentativas da Ciência em suturar o furo subjetivo, ao providenciar envelopes subjetivos com pretensão de verdade absoluta que tamponam tais furos. Dito isso, de acordo com Lacan, a ciência funciona como um filtro do que se supõe descobrir no pretenso mundo. Segundo ele, é um processo que dita sentidos e pensamentos dentro de uma cena cultural, promovendo ali algo de um sujeito do conhecimento, o sujeito da

ciência (1969-70/2008), que, muitas vezes, se diz por meio desses saberes e, conforme nosso percurso, por meio de terminologias que se propõem totalizantes diante do que os sujeitos concretamente seriam.

Esse processo, para o autor, tem relação com o saber, com a produção de informações que, dentro da cena cultural, tem a pretensão de totalidade; para o autor, o saber está submetido a dada direção e a articulações significantes. Especialmente em momentos históricos mais contemporâneos, constituem algo como uma “tirania do saber” (LACAN, 1969-70, p.32), de forma que, quanto mais solidificado se constrói, menos espaço abre para furos. Apostamos no aspecto singular que estaria escondido sob produções e informações da ciência cada vez mais concretizadas enquanto saberes do sujeito, dificultando tanto a aparição da subjetividade, quanto a consideração de que os saberes que ocorrem dentro de um cenário cultural em que as articulações significantes se construíram historicamente e são passíveis de questionamento.

Culturalmente o saber e suas articulações apresentam elementos que se repetem, apontando a sua direção da verdade, da enunciação, ou seja, do grande Outro operante e estruturado em sua matriz sociocultural em que os enunciados e o saber estão inseridos. Com relação à verdade sobre o saber, nas palavras do autor: “quando as coisas acontecem, nunca se sabe bem, no momento em que estão acontecendo, do que se trata, principalmente quando estas coisas são *revestidas de informações*” (LACAN, 1969-70, p. 174, grifo nosso).

Para Lacan (1969-70), o discurso advém do campo do grande Outro, em sua estruturação, que fornece significantes que se relacionam entre si por meio de enunciados possíveis, sobre os quais o sujeito se apoia para se apresentar no laço social, sendo o discurso “concebido como estatuto do enunciado” (LACAN, 1969-70, p. 11). As modulações discursivas e seus aparelhamentos promovem algum enquadre de gozo, bem como posições que o produzem, ao mesmo tempo em que o mantém à distância, via articulação signifiante. Baseamo-nos nisso ao dar protagonismo aos enunciados e aos significantes ali articulados, levando em conta que se inserem em um contexto histórico, que é sem efeitos para alguns sujeitos.

Conforme já mencionado, a Medicina opera por meio da produção de lugares extraídos de uma realidade que seria boa, à qual todos deveriam estar adaptados. Os significantes da cultura, assim como os significantes da Medicina, promovem elementos de identificação, com base nos quais os sujeitos podem habitar a cultural. Visto que “a clínica médica cessa onde começam a paixão e o desejo” (CLAVREUL, 1983, p. 102),

ideais de saúde, higiene, operam na direção de supressão de prazeres que fugiriam à ordem. Isso ocorre em consonância com o que Freud (1930/2011) afirma acerca da importância dos sinais culturais que se estabelecem como ideais, em sua operação rígida, de forma que, em suas palavras, “o medo de uma revolta dos oprimidos leva a rigorosas medidas de *precaução*” (FREUD, 1930, p.49, grifo nosso). Para o autor, os ideais sociais, de forma desleal, pretendem uma unificação dos sujeitos, na tentativa de manter afastado aquilo que foi recalcado para a entrada na civilização, mas que se mantém em jogo apontado por aquilo que é entendido por excesso em determinada civilização.

Feito este percurso, sublinhamos a importância de um aspecto presente na tese de Castellani (2020), que versou sobre os efeitos subjetivos do diagnóstico médico. A autora aponta para a importância da face política do lugar do psicanalista, frente o aspecto classificatório e individualizante da medicina, por meio da produção de signos totalizantes que excluem o sujeito em seu estatuto de divisão sob o horizonte do ideal universal de homem saudável. Em suas palavras: “podemos analisar que receber o diagnóstico de doenças com características tão particulares atreladas a um imaginário social fundamentado tanto nos conhecimentos científicos quanto em construções populares vai influenciar distintamente na reação do sujeito” (2020, p. 126). É citado o HIV/Aids como exemplo de tal afirmação.

Dentre os impactos explorados na tese, como a operação significativa sobre autodiagnósticos do sujeito anteriores ao recebimento do diagnóstico, a autora cita o recurso ao coletivo e à totalização, ou colagem ao nome, como uma das formas de lidar, sendo que “o ato de revelação diagnóstica uniformiza os indivíduos sob um mesmo nome” (p. 133), incidindo sobre a fantasia frente ao Outro.

Os desenvolvimentos aqui apresentados consistiram em um dos elementos sobre os quais construímos nossa hipótese, dessa forma ressaltamos que não tratamos aqui de um vírus disseminado, mas da forma como se disseminaram ideias, construindo um saber em torno delas. Nessa direção, levamos em conta que falamos de rótulos advindos de um saber, sobre os quais alguns sujeitos se apoiam, conforme nossa construção de pesquisa; saber que aparece em cenas sociais, inserido em um contexto cultural. Então, reafirmamos que é do saber e das nomenclaturas que tratamos, na direção de apreender algum aspecto da construção sócio-simbólica que ainda opere nas formas de apresentação de si no laço social como um possível efeito. Retomamos, então, nossa hipótese de que o estabelecimento, no discurso social, de uma ligação entre a chamada homossexualidade e o HIV/Aids, advinda do saber produzido pelo discurso médico e científico, ainda se

mantém operante no laço social como um dos mediadores de relações homoeróticas entre homens, independentemente da sorologia dos envolvidos.

Propomos um novo olhar e consideramos a relevância de operar uma análise com enfoque psicanalítico, pois este consiste, justamente, em apreender um olhar que leve em conta o discursivo presente nas sintomatologias organizadas e tratadas. A Psicanálise se ocuparia do subjetivo, tamponado pelo discurso e sintomatologias médicas, na direção de considerar a paixão e, também, aquilo que não é encaixável nos imperativos da Medicina, ou seja, outros elementos presentes como restos.

Conforme Rosa (2018), a Psicanálise permite a escuta do político, que está para além do que é posto de forma aparentemente linear, causal e organizada. Isso se dá por meio de uma apreensão dos restos operantes para além do sentido; por meio da escuta dos restos, e do potencial sofrimento sociopolítico que tais lugares discursivos podem causar àqueles ali posicionados pelo aparato do discurso disponível na cena cultural. Em termos lacanianos, trata-se de um olhar para além de sentidos postos e fixados pela ordem médica, conforme expostos nos parágrafos anteriores, olhando à esguelha da cientificidade.

Em nosso percurso, tratamos categorias como construções discursivas, assim como o discurso médico, que nada tem de natural, mas de produções que afetam a vivência em sociedade, por meio da regulação de relações por ideais advindos da linguagem. Empreendemos nossa pesquisa, então, com base na verificação da operação destas categorias e seus aglutinamentos de sentido, presentes em outro ambiente que não o científico, mas na cena de busca por parceiros eróticos.

Para tal, levamos em conta os desenvolvimentos de Hawking (2007) no que diz respeito à produção de classificações pela ciência, que as afirma como promotoras de tipos de pessoa que culmina, no que se refere como movimento de *looping*, em uma apropriação destas categorias pelas pessoas. O autor propõe que a formatação de identidades pode ser visível a partir de cinco elementos que se relacionam entre si de forma dinâmica. São eles: as classificações disponíveis; as pessoas que foram agrupadas sob categorias e suas relações com as nomeações; as instituições, que afirmam e mantêm as categorias; os especialistas, que operam os discursos com base em noções científicas e; marcado como o mais importante pelo autor, o saber, que está veiculado a respeito dos agrupamentos, suas supostas características, causas e etc. O saber em seu caráter segregativo, para o autor, está disponível tanto na Ciência quanto na população e na

cultura, por exemplo, por vias de divulgações midiáticas, e programas de prevenção, conforme aprofundaremos no próximo capítulo.

Apresentaremos, na próxima seção, alguns aspectos que nos guiaram em nossa construção de campo. Elucidaremos brevemente nossa escolha pela rede social como lócus de pesquisa, bem como os caminhos teóricos que escolhemos como forma de analisar e sustentar a discussão em torno dos enunciados e das associações significantes que se fizeram presentes em nossa exploração de campo.

1.1.3 Aspectos do laço social contemporâneo: um recorte do Outro

O desenho de nosso trabalho, então, leva em conta alguns autores que tratam de elementos operantes no laço social contemporâneo. Neste momento, almejamos elucidar alguns desenvolvimentos dos autores acerca deste laço social em que nos baseamos em nosso recorte de pesquisa, sem a pretensão de esgotar a discussão, mas de apontar alguns elementos em torno de nossa construção de uma matriz do Outro em que os sujeitos se inserem e a quem se endereçam e que modula a forma como os sujeitos se apresentam. Pontuaremos, então, algumas questões que julgamos importantes, por meio das quais, também, justificamos nossa escolha de campo: duas redes sociais.

As discussões de Rosa (2018) acerca da Psicanálise implicada levam em conta que o laço social moderno se insere no que ela se refere como capitalismo tardio, como um tempo sombrio que mantém o gozo em questão como um imperativo desestabilizador do laço social. Tal processo acarreta em novas formas de colonização do sujeito, tamponando sua divisão. A autora cita a globalização como processo que envolve a circulação de mercadorias e também de pessoas, culminando em elementos de objetualização, evidenciados por processos de criminalização e patologização, dentre outras formas de exclusão daquilo que se entende culturalmente como bem. Rosa (2018) frisa a importância de que tais processos sejam vislumbrados em sua face históricas, de forma que, assim, seja possível que se nomeiem as diversas violências que dali possam ocorrer de forma naturalizada.

A autora nos apresenta a noção de desamparo discursivo que, inserido em um processo em que pessoas são tomadas como mercadorias, individualizadas, certos elementos discursivos estruturantes do laço social podem culminar em situações de culpabilização extrema que evidencie o desamparo. Nesse sentido, nos projetos atuais de controle social, além de estratégias explícitas de segregação e escravização, também se

inserir modelos de silenciamento via, por exemplo, nomeações e categorizações acerca de agrupamentos sociais e discursivos – que não ocorrem sem causar impactos narcísicos diversos naqueles que são marcados dessa forma (ROSA, 2018).

Em consonância com isso, Lara Junior *et al* (2017), por uma vertente da análise do discurso, entende que as articulações sociais cristalizadas na sociedade contemporânea, inseridas no discurso capitalista, se formam de maneira hegemônica dentro de uma cena ideológica que, muitas vezes, atravessa sujeitos de forma a tamponar sua divisão, como indivíduos. Este processo promove segregações e marginalizações, visto que tais significantes operam de forma a apontar de forma concisa e naturalizada algumas posições subjetivas no laço social, podendo produzir sofrimentos advindos da vivência no laço social.

Nessa esteira, Quinet (2021) aponta como característica do laço social contemporâneo a presença da ideologia nas dimensões do Outro, em que o sujeito se insere e endereça enquanto laço social, se colocando, inclusive, enquanto consistência na produção de Ideais de Eu rígido. Para o autor, então, isso se posiciona no Discurso Capitalista, conforme formalizado por Lacan, como um discurso sem impossibilidade e que, dada a ligação forjada entre o sujeito e a mercadoria em seu brilho, não caracteriza laço social, visto que os sujeitos não se relacionam entre si enquanto tais, mas enquanto objetos de consumo, forjados, dentre outras formas, por nomenclaturas tecnocientíficas. O Discurso do Capitalista, aliado ao discurso da ciência, mantém o sujeito com sua falta fora de cena, visto que, nele, há um empuxo desenfreado ao consumo, sob a forma de objetos acessíveis que satisfariam o sujeito.

Essas considerações estão em consonância com o que Mezan (2019) afirma em relação ao capitalismo, especialmente do século XXI, a partir do surgimento da fotografia e da televisão, em conjunto com o que expõe sobre maiores exposições do corpo. Ele afirma que questões sexuais se flexibilizam, e se tornam menos secretas, culminando em uma mudança com relação às regulações do século XIX. Nisso se localiza o que ele se refere como sublimação administrada, que consiste em meios mais sutis de normatizar a sexualidade e canalizar a agressividade, operações necessárias desde o exposto por Freud (1930/2011) para vivência em civilização. Incluem-se aí objetos culturais e tecnológicos e seus efeitos segregativos.

Em tal formulação discursiva, o gozo, diferente dos outros discursos, se apresenta como mais-de-gozar, como uma ordenação excessiva e compulsória de consumo de objetos, ou verdades acessíveis, em detrimento do emparelhamento de gozo. Assim, se

faz o discurso girar e constituir modalidades de laço social, conforme os outros discursos de Lacan que tratam de aparelhamentos de gozo, portadores de impossibilidades que, dessa forma, incluíam os sujeitos faltantes, justamente por serem formas de enquadre pulsional em torno de suas renúncias necessárias à civilização. Trata-se de um (não) laço social extremamente precário, visto que, nele, as relações se limitam a relações de consumo (FERREIRA-LEMOS, 2016). Deste modo, em conjunção ao que Lacan (1949/1998) chama anteriormente de “zênite do homem moderno” (p. 100) ao tratar aspectos da constituição do imaginário, trata-se, conforme entendemos, de uma característica contemporânea o empuxo à fixação imaginária e total, constituindo algo em torno do engodo do indivíduo orgânico.

Agregado a este discurso, Quinet (2021) discorre sobre o que nomeia como sociedade escópica, em que o laço social contemporâneo ocorre sob preponderância do olhar. Modalidade de laço social em que o imperativo de consumo e de gozo se traduz em um imperativo de se exibir e ser visto pelo Outro. Nesse sentido, elegemos duas características expostas pelo autor a respeito da sociedade contemporânea para nossa construção de campo: 1) A incidência superegóica extraída socialmente do olhar do Outro, bem como suas normativas que se somam à compulsão a se mostrar, como formas de existência no laço social que favorece vigilância e paranoia constantes; 2) Sua incidência no narcisismo, e nas formas de ser amado pelo líder, via interiorização do Ideal de Eu, que se apresenta pela possibilidade ser objeto pleno do olhar do Outro, que se mantém de forma não barrada e mantém o gozo, também dessa maneira.

É nesse contexto que se inserem a internet e as redes sociais. Na contemporaneidade, então, de acordo com Ferreira-Lemos (2016), as mazelas do Discurso Capitalista se intensificam com o funcionamento das redes sociais, de forma que, em nosso entender, as relações se baseiam, em grande parte, nas relações com dispositivos ou *gadgets*, o que não é sem consequência quanto à relação com o outro, tomado também como tal. O suposto encurtamento de distâncias constitui, também, a possibilidade de que se esconda da solidão e da falta ao estar constantemente conectado, porém, para tal, é necessário que se acompanhe uma lógica em que se toma a si mesmo e ao outro como objetos ou como imagens. O advento da internet, então, potencializa algumas questões referentes ao laço social contemporâneo, incidindo diretamente nas formas de entrada e pertença do sujeito no laço social, favorecendo, inclusive, conforme exposto por Rosa (2018), um turvamento dos deslizamentos simbólicos na direção de elementos imaginários e concisos.

Ferreira-Lemos (2018) sustentou um estudo a respeito das relações que ocorriam em famosa rede social, trazendo luz à forma como a sociedade escópica descrita por Quinet incidia em modalidades próprias de gozo escópico – questão constituinte do sujeito em torno do olhar do Outro –, bem como seus impactos narcísicos de regulação das relações e o intenso recurso a imagens reguladas pelo Outro que supostamente vê. Isso se mostra extremamente presente nestes tipos de relação via idealizações, que, dentre outros elementos, favorece construções especulares de si.

Nessa direção, então, ainda com relação ao laço social contemporâneo, Cunha (2009) o trata como hipermoderno, próprio de um cenário que favorece construções identitárias rígidas e instrumentais e que apontam para diversas demandas de reconhecimento que, muitas vezes, sugerem, o outro como inimigo. O autor (2021) afirma as redes sociais como ambientes que favorecem tais tipos de relações especulares, visto que são relações que ocorrem entre sujeito e o seu dispositivo eletrônico, pelo qual se relaciona. Essa dinâmica ocorre, muitas vezes, em momentos de extrema intimidade, como o exemplo citado pelo autor, do banheiro, culminando naquilo que nomeia como política na intimidade. Nela, resumidamente, se fortalecem lógicas de identidade e temas do eu, nomeados em sua intimidade e que favorecem relações sociais de cunho especular e individual, que impedem a inclusão da diferença na constituição de um espaço comum. O narcisismo, então, se fortalece enquanto Eu racional descritível e empresário de si, que, ao mesmo tempo, se apresenta como se fosse desprovido de afetos.

Concordamos com Ferreira-Lemos (2018) que não se trata de caracterizar um novo sujeito contemporâneo, mas de averiguar de que forma as relações estabelecidas em redes sociais incidem em elementos da constituição subjetiva. Em nossa pesquisa, então, escolhemos redes sociais (*Scruff* e o *Tinder*, detalhados mais adiante) como campo, pois julgamos conveniente explorar a forma como os elementos históricos descritos no capítulo anterior acerca do HIV/Aids se fazem presentes hoje nestas modalidades mais atuais de relacionamentos entre pessoas. Tais modalidades se inserem no contexto social esboçado neste momento. Conforme palavras de Quinet (2021): “todo dispositivo é um mecanismo para fazer existir o olhar como instância superegóica” (p. 145). Com base nisso, a partir dos enunciados que nos ambientes verificados apareceram, sustentamos uma discussão em torno de elementos que se fizeram presentes a respeito da forma como estes apontam para o laço social, e formulações da regulação do Outro operante ali, para, assim, problematizar acerca de possíveis impactos narcísicos produtores de sofrimento.

Avançaremos então, em nossa discussão acerca da construção de campo para o presente trabalho. Na mesma esteira de nossa discussão, de acordo com Askofaré (2009), concerne ao campo do Outro, também, uma faceta histórica e cultural que contém arranjos de linguagem que se modificam, não causando um sujeito diferente a cada tempo, mas incidindo nas possibilidades deste se inserir em um movimento dialético e simbólico com este Outro, de forma que o saber advindo deste, implica em efeitos no sujeito, promovendo coordenadas narcísicas às valorações e posições possíveis ao Eu. O autor marca, então, com relação à modernidade, um sujeito com propriedades narcísicas e imaginárias acentuadas, conforme já se via presente em Lacan (1949/1998; 1953/1998) em relações de alienações, também acentuadas a partir do saber científico e do saber moral – em concordância com Cunha (2009; 2021) – tomado individualizado frente a uma suposta totalidade social constituída por discursos cada vez mais tecnocratas de dominação do sujeito.

Propomos como recorte da matriz cultural do Outro, a ser explorado neste trabalho, e a partir do exposto até aqui, o que Ferreira-Lemos (2018) expõe da estruturação do Outro contemporâneo, que se constitui, com o advento da internet, especialmente em seus efeitos a partir da sociedade escópica e dos imperativos de “mostrar-se”, e que não ocorre sem impactos narcísicos para os sujeitos. Mais especificamente, optamos por averiguar as relações entre sujeitos em duas redes sociais, tomando-as como lócus privilegiado para aprofundar nossa hipótese acerca dos efeitos atuais advindos das amarrações históricas em torno do HIV/Aids. Assim como exposto para a autora, justificamos tal escolha, também, dado o caráter classificatório presente nas redes sociais, local que favorece a expressão de agrupamentos. Exploraremos os aplicativos mais adiante, mas vale pontuar, desde já, que o HIV/Aids consiste em uma das classificações de si solicitadas para entrada no *Scruff*. A isso, incluímos Zago (2013), que em estudo sobre as redes sociais voltadas ao público masculino, afirma que tais ambientes tem o caráter de vitrine.

Quinet (2021) frisa que o discurso da ciência produz objetificações e segregações, o que delinea objetos e a maneira como nos relacionamos com eles, privilegiando as relações dos sujeitos com *gadgets* produzidos no capitalismo. O autor afirma que os sujeitos, muitas vezes, se relacionam entre si como se fossem *gadgets*, o que traz às relações e às apresentações de si um caráter publicitário. Esses tipos de relação são favorecidos pelas relações estabelecidas com o celular na mão, e via celular, cenário no qual o autor traz as redes sociais à discussão.

Outro ponto acerca das redes sociais, e da presença de elementos classificatórios ali, dentre eles o HIV/Aids, julgamos importante o que Hacking (2007) chama de nominalismo dinâmico, que seria a dinâmica propulsionada a partir da relação dos sujeitos com os nomes e classificações científicas a eles atribuídas, na forma como se relacionam os nomeados com as suas nomeações.

Em suma, em seus desenvolvimentos recentes acerca da sociedade escópica, Quinet (2021), frisa o impacto narcísico como efeitos desta. Na mesma direção, Cunha (2021) também atribui às relações contemporâneas entre o íntimo e o político um viés narcísico, e revela alguns de seus impactos, estando os modos de pertença atrelados às redes sociais dentre eles. Este ponto, então, converge com a Psicanálise implicada, descrita na seção anterior, na medida em que Rosa (2018), ao discorrer sobre o sofrimento sociopolítico, dentre várias questões acerca do desamparo discursivo e seu impacto subjetivo, também aponta para o que se refere como abalo narcísico advindo destas relações.

Dessa forma, a partir de nosso desenho metodológico e epistemológico, e de nossa experiência em campo, para a construção de nossa análise, optamos por aprofundar elementos em torno dos possíveis impactos narcísicos decorrentes da mediação do HIV/Aids, operada por sua presença nas redes sociais escolhidas. A escolha de tais componentes teóricos ocorreu durante a realização da pesquisa, motivo pelo qual serão apresentados no capítulo referente às articulações significantes que tomamos como ponto de partida para a discussão proposta.

Para além do apelo superegóico apontado por Quinet (2021) como característica da sociedade escópica, em sua incidência sobre as regulações ideais, a escolha aqui apresentada está em consonância com Mezan (2019). Este pondera que o estudo psicanalítico na cultura deve levar em conta os modelos identificatórios nela presentes, privilegiando os impactos subjetivos presentes, especialmente em termos relativos aos impactos narcísicos e suas modalidades de identificações pelas quais vivencia suas relações no laço social. O autor destaca o supereu como noção privilegiada para que se verifiquem tais processos. O supereu, tal como desenvolvido por Freud, é algo entre o sujeito e o laço social, fruto de identificações. Nas palavras de Quinet (2021),

“cabe a nós investigar, com nossos termos psicanalíticos essa relação entre os imperativos da cultura com suas normas e regras (que sempre existem) e a constituição do superego do sujeito que está sempre medindo, vigiando, punindo e comparando o sujeito com o Ideal do Eu” (Quinet, 2021, p. 109).

Finalizando, então, conforme Rosa (2018), em nosso recorte tomamos um aspecto do laço social como cena de pesquisa, na direção de recuperar e ponderar elementos políticos e históricos operantes no pacto social subjacente às relações dos sujeitos naquele ambiente e possivelmente produtores de enrijecimentos identitários imaginários e/ou operantes ali de forma paranoica. Em ambas situações supomos a produção de sofrimento sociopolítico aos sujeitos, conforme desenvolvemos em nossa discussão clínico-política exposta no capítulo 4.

Justificamos a importância de nossa hipótese dada a aposta em potencial sofrimento advindo de configurações culturais e sociais que, muitas vezes, aprisiona sujeitos a determinadas formas de falar de si, dificultando a fluência de falar em termos de singularidade descolada de termos rígidos e agrupamentos, por exemplo, relativos à presença de uma doença como um dos mediadores enunciados para se descrever para o outro. Apostamos, ainda, que tais elucidações, referentes aos significantes em suas articulações discursivas, possam contribuir para a criação de outra narrativa em torno da temática, flexibilizando o saber que é posto como absoluto, ao elucidar aspectos da verdade em torno destas articulações, saberes e enunciados.

Dada a repetição da aparição do vírus nestes perfis iniciais de relacionamentos, trataremos estes como enunciados que, possivelmente, apontam para algo da organização cultural, visto que, em nossa epistemologia, aquilo que se repete indica enunciados e elementos que permanecem invisíveis, relativos à sua inserção em construção histórica e discursiva. Por isso, a metodologia almejará verificar enunciados presentes referentes ao HIV/Aids em perfis iniciais de aplicativos especialmente voltados ao público masculino.

No próximo subtópico, com fins de concluir nosso percurso metodológico, apresentaremos a forma como procedemos para a obtenção de tais enunciados, bem como nossa tratativa para aquilo que encontramos, explicitando a forma como foi possível, a partir de tais enunciados e suas articulações significantes, sustentar nossa construção de análise e seus desdobramentos clínico-políticos.

1.2 Procedimentos de Pesquisa

Os aplicativos escolhidos como campo foram o *Scruff* e o *Tinder*. O primeiro é voltado apenas para o encontro entre homens; e o segundo é um aplicativo geral, mas que apresenta como possibilidade de busca a procura entre homens. Informações mais detalhadas acerca dos aplicativos serão apresentadas em nosso capítulo relacionado a

nossos achados de campo. A escolha dessas redes sociais foi feita com base em Mezan (2019), que explicita a importância de elementos que possibilitem alguma comparação na circunscrição da pesquisa.

Ressaltamos que nossa pesquisa não tem fins quantitativos. Embora levemos em conta a importância da descrição do que foi realizado em termos de campo, e que para isso seja necessário que sejam expostas tanto as quantidades verificadas como a forma como nosso material foi colhido, trata-se de um percurso que leva a uma construção de hipóteses. De acordo com Mezan (2019), pesquisar em Psicanálise não tem o objetivo de universalizar achados, mas o que se observa a partir da pesquisa pode ter *valor exemplar*, com potencial de chamar a atenção de alguns aspectos do social que atravessa o sujeito, por exemplo, que pode aparecer na escuta clínica. Para o autor, pequenas amostras podem servir para apontar “padrões, estruturas e correspondências que, uma vez estabelecidas, podem servir de guia para a percepção de algo equivalente no trabalho clínico” (MEZAN, 2002, p. 422).

Dito isso, nossa coleta de dados buscou enunciados elaborados pelos sujeitos em suas telas iniciais de apresentação nos aplicativos, descartando perguntas direcionadas pelo aplicativo. Mais especificamente, olhamos para a forma como as articulações significantes se constituem ali, mantendo sempre no horizonte que o sujeito é sempre representado entre tais articulações, que, por sua vez, se constituem de forma arbitrária, conforme diretriz presente em diversos momentos do ensino de Lacan (1961-62/2003). Isso é importante, pois nosso olhar se voltou para tais articulações, na medida em que apontam para o laço social estruturado, em suas possibilidades, por exemplo, de operar identificações, sem a pretensão de dizer nada a respeito da constituição psíquica dos sujeitos em questão. Vale frisar, também, que nenhum contato foi realizado com os usuários.

Nosso maior empenho ocorreu em averiguar o aplicativo *Scruff*, havendo o Tinder servido como ponto de comparação. Para tal, criamos uma conta do tipo *Premium*, visto que, dessa forma, seria possível acessar um maior número de telas, as quais têm a visibilidade limitada no modo regular de entrada no aplicativo. Foram verificadas em torno de 1000 telas iniciais de cada um dos aplicativos, no período de junho a dezembro de 2020. Salientamos que, dada a pandemia de COVID 19 ocorrida no ano em questão, nossa mobilidade para acesso ao campo foi limitada, de forma que as buscas aqui descritas ocorrem de acordo com a necessidade do pesquisador em estar nos locais descritos.

Nossa pesquisa com o *Scruff* ocorreu em 10 sessões, a partir de diversas localidades da cidade de São Paulo. Procedemos dessa forma para garantir a possibilidade de uma possível verificação de diferença provenientes de locais diversos, mas não nos atentamos a isto em nossa discussão, visto que nada a esse respeito nos saltou aos olhos. Não pretendemos nos estender nesta descrição, mas vale citar que a entrada no aplicativo ocorreu 4 vezes na região Leste, 3 na região central e 3 na região Sul. Em cada uma dessas entradas verificamos em torno de 100 telas, limitando-nos à um raio de 3 km de distância. Tal sistematização, referente ao *Tinder*, se faz mais limitada, dada a dinamicidade do aplicativo, que, por exemplo, não é condicionada à proximidade geográfica dos usuários. Nos limitamos ao número descrito, então, quando nos demos conta de que nossos achados se esgotaram.

Ao verificarmos as telas pela primeira vez, operamos de acordo com o que adverte Mezan (2019), ao afirmar que “é preciso ir com calma e partir dos indícios mais evidentes, aqueles que se apresentam ao observador com mais facilidade” (p. 319-20). Dessa forma, atuamos a partir de uma leitura flutuante das telas, conforme também indicado pelo autor, a partir daquilo que repetia. A saber, dois caminhos de construção de hipótese nos interrogaram: 1) elementos referentes à presença de ideais, já descritos anteriormente, como higiene e segurança, referência à própria doença ou modos de prevenção (ou recusa a estes) e 2) a apresentação inicial de portadores do vírus HIV logo de início de contato, muitas vezes por meio do apelido ou da foto.

Coletadas as telas, após momento inicial de contato, demos seguimento a nossa pesquisa, de modo que olhamos repetidamente para tais telas, a partir daquilo que se materializava em torno dos elementos descritos no parágrafo anterior. Selecionamos, então, em um primeiro momento, 100 telas do *Scruff* com relação à primeira questão levantada e 19 telas do *Scruff* e 23 do *Tinder*, com relação à segunda questão. As descrições pessoais do *Tinder* se mostram mais diversas, mas, quanto ao nosso segundo direcionamento de análise, o que encontramos ali se mostrou interessante como base de comparação, conforme exploraremos mais adiante. Tais índices de recorrência remetem à fixidez discursiva proposta por Machado (1981) e consistiram na base sobre a qual desenvolvemos a nossa questão. Além do que, nos permitiram caminhar na direção que propusemos a análise disso que se evidencia em campo e que favorece nosso questionamento acerca de aspectos do laço social.

As telas a que nos referimos, à primeira vista, podem parecer de pouca expressão quantitativa, na medida que representam uma pequena parte do todo investigado. Diante

disso, recorreremos ao que Freud (1916) disse à sua plateia de médicos na ocasião de suas conferências introdutórias da Psicanálise. O autor, ao afirmar dentre as dificuldades da Psicanálise frente às críticas do modelo positivista e empírico de ciência, coloca a seguinte pergunta, frente a uma possível crítica a respeito do detalhe de que se ocupa a Psicanálise, mais especificamente ao introduzir os atos falhos: “Estará ele afirmando a existência de acontecimentos pequenos a ponto de escapar ao encadeamento de tudo que se passa no mundo, acontecimentos que poderiam perfeitamente não ser como são?”. Com base nisso, vislumbramos nossa pesquisa como algo que se atenta a um detalhe, uma faceta dentre a complexidade de nosso campo, sobre o qual podemos deduzir os encadeamentos ali presentes para que se sustentem dessa forma.

Feito o primeiro contato com os enunciados que nos possibilitaram uma primeira seleção de telas a nos interrogar, um novo olhar sobre tais telas foi realizado, como uma depuração daquilo que se evidenciava e, a partir disso, selecionamos alguns dos enunciados e suas articulações significantes como pontos de partida de nossas discussões, apresentadas em seus desdobramentos nos capítulos 3 e 4. Trata-se daquilo que nos saltou aos olhos enquanto repetições no laço social. Vale pontuar que nosso levantamento bibliográfico em torno do HIV/Aids, bem como das redes sociais e do arcabouço psicanalítico ocorreram durante toda a realização da pesquisa, embasando as escolhas realizadas e as hipóteses levantadas.

Para nossa escolha do material em que nos baseamos para o empreendimento de análise, como metodologia clínica, apostamos no que Quinet (1993) expõe a respeito das entrevistas preliminares de uma análise. Com isso, buscamos, de alguma forma, identificar aquilo que está se apresentando subjetivamente como um signo, imaginizado a partir de significados advindos do Outro e endereçados a este. A tentativa é de elucidar, também, os furos subjetivos e possibilidades singulares que permitam transformar isso que se apresenta de forma concisa, em questão, como uma aposta na operação também daquilo que não se sabe, daquilo que falta em organizações políticas e culturais que se apresentam de maneira solidificada. Para tal, conforme afirma o autor, nos atentamos às articulações significantes presentes nas redes sociais que se repetiram. Sobre elas, como em uma análise, buscamos questionar para além da função da forma pela qual se mostram como adaptações do *indivíduo* à suposta realidade objetiva. Apostamos no furo para que algum questionamento fosse possível *em prol da singularidade e da divisão subjetiva*, como em uma análise que evidencia o desejo singular, ponto determinante na ética da Psicanálise.

Para tal, investimos em algumas diretrizes acerca da análise de discurso de orientação lacaniana. Baseamo-nos em Parker (2005), que afirma o enunciado como operador de análise de discurso com viés lacaniano. Isto, pois enunciados sempre ocorrem endereçados a alguém, endereçamento que permite a apreensão deste Outro cultural e político que media a relação, de onde e para onde se movimenta o saber de dada trama discursiva. Esse aspecto é interessante em nosso trabalho, pois a criação de perfis de paquera aponta para a elaboração de uma mensagem, endereçada dentro de uma cultura. Neste sentido, trata-se de enunciados visíveis, a partir dos quais será possível alguma apreensão do que está presente, ali, de forma não visível (PARKER, 2005).

Nesse expediente nos baseamos em Lara Junior (2017) como diretriz para a realização de uma análise de discurso pelo operador cunhado pelo autor, chamado Lugar Prescritivo. Tal operador coloca luz à forma como significantes se enlaçam discursivamente entre si rigidamente, marcando ou prescrevendo lugares culturais rigidamente delimitados. A elucidação de tais enlaces significantes e seus efeitos, em sua arbitrariedade, pode favorecer seu enfraquecimento quanto à produção de marcações subjetivas, em que sujeitos podem se ver aprisionados em organizações autoritárias presentes no laço social. Desdobraremos tal noção mais adiante em nossa análise, mas julgamos importante mencioná-la em nossa metodologia, dada a diretriz proposta de análise de discurso que tem como horizonte a ética da Psicanálise, que privilegia o desejo e a singularidade subjetivas em detrimento de posições pré-formatadas socialmente que devem ser subvertidas.

Avançando, assim como apontado por Quinet (1993) em termos de uma escuta clínica no consultório, tal análise deve levar em conta repetições e padrões, categorias estruturantes advindas do Outro, considerando sua construção histórica, que organiza o laço social. É importante, vale dizer, que também se leve em conta elementos presentes na forma como os enunciados se estruturam, no plano da enunciação, assim como elementos que apontem para algo do não-senso, algo não presente ali, na direção de que se construa algo a posteriori, a partir do contato com tais enunciados.

Nosso trabalho teve como objetivo realizar alguma elucidação, na tentativa de sustentar hipóteses, sem a pretensão de operar respostas, ou criar novos sentidos. Nesse sentido, sua elaboração e escrita tem como horizonte questionar, e manter em aberto nossa questão, que se apresentou para nós como um novo recorte, que tenta elucidar discursividades e amarrações históricas como uma conjectura. Isso está em consonância com Freud (1937/1996), ao tratar das construções realizadas em uma análise em que

afirma que estas podem se realizar também a respeito da humanidade. Para o autor, “o trabalho de construção, ou, se se preferir, de reconstrução, assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo” (FREUD, 1937, p. 146).

Este trabalho, que é do que nos valem nesta pesquisa, consiste em construir alguma coisa com o objetivo de trazer à luz algo esquecido, mas que, apesar de escondido, permanece vivo. Este ponto dialoga como o trabalho negativo proposto por Foucault (1969/2017) quanto à análise de discurso, que opera na direção de verificar o que não está visível, mas que se mantém operante nas relações entre enunciados em dado contexto.

Tal formulação de Foucault (1969/2017) ocorreu em sua proposta metodológica de uma análise arqueológica, que conta com o aspecto fragmentário do discurso. Apesar das diferenças epistemológicas, este ponto dialoga com o que propõe Freud (1937/1996) a respeito do trabalho de análise que se assemelha a uma arqueologia. O autor, assim, expõe o uso de fragmentos, que seriam restos, escombros, que estariam localizados em um contexto histórico esquecido, como “fragmentos de uma verdade histórica” (p. 152).

Essa é a maneira pela qual empreendemos nosso olhar para os enunciados das telas iniciais. De acordo com o autor, tais construções visam a elaboração de novas conjecturas que possibilitem trabalhos posteriores que irão definir suas utilidades (ou não). O trabalho de construção com elementos da linguagem que se mantém em movimento e se propõe a se alterar, contando com um momento à posteriori, leva em consideração a diversidade de sentidos que os significantes podem carregar em si, e está de acordo com o que postula Lacan a respeito da compreensão: “trata-se de não compreender muito depressa, porque, compreendendo depressa demais, não se compreende coisa alguma” (LACAN, 1957-58, p. 33).

Empreendemos, neste processo, aquilo que Mezan (2019) chama de atenção teórica flutuante e, a partir disso, iniciamos nossa escolha de elementos do arcabouço psicanalítico para trazê-los para a discussão. Tais elementos serão apresentados mais adiante, juntamente às nossas elaborações de análise, visto que entendemos que tais escolhas se incluem nos resultados de nossa pesquisa. Apresentamos neste capítulo elementos de nossa construção metodológica de campo, e optamos por apresentar os elementos teóricos utilizados em nossa discussão mais adiante, visto que tais escolhas ocorreram após e com base em nossa exploração de campo.

Retomamos, a incidência superegóica que ali se evidenciou, e possíveis efeitos narcísicos advindos desta, tomando, sob pano de fundo, a noção de identificação. Como forma de recorte e circunscrição de nosso trabalho, nos baseamos, majoritariamente, nos

textos sociais de Freud, em alguns de seus escritos em torno do narcisismo e, em Lacan, limitamos nossa busca até seu seminário 9, em que o autor trata de questões em torno da identificação. Nossa escolha, a fins de delinear nossa busca, ocorreu, então, com base nos primeiros anos do ensino de Lacan, antes da virada ocorrida em seu ensino com a formalização do objeto a, no seminário 10.

Feita a discussão metodológica que embasou nossa pesquisa, apresentaremos no próximo capítulo alguns pontos a respeito da materialidade do enlace discursivo entre a homossexualidade masculina e o HIV/Aids, sobre o qual nos debruçamos na presente pesquisa. Apresentaremos, com base em nosso levantamento bibliográfico diversas facetas do fenômeno, que tomam por base autores de diversas áreas do saber.

2. “HOMOSSEXUALIDADE” E HIV/AIDS: ENLACES DISCURSIVOS

Apresentado o nosso percurso metodológico de construção desta pesquisa, o presente capítulo tem como objetivo situar nosso trabalho, de forma que, neste momento, introduziremos alguns elementos que nos indicam o enlace discursivo proposto em nosso percurso. A saber, a homossexualidade masculina e o HIV/Aids, que nos permitem verificar a forma como tal enlace se materializa em diversas áreas no saber, configurando, em conformidade com Mezan (2019), que o enredamento discursivo proposto inicialmente tenha o estatuto de algo a ser investigado na atualidade.

Este capítulo, também, tem por objetivo indicar a forma como entendemos a questão da sexualidade: como algo não natural, mas inserida na história. Na primeira subseção, dessa forma, partiremos da noção proposta por Foucault (1976/2018) que leva em conta a sexualidade e as produções em torno dela (incluindo o que se institui como homossexualidade) como dispositivo que nada tem de natural, mas como algo de uma construção cultural e discursiva. A sexualidade como dispositivo, que nos permitiu desenhar o trabalho desde o início, apesar das divergências teóricas, está em consonância, conforme exploraremos também, com os direcionamentos teóricos de Freud (1905/1996), cuja teoria também opera na direção de uma desbiologização da sexualidade.

A partir disso, apresentaremos uma breve discussão a respeito das mazelas da homossexualidade no discurso psicanalítico, seguida de um apanhado realizado na obra de Freud a respeito da forma como, algumas vezes, apareceram as doenças venéreas em seus desenvolvimentos. Neste momento, também, indicaremos estudos de cunho psicanalítico em torno do HIV/Aids. Assim, avançaremos a partir de elementos teóricos em torno da relação entre a homossexualidade e o discurso da medicina na história. Finalizaremos, então, com base em autores que nos permitem verificar aspectos do HIV/Aids em sua vertente de marcação à homossexualidade, especialmente com um efeito de repatologização.

Em suma, neste momento, introduziremos alguns autores que nos ajudaram a circunscrever nosso tema de pesquisa, e com base nos quais pudemos sustentar nossa hipótese de que o enlace discursivo proposto ainda segue em operação no laço social contemporâneo. O percurso aqui indicado, também, nos permite esclarecer e possibilitar nossa aposta em uma exploração da questão por meio de um referencial psicanalítico de análise.

Isso ocorreu com base em diversas áreas do saber que, a título de diálogo, conforme exposto por Rosa (2018), nos permitiram sustentar nossa discussão final, na tentativa de indicar contribuições psicanalíticas. Possibilitaram, também, a partir do campo, propor contribuições à teoria da Psicanálise, na direção de abertura de algumas questões acerca da atualidade. Este capítulo, então, a partir de um apanhado histórico e teórico, nos servirá como exploração de nossa proposta de hipótese, bem como justificativa para nossa averiguação em campo, visto que sustentamos aqui a trama cultural envolvida na questão, na direção de possibilitar nossas elaborações finais construídas em nossa pesquisa.

2.1 A sexualidade como dispositivo de controle

Para o presente trabalho, nos valem de uma diferenciação realizada por Costa (1992) entre homoerotismo e outros termos, como homossexualismo, homossexualidade e afins, que, concordando com o autor, consistem em uma elaboração unificadora decorrente de uma produção médica e cultural do século XIX. Essa unificação cultural ocorreu contaminada por uma aglutinação de sentidos sociais, preconceitos e elementos de descrédito àqueles relacionados a ela. Tal postulação advém de uma esteira de outros estudos realizados anteriormente por outros autores que evidenciam a homossexualidade como uma categorização cultural, uma nomeação discursiva, que em nada se relaciona com fenômenos, inclinações homoeróticas ou a pluralidade de expressões da sexualidade humana (MCINTOSH, 1968; PLUMMER, 1981; WEEKS, 1981).

O uso do termo homoerotismo foi cunhado pelo psicanalista Ferenczi, em 1914, sendo utilizado pelo autor numa tentativa descritiva de se referir a práticas, desejos e inclinações eróticas (amor e sexo) entre pessoas do sexo masculino, como uma alternativa às nomenclaturas existentes e produzidas pelo discurso médico e científico, sem a pretensão de cunhar um novo termo. Tais aprofundamentos teóricos serão realizados mais adiante neste mesmo capítulo; porém, vale marcar, desde aqui, como nos posicionamos frente ao tema, de forma que, conforme exposto por Hacking (2007), McIntosh (1968) e Plummer (1981), trataremos de categorizações e elementos discursivos, sem a pretensão de abordar a verdade do fenômeno em si, mas com o objetivo de indicar algo de seu funcionamento na contemporaneidade.

De acordo com McIntosh (1968), as experiências da sexualidade são uma diversidade infinita não capturável, mas que se colam a categorias e seus atributos, como

é o caso da nomenclatura da homossexualidade. Para a autora, algo importante a ser considerado diz respeito à noção de que a homossexualidade consiste em um forte operador cultural conceitual que já afeta tanto a maneira como a pensamos, quanto influencia, de certo modo, aqueles que se vêem, de alguma forma, capturados por tais categorizações como, por exemplo, ao sentir atração pelo mesmo sexo ou ao se declarar homossexual. Dessa forma, um operador conceitual importante seria uma diferenciação entre o que é tratado discursivamente como uma essência ou como algo que existe em si (mesmo que para que se clame a normalidade disto) e o que seria apenas uma produção cultural localizada.

Não obstante, já adiantamos que utilizaremos o termo proposto por Costa (1992) para se referir às práticas eróticas entre homens como uma medida descritiva. Termos como homossexualidade, quando utilizados, estarão se referindo a produções discursivas advindas do discurso científico e médico. Vale frisar, então, que abordaremos a questão do enlace do HIV/Aids com a homossexualidade como uma produção cultural operante em torno de rotulações sociais, levando em conta trabalhos que já ocorreram nesta direção (ALTMAN, 1995; COSTA, 1992; PAIVA, 2000; PARKER, 2000; PELÚCIO, 2009; SONTAG, 1989), de forma que tentamos averiguar a sua incidência no laço social contemporâneo.

2.1.1 A sexualidade enquanto dispositivo: Foucault

Apresentamos, então, os aspectos a respeito da sexualidade, na linha em que a entendemos para o presente trabalho, disponíveis na obra de Michel Foucault (1976/2018). Para o autor, a sexualidade consiste em um objeto discursivo, uma nomeação, localizável historicamente. Ou seja, leva em conta todo um aparato em torno dela, que nada teria de natural, mas um constructo discursivo que a toma como alvo, a partir do século XIX. Este aparato é explorado pelo autor pelo que chama de *Scientia Sexuallis*, como um avanço discursivo em que não é mais apenas a Igreja que controla a sexualidade, mas a Ciência também. Isso ocorre por meio de técnicas de incitação de discursos sobre a sexualidade – uma reatualização da lógica confessional pastoral.

Foucault (1976/2018) toma a expressão da sexualidade como algo histórico, como objeto privilegiado de controle dos corpos e como fornecedor discursivo de dadas subjetividades. Para o autor, a partir do século XIX, toda a produção científica de saber, inclusive médico e pedagógico, passa a ocorrer na direção da norma e da moralidade, que

foi colocada, nesse período, como de sexualidade aceitável (como algo que seria natural): entre homens e mulheres, dentro de uma cena domiciliar e familiar, com fins de reprodução. Para o autor, a instituição desta norma promove a produção de dissidências, como, por exemplo, do que se cunhou como homossexualidade, naquele mesmo século.

Termos a respeito das relações sexuais e amorosas entre homens foram cunhados, pela Medicina, dentro do período descrito por Foucault (1976/2018) como o momento em que a sexualidade, como um objeto discursivo, toma relevância entre os saberes científicos. Neste processo, então, a fala a respeito do sexo passa a ser incitada como um meio de obtenção de verdade desta, como algo a ser decifrado e que ganha significado por meio de codificações médicas, interpretações clínicas e modelos causais de entendimento. Trata-se de uma tentativa de tamponar o caráter incontrolável e plural que as possibilidades de expressão da sexualidade tomam. Em suas palavras, o que vale levar em conta é “que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento” (FOUCAULT, 1976, p. 63).

O sexo, então, passa a ser tomado como objeto de verdade a ser descoberto por meio da diversidade de práticas científicas, que passam a controlar, a ditar o que se pode, ou não, em termos do sexo e da sexualidade; introduz-se, nesse campo, o que seria normal e o que seria patológico. Nessa mesma esteira, Foucault (1974-5/2010) afirma que neste período a sexualidade passa a ser objeto da medicina que, a partir do estudo do que seria anormal e das anomalias, também delineia os ideais morais, tomando para si a responsabilidade também acerca da segurança cultural. Tais medidas já apontam para o controle do biopoder que, por meio de malhas discursivas mais sutis, passam a controlar os sujeitos por meio, por exemplo, de termos científicos que marcam pessoas, nomeando-as sem a necessidade de efetivamente excluí-las da vivência em sociedade. Entremear a moral e a ciência por terminologias em torno de doenças se estabeleceu em tal prática, o que incluiu as doenças ditas morais.

Este complexo aparelhamento da sexualidade como controle social e instituição de normas, na direção de gerir e vigiar algo particular, e não aparente, por meio da incitação da fala e codificações científicas, é o que Foucault (1976/2018) chamava de dispositivo da sexualidade. Tal processo teria matrizes morais, econômicas e jurídicas, sendo, então, sob a égide da noção hegemônica de saúde, que tal dispositivo pode operar e exercer controle, no Ocidente. O autor descreve, neste processo, quatro procedimentos que construíram algumas figuras a serem observadas, que aparecem, em meados do

século XIX, a respeito do controle da sexualidade e do corpo: a histerização do corpo da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a socialização das condutas de perversão; e a psiquiatrização do prazer perverso. Estes procedimentos favorecem a norma de reprodução entre casais e passam a regular e marcar expressões da sexualidade que escapariam à norma sexual entre alianças, dentro de um casal. O dispositivo da sexualidade, então, forneceu regulação de prazeres e discursos sobre o sexo, não na direção de desqualificá-lo, mas de forma a torna-lo falável, regulável, algo entre o horror de seus escapes e alguma curiosidade acerca de seus mistérios, que puderam, supostamente, ser respondidos pela Medicina.

Com relação a estes processos, ocorridos no século XIX, Foucault (1974-5/2010) apresenta, então, uma nova forma de controle e vigilância social que ocorreria com base na construção de figuras individuais. Antes disso, os julgamentos (morais ou jurídicos) ocorriam com base em comportamentos, de forma que se levava em conta apenas atos em si. Neste novo regime de saber, com proposições causais, a busca por origens e as descrições nosológicas de sintomas e comportamentos que preveriam determinados acontecimentos sociais, foram se construindo figuras com elementos identificáveis; aquilo que era, anteriormente, uma conduta, passa ser um sinal de algo. O autor, então, descreve uma passagem que seria, do grande monstro moral, para pequenas figuras a serem observadas e geridas, como o criminoso, o perverso, ou seja, o anormal. Em suas palavras: “o grande bicho papão do fim da história tornou-se agora o pequeno polegar, a multidão de pequenos polegares anormais” (FOUCAULT, 1974-5, p. 140). Tais figuras se estabeleceram com base em ideais normais e o que se espera de cada indivíduo, de forma que o que fugia destas prescrições se agrupava sob selos anômalos de anormalidade, de desordem, patologia, loucura, e, assim, de perigo.

Para o autor, o fenômeno de aparição da sexualidade como um destes elementos teria favorecido tal processo, sob normas católicas, que agora seriam adotadas por outros sistemas de saber. A Medicina e a Ciência, então, passam a ter certa função de controle social, como certa garantia de segurança por meio de controles internos familiares e policiamento (social) vigilante (por meio de campos disciplinares como escola, família e vizinhança). Trata-se de uma contrapartida a momentos anteriores que operavam por meio de exclusões; este novo processo, com base no autor, pode ser entendido como um governo de peste, como um controle sociopolítico continuamente operante através de tecnologias positivas construídas por meio do acúmulo de saberes, em seus desenvolvimentos dentro de tramas históricas, que manteria longe a peste e as

anormalidades. Em suas palavras: “E a ciência biológica, anatômica, psicológica, psiquiátrica, permitirá que logo se reconheça, *num movimento político*, o que pode ser efetivamente validade e o que deve ser desqualificado” (FOUCAULT, 1974-5, p. 131, grifo nosso).

Com base em Foucault (1976/2018), até a modernidade nos deparamos com dispositivos de controle de indivíduos, muitas vezes de forma atravessada pela sexualidade, que é algo operante, desde sua instalação, pelo saber científico no século XIX. O que se faz essencial, então, é levar em conta quais os modelos e mecanismos de poder operantes em dada época, bem com suas construções a respeito da gestão dos cotidianos de sexualidades. Ou seja, o que importa é a ordem colocada de forma que “o dispositivo da sexualidade deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhes são contemporâneas” (FOUCAULT, 1976, p. 163). Assim, de acordo com Teshainer (2006), os dispositivos de sexualidade consistem em práticas heterogêneas (que englobam instituições, a arquitetura, enunciados, regras morais), faladas ou não, sustentadas por dispositivos de saber que relacionam tais elementos e que também são sustentados por tais práticas, apontando para os direcionamentos do saber operante, em dada época. Para o autor, então, estes têm uma função política.

Dado o caráter histórico e complexo dos dispositivos, apostamos na importância da elucidação de alguns destes aspectos a respeito da trama social em sua organização operante. A partir do percurso realizado até aqui, entendemos que tais dispositivos não são estáticos, e se modificam, inclusive, por meio dos sujeitos que neles se alojam, de forma singular e efetiva, de modo que, neste trabalho, nos dispomos apenas a trabalhar com a apreensão desta trama de saber operante no laço social. Nossa questão de pesquisa se iniciou e tomou forma a partir disso. Verificamos em nosso campo a maneira como terminologias médicas e seus entornos operam em ambientes sociais de relacionamento entre pessoas. Dentre outros pontos, por vias de uma perspectiva clínica, apostamos em um diálogo encetado com base no arcabouço psicanalítico.

Nesse sentido, apresentaremos no próximo subtópico, de forma breve, alguns dos impasses da forma como a homossexualidade foi tratada pelo discurso psicanalítico. Exploraremos a forma como, apesar dos direcionamentos de Freud acerca de uma não patologização do homoerotismo, a Psicanálise não opera livre de incidências culturais e, inclusive, morais. Justificamos, a partir disso, a relevância de nosso estudo no que diz respeito à abertura de questões pelas vias da Psicanálise, que também pode ser afetada

pelos direcionamentos culturais e discursivos do HIV/Aids na cultura, nas escutas clínicas, e, inclusive, pelas questões em torno da homossexualidade.

Entendemos, em conformidade com alguns autores (AMBRA, 2016; AYOUC, 2015; CUNHA, 2021b; QUINET, 2021; TESHAINER, 2006) que os psicanalistas não operam descolados de discursos sistematizados no laço social, podendo instrumentalizar preconceitos veiculados de tal forma. Além disso, empreender um diálogo psicanalítico com aquilo que se evidencia dessa forma pode contribuir para a abertura de questões em torno de tais dispositivos. Essas indagações, muitas vezes, não são levantadas por outras áreas do saber, especialmente no que tange ao sofrimento psíquico, que, conforme apostamos, pode se produzir a partir de tais operações discursivas (ROSA, 2018).

2.1.2 A (homos)sexualidade em Psicanálise e seus impasses

Em nosso referencial psicanalítico, levamos em conta que o sujeito do inconsciente sempre terá que lidar com a castração, frente à entrada na linguagem e na cultura. Não temos a pretensão de caracterizar um sujeito homossexual, mas levamos em conta que dadas tramas históricas, para alguns sujeitos e traços, promovem sofrimentos específicos, narcisicamente, àqueles aprisionados, ali, em todo o aparato discursivo: cultural, moral e científico (COSTA, 1992; ROSA, 2018).

Esta discussão é válida, especialmente, pois a Psicanálise, no decorrer de sua história, de diversas maneiras – que serão expostas nos próximos parágrafos – se apropriou da temática em torno da homossexualidade. Optamos por incluir o termo *impasses* no título da seção, dadas as contradições, críticas endereçadas à Psicanálise, bem como diversos movimentos de patologização, dentro da área. Além disso, apesar de sua ética própria singular, elucidar tais discussões também se faz necessário, pois é a partir das concepções do analista acerca de questões sociais e de condução de análise que se pode operar uma análise. A partir de então é possível se culminar numa condução culpabilizadora e segregativa, que mantém dispositivos culturais (QUINET, 2013).

Freud, desde o início dos estudos que fundaram a Psicanálise, se ocupou da questão da homossexualidade. Podemos citar, a título de exemplo, algumas cartas enviadas pelo autor, desde 1903, e textos como “Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância” (1910/1996); “o eu e o id” (1923/2011); “psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher” (1920/1996); e, considerado o mais importante dentre todos, “os três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905). Vale pontuar que, em todos

os textos, apesar do uso dos termos inversão e homossexualidade, ou de determinadas buscas por causalidades, Freud insiste no homoerotismo como uma possibilidade pulsional de escolha de objeto que não deveria ser tratada como uma doença, apesar da presença de ambiguidades em seus textos (CECARELLI, 2013; QUINET, 2013).

Freud (1905/1996), em seus “três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, responde a diversas formas como a homossexualidade vinha sendo tratada pelo discurso psiquiátrico contemporâneo. O autor, no texto em questão, distancia as questões que seriam da natureza (como, por exemplo a reprodução) daquelas que diriam respeito à escolha objetal e das práticas sexuais, afirmando, assim, o caráter variado das possibilidades de escolha de objeto e a primazia do prazer no que se refere à sexualidade humana. Para ele não era possível, então, uma homossexualidade ou heterossexualidade única e inequívoca; o autor postula a constituição subjetiva, então, como fundamentalmente bissexual, até que se estabelecem, singularmente e de forma sempre parcial, os objetos. Além disso, no texto em questão, podemos verificar a argumentação de Freud de que a inversão, termo utilizado por ele, poderia ocorrer de diversas formas que seriam mais ou menos patológicas. Isso dependeria da maneira como o sujeito vivenciaria sua construção da sexualidade, o que também iria na contramão das definições de uma homossexualidade, única, que direcionava os estudos realizados na época.

De acordo com Freud (1905/1996), o desenvolvimento da sexualidade consistiria em algo complexo, que se construiria com base em diversos elementos, e sempre de forma singular. O autor aborda a temática como algo psicosssexual. A atração por objetos de mesmo sexo, para Freud, ocorre dentro deste processo sujeito às diversas singularidades ao se relacionar com objetos. Esta disposição é algo possível, em alguma medida, em todos os sujeitos, dadas as vivências iniciais com ambos os sexos (QUINET, 2013). Nesse sentido, a sexualidade, em Freud, vai na contramão de objetos disponíveis culturalmente como desejáveis, e, justamente aqui, que não se pode etiquetar (COSTA, 1994).

A questão da desnaturalização dos objetos é algo afirmado, também, por Freud (1915/1996), ao abordar a questão das pulsões. Para o autor, então, o tema foi aprofundado pelas vias de uma afirmação da diferenciação entre o que seria fisiológico e o que seria psíquico. A noção de pulsão promove, assim, um limite entre fisiológico e psíquico. Desta forma, o somático responderia a representantes psíquicos operantes, provenientes de um processo subjetivo e diversificado. No processo de constituição das pulsões, as formas de se posicionar perante o outro e de obtenção de prazer objetal se formam com base em determinantes de atividade e passividade, eu e mundo externo, e

prazer e desprazer. Freud, então, não posiciona o que seria se formar como homem ou mulher, ou os objetos, mas como um complexo processo de posicionamento na cultura, em seu caráter narcísico, em que a masculinidade e feminilidade nada têm de biológicos, nem giram em torno de uma genitalidade.

A singularidade pela qual a sexualidade se estabelece foi aprofundada com mais detalhes por Freud (1923,) posteriormente, em sua obra. Ao formalizar as mazelas do drama neurótico constituinte do produto das vivências do complexo de Édipo, que adviria de relações primárias, Freud afirma a existência de uma instância reguladora subjetiva, postulando a grande influência social sobre o desenvolvimento psicosssexual. A vivência do complexo de Édipo produziria, então, por meio de diversas vivências e identificações, uma afirmação singular de si e uma identificação objetal mais duradoura. Vale ressaltar que tais elementos ocorrem de forma complexa, não estando relacionados a uma única identidade sexual ou um único objeto disponível a todos, apesar da influência das exigências culturais, que afirmam, neste processo, a angústia de consciência moral. Nesse sentido, Freud dispõe as escolhas de objeto como um processo de sofrimento próprio, que não dependeria de uma ou outra escolha de objeto.

De acordo com Quinet (2013), em Freud, a suposta homossexualidade ou heterossexualidade não se constituiriam como objeto da Psicanálise. Para o primeiro, quaisquer uma dessas nomenclaturas identitárias poderiam existir em consonância com diversos sofrimentos psíquicos, que não teriam relação com este ou aquele rótulo, mas com a maneira singular como o sujeito lida com eles, advindos da cultura. Por outro lado, o autor também reconhece que a cultura ocidental tem a regulação de seus ideais por meio das escolhas de objeto. Nesse sentido, apesar de diversas críticas válidas endereçadas a Freud e à Psicanálise a respeito de sua primazia da heterossexualidade como regulador normal, de acordo com as leituras é possível afirmar que este direcionamento presente adviria da cena cultural em que a Psicanálise ocorre. Apesar de presentes e ambíguos em diversos textos freudianos, que muitas vezes a trata como um mistério a ser desvendado, nota-se no autor movimentos expressivos a respeito da não tratativa da homossexualidade como uma dissidência ou como um fenômeno único, mas como mais uma posição libidinal, possível, dentro de determinado contexto.

Ayouch (2015) afirma que desde o próprio Freud, houve uma tentativa de despatologização da homossexualidade nos escritos de Freud. Lembra-nos do conhecido texto em que Freud responde a uma mãe que o busca pedindo a cura da homossexualidade do filho, e tem como resposta que a homossexualidade não seria uma doença, nem um

mérito, tampouco um demérito, mas seria este um sujeito que poderia passar por uma análise para lidar com diversos outros conflitos, independentes de tal rotulação. O autor também afirma que, apesar de Freud considerar hetero e homossexualidade como respostas identitárias culturais, isso não ocorre livre de controvérsias. Por exemplo, a primazia da anatomia afirmada por Freud mais adiante em sua obra ou, ainda, a colocação de que a escolha objetal homossexual seria uma forma narcísica de buscar a si mesmo como objeto. Tais desenvolvimentos, de acordo com Ayouch (2015), também demonstram que Freud não escapava totalmente dos elementos discursivos sociais e ideológicos de sua época, a saber, em torno da família burguesa e do sexo reprodutor. Isso não ocorre sem consequências, especialmente no seguimento da Psicanálise.

Assim, Ayouch (2015) postula a importância de que se levem em conta, por parte dos psicanalistas, as críticas e tensionamentos externos a esta para que questões ideológicas não se perpetuem de forma inadvertida. Por exemplo, relacionar a homossexualidade a uma fixação narcísica que retomava uma visada da questão como uma patologia, uma perversão, ou como desvio de normas sociais, ocorreu de forma intensa em autores pós-freudianos. Freud se colocava contra tais leituras de sua teoria, porém, a tomada da homossexualidade como objeto de estudos nesta direção, de forma a, muitas vezes, não permitir “os homossexuais” na instituição psicanalítica se mostrou evidente, especialmente pelos autores da escola inglesa.

O autor nos lembra que a escola lacaniana acolheu os sujeitos “homossexuais”, desde o próprio Lacan, mas que categorizações em nome do “pai”, ou “mãe” não ocorreram livres de fantasias aprisionantes, que também caminhavam na direção do casamento e sexo matrimonial. O autor se refere a tais encaminhamentos como certezas teóricas geradas em torno da questão, que dão primazia a categorias históricas e sociais em detrimento de uma clínica da escuta singular.

Quinet (2019) endereça uma crítica semelhante a esta no que se refere, por exemplo, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo a que, em nome da teoria lacaniana, alguns analistas se colocaram contra na França, postulando a ocorrência de “homofobias psicanalíticas”. Concordamos com o autor quando diz “a psicanálise é subversiva, mas os analistas são conservadores e reprodutores da ordem vigente, por demais condescendentes com a civilização” (p. 31). Isso chama a atenção para algo semelhante ao apontado por Ayouch (2015), de que a Psicanálise, apesar de seu potencial subversivo, também se insere e se entremeia do discurso cultural, podendo fomentar categorias sexuais, especialmente por aqueles que a praticam e pesquisam.

Segundo Quinet (2019), fatos como estes ocorrem ao longo da história em nome da própria Psicanálise, apagando seu potencial de função política em nome dos bons costumes sexuais. Para tal, nos lembra da primazia do significante e da fala na teoria lacaniana de forma não naturalizada, contra uma genitalização, mas como algo que sempre opera em torno de furos que não sustentam identidades cristalizáveis e hierarquizações culturais. Além disso, o autor alerta para os perigos de que se entendam como formas imaginárias as funções paternas e maternas, como algo relacionado ao gênero “natural” e orgânico, afirmando a necessidade de uma crítica constante para que não se perpetuem tais preconceitos na clínica e nos avanços teóricos. Nesta perspectiva singular e variável, não é possível que se pense a Psicanálise como algo que seria normal ou biológico, visto que a sexualidade consiste, justamente, naquilo que sempre vai escapar às normalizações (CECCARELLI, 2013; QUINET, 2013).

Diversas críticas foram endereçadas à Psicanálise, que tomam como base a teoria de Judith Butler quanto a um suposto direcionamento falocêntrico freudiano, que, como uma de suas consequências, até os dias atuais manteria uma díade rígida Homem e Mulher, e colocaria a questão da homossexualidade como uma dissidência (PORCHAT, 2013; AMBRA, 2015). Porém, de acordo com Ambra (2015), a questão de gênero não estava posta na época de Freud, que, no que foi possível, levou em conta a questão feminina de sua época, quando a mulher era apresentada como alguém desprovida de saber de si/do seu próprio sintoma.

Assim, apesar de colocações problemáticas acerca de seus estudos e que devem servir como questionamentos, especialmente como visto também em Porchat (2013), leituras patologizantes na clínica psicanalítica podem corroborar com determinados sofrimentos e desfavorecer a escuta da singularidade, em detrimento de classificações sociais e diagnósticos. Crítica semelhante é formulada por Cunha (2021b), que afirma a necessidade de que categorias discursivas morais e científicas se distanciem dos estudos em Psicanálise. O autor afirma que muito do que se estuda em torno da questão ocorre com base em rótulos sociais distanciados da clínica, promovendo que muitos dos avanços ocorram de forma estritamente teórica, sem garantir questionamentos à própria direção da Psicanálise e aos preconceitos que podem estar sendo perpetuados a partir desta.

De acordo com Ceccarelli (2013), apesar da evidente afirmação de Freud de que a homossexualidade não seria uma doença ou uma condição pejorativa, diversos analistas posteriores a ele, incluindo Ernest Jones e Anna Freud, se posicionaram contra a prática psicanalítica exercida por homossexuais. A Psicanálise, então, apesar de suas

formulações acerca da não existência de objeto fixo comum ideal (mesmo levando em conta a influência da cultura), muitas vezes se portou por meio de medidas adaptativas à moral vigente. Por exemplo, a perspectiva kleiniana trata as homossexualidades como patologias graves, como um desvio que impossibilita. Lacan, em seus estudos, entretanto, se posicionou a favor tanto da operação da Psicanálise, quanto, em seu consultório sem a tentativa de convertê-los, da presença dos homossexuais na Psicanálise. De forma que, de acordo com alguns autores, seu posicionamento quanto ao assunto ia ao encontro das posições de Foucault, como algo que subvertia a própria normativa social dominante. A impossibilidade de homossexuais exercerem a Psicanálise, no entanto, está presente, até momentos contemporâneos, como uma regra silenciosa.

A partir da percepção de significados pejorativos em torno da questão da homossexualidade, inclusive dentro das discussões psicanalíticas, o psicanalista Ferenczi, em 1914, como já visto, cunhou o termo homoerotismo, utilizado por Costa (1992), que optamos por utilizar neste trabalho, como uma tentativa de diferenciação do fenômeno como algo dado, propondo uma forma de questioná-lo, dentro da Psicanálise. O uso do termo, inclusive, foi endossado posteriormente pelo próprio Freud. As ambiguidades pelas quais o assunto foi tratado por Freud e seus interlocutores, muitas vezes, geraram posições biologizadas e preconceituosas, que não ocorreram sem efeitos na própria prática psicanalítica, que, muitas vezes, colaborou para aprisionar sujeitos nas classificações usadas para homossexuais e suas implicações (COSTA, 1994).

Como um exemplo disso, citamos o famoso psiquiatra e psicanalista Robert Stoller, que tratou da temática em diálogo com a Pedagogia e com a Medicina, por meio de uma perspectiva naturalista, que tomava a heterossexualidade como ideal. Seu estudo tinha como objeto as transexualidades, sendo a homossexualidade uma de suas nuances. O autor incluiu o termo “gênero” em estudos psicanalíticos, como uma diferenciação do sexo biológico, mas tal termo, em suas pesquisas, ocorreu com a direção da biologia como um determinante, por meio de um viés desenvolvimentista. Stoller entendia feminilidade e masculinidade como conceitos dados, presentes em núcleos estáticos nos sujeitos, decorrentes das relações maternas, de forma que, por exemplo, para que se constituísse um sujeito masculino, este deveria vencer a feminilidade inicial vivenciada por todos na relação com a mãe, processo que, caso falhasse, acarretaria em distúrbio de gênero, sendo a homossexualidade o grau menos grave, a travestilidade, intermediária, e a transexualidade a patologia mais grave. Apesar de afirmações acerca das bases biológicas

destes processos, muitas vezes o autor se deparou com casos em que estas explicações falhavam (COSSI, 2018).

Assim, levando em conta que Freud, em seus desenvolvimentos, apesar de afirmar a diferença sexual e a escolha de objeto como decorrentes do complexo de Édipo, que foi um processo colocado em questão por diversas críticas, nunca defendeu um caráter natural deste, mas como um processo singular que aconteceria dentro da organização social heteronormativizada (COSSI, 2019). Nesse sentido, com base em Ambra (2015), as diversas críticas à binaridade que produziram, de forma nominalista, cada vez mais nomeações que supostamente superariam a díade em questão, não levavam em conta a questão principal da Psicanálise: a de uma operação inconsciente que não se encaixa em classificações e normativas sociais. Em outras palavras, apesar de avanços e conquistas, vale pontuar que tal produção de novos grupos identificáveis, cada vez mais aparentes, não considera que a constituição subjetiva ocorra dentro de uma linguagem ideologizada. Vale dizer que Freud tratava de identificações, e não de identidades.

Avançando, uma das formas de resposta a tais críticas e às nomeações se dá por meio da leitura de Lacan a respeito da diferença sexual, pois o autor, apesar de defender a existência de mais de um, não se refere à binaridade. Partindo, então, de Freud, o autor rompe com referências à biologia. Afirma a diferença, mas, com referência à lógica, postula que gênero e sexualidade não possuem substancialidade e sim configuram algo do inconsciente, aquilo que escapa à organização cultural, promovendo, assim, a existência de algo singular que não seria capturável por nomeações (COSSI, 2019). Ou seja, a Psicanálise não trata sujeitos por meios destas nomeações, mas leva em conta que estas consistem em direcionamentos culturais nos quais sujeitos se direcionam para parecer algo, continuamente considerando que tais nomeações não dão conta das formas singulares de gozo e relação com o objeto, sempre promovendo algum escape.

Lacan (1970-71/2009) afirma um entendimento da sexualidade, trabalhada por Freud, como algo advindo da ordem da linguagem e das formas das relações reguladas por ideais. Esta ideia é importante em nossa discussão, dado nosso posicionamento acerca da homossexualidade como uma produção de discursos e nomenclaturas, e dada a primazia das noções e estudos envolvendo a homossexualidade em relação ao gênero, muitas vezes tomando a heterossexualidade como norma. O entendimento de Lacan (1970-71/2009), então, como uma subversão das naturalizações acerca de gênero e o que é esperado desses, o entende como algo advindo da cena cultural que nada teria de essencial. Via como a divisão homem x mulher decorrentes de significantes sociais que

favorecem um parecer, sempre um em relação ao outro, mas com algo de insustentável, como um impasse. De acordo com Cossi (2018), então, a virilidade esperada da masculinidade estaria posicionada aí, na procura daquilo que a coloca em prova, como uma dissimetria, o feminino (encarnado na mulher). Nesse sentido, então, culturalmente, o homoerotismo seria um elemento que colocaria em questão tal virilidade, podendo atuar como algo que a ameaça enquanto adaptação ao parecer masculino, pois marca a existência de algo insustentável, ali, quanto à possibilidade da aparição do desejo para além deste rótulo/posição.

Esse é o entendimento sobre o qual nos baseamos, pois, para Lacan (1970-71/2009), tais ideais estão vigentes também enquanto produções de rótulos nos desenvolvimentos científicos. Compreendemos, então, que tal viés que entende homem e mulher como produções de linguagem valoradas, assim também o é a escolha de objeto esperado de cada um, como uma regulação de relações e suas nomenclaturas, e aspectos aceitos e valorizados na cultura. A leitura de Lacan acerca de algo com o qual se deve parecer, nos permite pensar, pelas vias da Psicanálise, qual foi a direção dos estudos que, a partir do que se espera do homem, produziu, também, a homossexualidade de formas rígidas, como algo da ordem do antinatural (fora da virilidade).

Na direção proposta por Teshainer (2006) acerca da importância de uma verificação na forma como operam dispositivos e seus operadores atualmente, apostamos nos diálogos apresentados por Ayouch (2015) como necessários à Psicanálise, especialmente quanto à forma pela qual tem operado categorizações em torno da homossexualidade. O autor apresenta um ponto de consonância entre a teoria foucaultiana e a psicanalítica no que diz respeito à não naturalização de identidades definitivas, mas como elementos operantes inseridos em localizações discursivas e históricas no laço social. Isso na direção da obtenção da plasticidade das identificações sempre inacabadas em seu potencial de criação e expressão diversa e singular da sexualidade. O que pode, também, por sua vez, favorecer a escuta clínica para além de tais elementos aprisionantes.

Nesse sentido, conforme apresentaremos mais adiante, as categorias em torno da homossexualidade como autêntica identidade ocorreu de forma unida à história do HIV/Aids – tema pouco explorado por um viés psicanalítico. Antes de explorarmos alguns aspectos de críticas foucaultianas em torno da questão de tal enredamento discursivo, apresentaremos um breve panorama da forma como as doenças venéreas aparecem nos desenvolvimentos freudianos, e uma breve exploração dos estudos encontrados em torno do HIV/Aids por autores psicanalistas.

2.1.3 As doenças venéreas em Freud e o HIV/Aids na Psicanálise

Freud, em alguns momentos de sua obra, faz menção à interligação entre o adoecimento psíquico e as doenças venéreas. Apresentaremos nas linhas que seguem, algumas das vezes que isso ocorreu, na tentativa de justificar nossa escolha de análise final com base em uma elaboração psicanalítica. Fizemos uma busca nas obras textuais de virtuais do autor publicadas pela Editora Imago, a partir dos descritores “sífil”, “condom”, “gonorr” e vener”.

Desde seus estudos pré-psicanalíticos, Freud faz menção à sífilis, por exemplo, ao descrever aspectos orgânicos de seus pacientes. Além disso, presente no rascunho B de Freud (1892-1899/1996) endereçado à Fliess, o autor considera relevante o estudo do efeito do uso de preservativos, na época chamado de *condom*, tanto para métodos contraceptivos, como para a prevenção da infecção por sífilis ou gonorreia. Tais preocupações, para o autor, acometem a todos que deixam a masturbação, e podem operar como possíveis fatores relacionados às afecções psíquicas advindas da vida sexual, e suas limitações. Freud faz a seguinte afirmação quanto ao sexo livre, suposto como forma de prevenir o adoecimento psíquico: “a única alternativa seriam as relações sexuais livres entre rapazes e moças *respeitáveis*” (p. 136, grifo nosso). Nesse sentido, o autor afirma que, para o estudo da sexualidade, todas as afecções que a afetam deveriam ser estudadas.

Nesse sentido, além da indicação moral verificada ali, Freud, por diversos momentos, questiona acerca dos efeitos da prevenção e de doenças no psiquismo, apontando, como possível grupo a ser estudado, “homens de vida promíscua que têm gonorreia” (p. 131). Nesse sentido, a respeito da neurose de angústia (1895/1996), Freud questiona o impacto das prevenções de gravidez nas neuroses de angústia feminina, citando o coito interrompido e o uso de preservativo, indicando-os como nocivos, tanto quanto a ejaculação precoce, em termos de satisfação.

Em “A interpretação dos Sonhos” (1900/1996), Freud interpreta um sonho em que há um dedo com um indício de sífilis, e relaciona a indicação da doença a partir de uma leitura semântica, como um grande afeto, e, ao mesmo tempo, como um componente indesejável, algo que impediria a realização de um desejo. Algo semelhante aparece, também, no famoso caso Dora (1905b/1996). Freud, dentre as diversas descrições a respeito do caso de histeria, afirma a doença sifilítica do pai como um dos fatores de significação de seu adoecimento, visto que, no caso, a doença indicaria para a paciente uma vida indecorosa por parte do pai. Isso, como se algo houvesse sido transmitido pelo

pai, em termos de sexualidade. Tal significação, se expressa no asco que sente por um amigo de seu pai, atrelado à questão da confiança impossível em qualquer homem, visto que “todos os homens sofriam de doença venérea” (p. 53)

O autor, então, afirma sua opinião de que a Sífilis dos pais teria alguma relação com afecções psíquicas dos filhos, não ligada à transmissão hereditária. O autor afirma tal posição, posteriormente, no texto a respeito dos “três ensaios”, de modo que, categoricamente, observa que crianças descendentes de pais portadores de sífilis não apresentam sinais orgânicos da doença, mas impactos em sua constituição sexual, que podem acarretar em neuroses. Em suas palavras: “embora eu esteja longe de afirmar que a descendência de pais sífilíticos é a condição etiológica invariável ou imprescindível da constituição neuropática, não creio que a coincidência por mim observada seja acidental ou sem importância” (p. 145).

As referências à sífilis ocorrem também no caso do homem dos ratos. Freud (1909/1996) afirma a doença como um dos elementos em torno da neurose, como algo da ordem do pavor, significada, também, em torno dos ratos, que transmitiriam doenças contagiosas. Para o autor, tal pavor operaria de modo a ocultar o pavor das dívidas do pai, também significadas em torno dos ratos. Assim, outra as articulações em torno do erotismo do paciente seria: “por outro lado, em um sentido diferente, o próprio *pênis* é um portador da infecção sífilítica; dessa forma, ele podia considerar o rato como um órgão sexual masculino” (p. 124, grifo do autor). Ainda no caso, ele afirma: “é evidente a ideia que a sífilis, que rói e come, o tenha lembrado de ratos (...) Sempre ouvira falar que todos os soldados eram sífilíticos”, indicando mais uma das articulações do caso, que tem o início de sua neurose a partir de seu serviço militar. Além disso, o paciente, em seu medo, vincula a sífilis à diversão e, a partir disso, a relaciona a seu pai. Estas são algumas das articulações propostas por Freud em seus casos clínicos, que, lateralmente, incluem significações em torno das doenças venéreas, apontando para a forma como estas operam culturalmente.

No caso do homem dos lobos, Freud (1918/1996) sutilmente também indica, em uma das voltas do caso, que o paciente havia se sentido uma criança especial e onipotente, e que, por isso, nada poderia lhe ocorrer, até que o diagnóstico de gonorreia, ao causar um dado ao seu organismo, rompeu com tal crença, constituindo um forte golpe em seu narcisismo. Dessa forma, há uma vinculação da doença com a castração, contribuindo com a constituição de sua afecção, “porque sua fobia de lobos irrompera quando se achou

diante do fato de que a castração era algo possível; e ele classificou claramente a gonorreia como castração” (p. 64).

Apresentamos algumas das articulações e significações em torno das doenças venéreas encontradas nos casos clínicos de Freud. Estamos advertidos de que o autor não as atribui como causa das afecções apresentadas, porém, é interessante que passagens como estas apareçam em três de seus casos mais conhecidos. Além disso, chama a atenção como, em geral, aparecem conectadas a noções morais advindas da cultura.

Em seu texto acerca da psicologia das massas, Freud (1921/2011) faz uma menção ao *sifilítico*, que indica algo de uma posição cultural àquele que porta a doença. Ao tratar do espírito de igualdade necessário para que se forme uma massa ou um agrupamento, Freud interpreta o pavor destes sujeitos em contagiar outras pessoas. Relacionou a presença da doença à luta contra a imperiosidade do desejo inconsciente de propagar a doença aos outros do grupo, pois, “por que deveriam eles apenas serem infectados e excluídos de tanta coisa, e os outros não?” (p. 82). Tal afirmação de Freud se insere em sua argumentação acerca da identificação, inserindo os infectados pela doença como fora dos ideais que os igualariam aos outros membros.

A ideia apresentada no caso do homem dos lobos retorna em “inibição, sintoma e angústia”, de forma que, neste texto, Freud (1926/1996) se utiliza do termo “sifilidofobia” (p. 93) ao se referir a uma significação do medo da doença como forma de temer o perigo externo de castração. O autor se vale de tal termo para se referir a uma reatualização de fobias infantis na vida adulta por parte do Eu, em forma de angústia. Tal medo é abordado como uma formulação superegóica, como um determinante simbólico da castração ou, dito de outra forma, como uma consequência de escapes no recalque de aspectos da sexualidade. Conforme exemplo citado pelo autor: “o caso de um jovem que se tornou agorafóbico porque temia ceder às solicitações de prostitutas e delas contrair uma infecção sifilítica *como castigo*” (p. 80, grifo nosso). Dessa forma, tal medo operaria no Eu como uma forma de restrição aos imperativos da sexualidade inconsciente, por meio de uma distorção consciente que indicaria algum perigo. Neste texto, então, em consonância com os anteriores, Freud aborda a doença venérea como um fator operante na formação de sintomas.

Tal ideia retorna, uma vez mais, nas novas conferências introdutórias da Psicanálise (1932/1996), mais especificamente na conferência XXXII, a respeito da angústia e da vida pulsional. Freud retoma a ideia de que o Supereu atuaria como uma forma de angústia moral, operante e necessária às relações sociais. Nesse sentido, o autor

formula que aquilo que o Eu toma como perigo pulsional interno atua na formação de ideais e formatações que significariam perigos externos. Tais formações seriam reatualizações de medos infantis modificados na vida adulta, de forma que “o perigo de castração persiste sob a marca da fobia à sífilis” (p. 61). Esse é um exemplo citado pelo autor, ao afirmar que o medo da castração se constitui como medo de doenças relacionadas a excessos da sexualidade na vida adulta.

Estas foram algumas das vezes que a temática das doenças venéreas foi encontrada na obra de Freud. É interessante a forma como desde aquela ocasião tais doenças apareciam, ainda que como um detalhe, como um fator de significação utilizado pelo autor para tratar elementos de sua teoria. Eram parte da formação de sofrimento e adoecimento psíquico, de reatualização de elementos da angústia, relacionada ao Supereu. Essa questão exploraremos mais adiante, no próximo capítulo, como algo que, possivelmente, se mostra atuante nas redes sociais verificadas. Na época tratada por Freud, não havia o HIV/Aids – ou ainda não tinha sido descoberto – porém, nas próximas linhas apresentaremos brevemente alguns dos escassos estudos encontrados acerca da questão por um viés psicanalítico.

Castellani (2014), em sua pesquisa de mestrado, ao tratar das questões em torno da revelação do diagnóstico da soropositividade ao HIV, aponta para parceiros na adolescência, nos casos de transmissão vertical, isto é, por meio da gestação. A autora afirma que, para além da apropriação necessária a partir dos diversos diagnósticos médicos, tomar o diagnóstico do HIV para si opera, também, como algo cultural, inserido na forma como o Outro inicial da criança lidou com a questão e a forma como o sujeito tomou conhecimento do diagnóstico. A partir disso, de forma quase constante, a autora afirma muitas vezes que há uma necessidade de guardar um segredo a respeito do diagnóstico, desde o primeiro contato com o resultado do exame, necessitando confiança para que se revele. Nesta questão, se inserem uma série de medos, como de rejeição, abandono ou preconceito, relacionados a significações culturais. A autora afirma que tais questões, bem como tabus em torno da doença, impactam nas identificações e na constituição de fantasias próprias aos sujeitos, de forma marcante no narcisismo, especialmente como algo presente na relação com o outro e com o Outro. Isso se apresenta, muitas vezes, de forma angustiada e de fala dificultada, demandando escuta *daquele* sujeito em fala livre sobre a forma como o diagnóstico impactou em seu psiquismo.

Além disso, alguns autores em estudos de viés psicanalítico a respeito do HIV/Aids e da forma como ele ocorreu na cultura, se atrelam a subjetivações culturais minoritárias e a um terror inicial (abordado no próximo capítulo), como algo que ameaçava a vivência sexual e a normativa em vigor. Ou seja, vincular o HIV/Aids a uma nomeação social teria agido de forma a não confrontar justamente o não-capturável do sexual, que se evidenciou, ali, por meio de uma atribuição do mal-estar irrompido, a algo já disponível como categoria social, mantendo aquilo que se apresentou como estranho distante de si. Esse processo, imaginariamente, manteria também a norma inquestionável. Além disso, possui consequências até os dias atuais, em termos de diagnóstico e, até mesmo, quanto aos significados atrelados ao uso de preservativos (BACCHINI et al, 2013; CECCARELLI, 2010).

Nessa direção, Birman (1994), afirma o HIV/Aids, em sua irrupção, como algo que, culturalmente, provocou diversas medidas culturais de limpeza e sanitização em torno da doença. O autor se refere a isso como um movimento obsessivo de tamponar o que a aparição da doença havia descortinado, especialmente havendo aparecido após um movimento de flexibilização cultural. Nesse sentido, o autor afirma um apego à norma e à moral, que acarretaria na calada de vozes e na maledicência, em nome do terrível da sexualidade que se fez presente. Assim, Costa (1992), em seu estudo acerca das diversas formas como a homossexualidade foi encarada no decorrer da história, afirma que a homossexualidade em sua relação próxima ao HIV/Aids propiciou respostas a partir de tal relação, promovendo uma relação de aprisionamento narcísico, em que as respostas à doença passaram a ocorrer a partir da nomeação da homossexualidade, propiciando sofrimento e relações de risco a partir dessa rígida identificação imposta culturalmente a alguns sujeitos já discriminados. A aparição da doença recoloca a questão da homossexualidade como uma patologia.

Esta discussão psicanalítica a respeito da sexualidade e, partindo dela, da homossexualidade, nos importa, dado o referencial psicanalítico presente em nossa construção de pesquisa e modelo de análise. Desta forma, no presente estudo, trabalharemos a homossexualidade por um viés psicanalítico seguindo uma posição que está presente desde Freud, que propõe a homossexualidade como uma posição cultural de nomeação da relação com objetos, em que se insere o HIV/Aids. Ou seja, em nosso modo de operar, entendemos a homossexualidade como algo da ordem da cultura, como uma produção, visto que, desde Freud, a sexualidade humana é descolada de fatores biológicos e naturais que visam reprodução, mas ocorre de forma complexa que inclui o prazer,

trazendo em si infinitas possibilidades que, justamente, escapam ao cultural. Assim, reafirmamos nosso entender da homossexualidade como produção cultural que não sustenta as possibilidades e vivências singulares, apesar de estar posta como um regulador de relações associado, de alguma forma, ao HIV/Aids, ainda na atualidade, em nosso entender, não ocorre sem consequências.

Por fim, julgamos interessante averiguar e indicar a forma como alguns destes aspectos podem ainda estar ocorrendo no laço social contemporâneo. Para tal, na direção de Mezan (2019), apresentaremos nos próximos subtópicos elementos que nos permitem verificar a materialidade do enlace discursivo proposto, a partir de estudos de diversas áreas do saber, em sua maioria de horizonte foucaultiano. Assim, iremos averiguar a forma como isso ocorreu, na tentativa de elucidar a importância de nosso estudo, que aposta em uma leitura à luz da Psicanálise, em diálogo com o levantamento que apresentaremos a seguir. Não temos a pretensão de favorecer caracterizações ou atributos de um sujeito homossexual, mas consideramos que dadas tramas históricas, para alguns sujeitos e traços, promovem sofrimentos específicos, narcisicamente, àqueles aprisionados, ali, em todo o aparato discursivo: cultural, moral e científico (COSTA, 1992; ROSA, 2018). Nisso se insere a relação entre produções discursivas propostas neste trabalho. Esta discussão é válida especialmente, pois a Psicanálise, no decorrer de sua história, se apropriou da temática em torno da homossexualidade de diversas maneiras, inclusive fomentando preconceitos.

2.2 A homossexualidade como produção discursiva

Práticas entre pessoas do mesmo sexo sempre ocorreram em diversas culturas, tendo sido tratadas de diversas formas, no decorrer da História. Nesta seção, apesar de não termos a pretensão de esgotar este aspecto, exporemos elementos da forma como a partir do século XIX, diversas expressões do homoerotismo são tomadas por um saber médico-cientificista, especialmente dentro de um contexto ocidental capitalista (COSTA, 1992; MCINTOSH, 1968; PLUMMER, 1981).

Costa (1992) e McIntosh (1968) apontam para dois elementos que devem ser considerados. O primeiro, deles, consiste na homossexualidade como uma dicotomia produzida culturalmente, que norteia tanto o saber popular e os que ali se identificam ao rótulo, quanto a estudos de cunho científico. O termo homossexual, então, não se sustenta, dada a grande gama de possibilidades da expressão do desejo humano e as variadas

formas como o homoerotismo aparece em diversos momentos históricos, e dada uma tipologia inconclusiva sobre o que seria a verdadeira homossexualidade, que estaria na cultura como uma polarização da heterossexualidade. O outro elemento consiste na dificuldade em levar em conta estudos que descrevam práticas homoeróticas em outros momentos históricos, visto que, na maioria das vezes, já aparecem sob um olhar comparativo, que toma por base noções que circunscrevem o papel do homossexual conforme o discurso ocidental moderno, ou seja, como uma essência e com atributos que o definiriam, sempre em contrapartida com a heterossexualidade, constituindo, assim, uma dicotomia.

De acordo com Foucault (1976b/2018), em algumas sociedades orientais e anteriores ao século XIX, o sexo ocorria com fins de obtenção de prazer e culto ao corpo, sendo algo relacionado a uma experiência, e não a uma lei moral, como o catolicismo, influente na ciência, instituiria. Rituais sexuais de pederastia na Antiguidade tinham, também, relação com uma transmissão de virtudes e conhecimento, dos mais velhos para os mais novos, sendo, também, algo que se relacionada à coragem, de forma que estas práticas também eram vislumbradas como algo que favoreceria a formação de guerreiros. Neste momento, apesar de sua regulação própria, não havia um código portador de grandes interdições sexuais, nem era possível uma nomeação de um sujeito homossexual estereotípico. Em outras palavras, não havia, então, um único aparelho moral regulador prescritivo, nem a noção de sexualidade como referência única (religiosa, moral e científica). Tais diferenças de normatividades nos interessam, pois nos permite colocar em questão a homossexualidade como nomeação política e, assim, atributos relacionados a ela, a partir da aparição da regulação cristão conjugal como uma lei normativa.

Nessa direção, Costa (1994) enfatiza a questão discursiva colocada aí, visto que, em consonância com Foucault, os discursos criam os fenômenos de forma naturalizada, com valor de verdade absoluta, como foi o caso da sexualidade. Na Antiguidade europeia, falava-se sobre bruxaria e, assim, existiam bruxas no discurso religioso e científico, e dados elementos de identificação disponibilizados na cultura, nas pessoas que passaram a serem identificadas e/ou a se identificarem assim. Nesse sentido, identidades sexuais só são possíveis dentro de uma cultura, por meio de seu vocabulário, que tem valor coercitivo dentro do jogo de linguagem.

Dessa forma, em relação com a moral e com o direcionamento dos discursos científicos, incluindo a medicina, foi possível que a homossexualidade, como um oposto da normalidade heterossexual, se articulasse culturalmente, sob influencia de tais

discursos, com um caráter de identidade, como algo possível de se ser. Apresentaremos nas próximas linhas algumas características de tais delineamentos identitários formatados em torno do que pode ser vislumbrado como o autêntico homossexual, conforme indicado por Costa (1992).

2.2.1 A construção da homossexualidade como identidade

De acordo com Weeks (1981), o homoerotismo foi um tabu em qualquer variação temporal e geográfica que tinha o cristianismo por base, até que, sob a noção da sexualidade em um contexto capitalista, se transformou em um rótulo. Nesse sentido, apesar de já existente anteriormente, inclusive como alvo de perseguições diversas por parte da Igreja, segundo McIntosh (1968), evidências do homoerotismo se tornam mais frequentes em documentos no século XVII, visto que estudos apontam para recorrentes práticas homoeróticas, por exemplo, de garotos dentro da instituição religiosa, que causavam sentimento de medo e tentativas de restrição, sendo estes meninos chamados de “catamitas”¹.

Este processo se intensificaria no século XIX, de acordo com Foucault (1974-5/2010; 1976/2018), momento em que as ciências médicas passaram a se ocupar de temas relacionados à sexualidade considerada normal, excluindo e perseguindo práticas homoeróticas e outras sexualidades periféricas. Dessa forma, herdaram-se práticas católicas de confissão, de elementos sexuais que seriam interpretados pela discursividade científica, que já enredava Medicina, Pedagogia e Estado. Isso possibilitou que, nas palavras de Costa (1994): “nem pura, nem impura, a etiqueta sexual passou a ser vendida e comprada como qualquer outra mercadoria na sociedade dos que podem consumir” (COSTA, 1994, p.144).

Uma passagem importante para o nosso trabalho, consiste na passagem da sodomia, que era uma prática ou um comportamento, para a homossexualidade, que, então, passa a conceber um tipo de pessoa, ou uma formulação identitária, no século XIX. Tal processo pode ser entendido como parte do estabelecimento da gestão de peste supramencionada, ou seja, uma aparição de figuras como uma positivação de certo dispositivo que permite a identificação de tipos que permitem controle contínuo, e que

¹ Catamita era o parceiro jovem, pré-adolescente ou adolescente, em uma relação de pederastia entre dois homens no Mundo Antigo, geralmente referindo-se a amantes homossexuais jovens e passivos.

seriam responsabilizados por elementos que fogem à norma e seriam, então, vistos como indivíduos que agiriam contra a ordem e a segurança social, tomados como egoístas, perigosos, por meio de selos de anormalidade (FOUCAULT, 1974-75/2010; 1976/2018).

De acordo com McIntosh (1968), é neste período que o homossexual, enquanto um papel social, se formaliza e cristaliza da forma como opera até os dias atuais. Para a autora, este é o momento chave para a aparição deste agrupamento social, dada, inclusive, a aparição de mais documentos que os reportam. O que está em conformidade com o apontado por Weeks (1981), que, no primeiro terço do século XIX, práticas sexuais entre homens passam a tomar certa visibilidade na França e na Inglaterra, de forma que há um aumento de enforcamento dos sodomitas. Tais práticas, antes da alçada do discurso religioso, passam a fazer parte, também, de um discurso jurídico. Tal intensificação ocorre de forma acentuada, chegando a ultrapassar as penas de morte por assassinato. Como aponta o autor, entre os séculos XVIII e XIX há um aumento da ansiedade social, aglutinando, ao homoerotismo, diversos significados como bestialidade, efeminação, tornando questões de gênero e de sexualidade nebulosas, que deveriam ser socialmente marcadas e escondidas.

Assim, a partir de desenvolvimentos ocorridos dentro da instituição religiosa, formou-se, no século XIX, um norteador ideal com relação à sexualidade, que constituiu uma ética, abordada por Costa (1992) como ética conjugal. Ou seja, algo hegemônico cultural de normalidade, sanidade e moralidade, que fornece parco vocabulário para que sujeitos homoeroticamente inclinados se falem culturalmente, possibilitando, então, em algum nível, apenas identificação com codificações médicas (morais, religiosas e pedagógicas) que, em geral, estão disponíveis de um jeito exclusivo e clandestino perante tal ideal, atando sujeitos, ali, fora da possibilidade desta felicidade conjugal.

De acordo com Trevisan (2018), então, estes discursos europeus chegam ao Brasil como uma importação de “bons costumes” advindos de lá. A isso se soma toda a devassidão atribuída à população encontrada aqui, sendo, assim, uma importação de normas vislumbradas como necessárias. Desta forma, para o autor, as vivências homoeróticas, condenadas na Europa, passaram a ser vividas, aqui, em segredo, por aqueles que vinham para solos brasileiros a fim de assumir cargos políticos e/ou administrativos. Isso corrobora com uma visão ambígua, construída na Europa a respeito do Brasil, pois, ao mesmo tempo em que havia uma ideia de devassidão pejorativa, havia também uma possibilidade de vivências externas à moral instituída. Isso colaborou para que o homoerotismo como paranoia fosse instituído em solo brasileiro.

Assim, da mesma forma como ocorreu na Europa, o homoerotismo no Brasil passou de uma visão pecaminosa a uma questão jurídica, tendo havido, aqui, a mesma perseguição europeia inquisitorial, sob semelhantes descrições de sodomia, juntamente a sexo com animais e bestialidade, até próximo a 1820, instituindo-se, então, próximo a 1890, o que se chamava de crime contra a honra. No Brasil, vivências homoeróticas têm o caráter de silêncio ou escândalo, quando de conhecimento público. Isso ocorreu de forma concomitante à movimentação médico-cientificista e ao higienismo.

Dado o exposto, o homoerotismo, a partir da construção de discursos morais e religiosos, tomou um lugar de algo indesejado. Nesta seção, aprofundaremos esta discussão, a partir de nosso viés teórico, que consiste, justamente, na criação do rótulo pretensamente unificador cunhado a partir de discursos médicos e científicos, concordando com a posição de Costa (1992) que o “homossexualismo é uma configuração histórica particular das práticas homoeróticas” (p. 77).

O autor se refere à criação de uma pretensa personalidade imaginária promotora de identificações fixas e marcações no laço social, visto que homossexualidade, cunhada pela ciência, passa a ser uma tradução sociocultural óbvia de qualquer prática ou inclinação homoerótica, em toda a sua diversidade. Tal posicionamento ocorre em continuidade com o que diz Foucault (1976) a respeito da ciência, que, ao se apropriar do sexo, se desenvolveu “subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas” (FOUCAULT, 1976, pp.59-60). Para o autor, desde o século XII começa-se a falar de sexo a partir do que deve ser controlado e normatizado e, assim, como algo produtor de desvios. Esse processo se intensificou no século XIX. A elucidação de elementos em torno disso, especialmente daquilo que se designou como dissidente, de acordo com os autores, pode favorecer a crítica daquilo que é entendido como normal.

A partir desta ideia, diversos autores trataram da homossexualidade de diversas formas. Alguns, na tentativa de defender a existência de uma condição homossexual, sob uma perspectiva naturalista, outros que postularam a homossexualidade como algo construído, viés sobre o qual nos apoiamos. É necessário, portanto, que os rótulos utilizados sejam vistos como produções históricas, sendo questionados e desnaturalizados (FRY, 1982; FRY; MACRAE, 1991; HAWKING, 2007; MCINTOSH, 1968; PLUMMER, 1981; WEEKS, 1981).

Weeks (1981), assim como Foucault, entende que as produções científicas ocorrem com a tendência de manter as exclusões sócio-históricas, por meio da produção

de regulações e rituais. Nesse sentido, para ele, o termo homossexualidade consiste em uma construção arbitrária e enviesada, dada a radical não correspondência entre o termo (padronizador) e vivências diversas de relações entre homens: “desejo, comportamento, consciência, subjetividade, papéis sociais, categorizações e identidades homossexuais” (WEEKS, 1981, p. 120). Para o autor, então, o homoerotismo consiste em uma possibilidade sexual dentre outras, que constituem uma pluralidade de possibilidades, sempre esteve presente na história e foi interpretado de diversos modos.

A partir do medo social e do movimento médico e jurídico de criar taxonomias, que deixavam de tratar comportamentos e crimes para pensar em modelos de subjetividade, como o louco, conforme apontado por Foucault (1974-5), o homoerotismo deixa de ser um comportamento sodomita e passa a construir uma identidade, de transgressor sexual, em torno de outros elementos jurídicos e religiosos (pejorativos e perigosos): o homossexual.

Nessa direção, Hacking (2007) afirma que, por parte da ciência há um direcionamento nos saberes científicos, como uma produção segregativa que toma e mantém categorias humanas como objetos a serem estudados; tal processo é visível nos desenvolvimentos acerca da homossexualidade. Assim como os autores que utilizamos para construir o presente trabalho, o Hacking entende tal lógica de produção científica como modeladora de subjetividades e produtora de nomes tipificadores, que tem um impacto naqueles que foram nomeados. Em outras palavras, pode-se entender que tais rotulações não ocorrem na direção de identificações descritivas de características que se fazem observáveis, mas como produção de modos de ser.

Desta forma, nesta esteira, produções e manutenção de nomes na cultura e discurso científico produzem efeitos tanto nos nomeados quanto nos especialistas das áreas, que impulsionam novas produções, e assim por diante. Para o autor, então, trata-se de uma produção de identidades e termos e efeitos de *looping*, que se relacionam e propulsionam saberes, como um processo dinâmico de produção e apropriação de saber por parte daqueles que são nomeados. Assim, pensar em termos de classificações de supostos tipos/pessoas significaria pensar em estereótipos cunhados e produtores de modos de vida/formas de ser que não existiam antes das rotulações, visto que um tipo de pessoa só é possível dentro de determinado contexto discursivo (HAWKING, 2007).

Nesse sentido, de acordo com Plummer (1981), as produções científicas sobre a homossexualidade foram construindo algo identificável em torno da multiplicidade dos fenômenos. Deste modo, é muito importante que se tenha claro que nossa pesquisa

averigua algo em torno do efeito de categorizações, e não de uma suposta essência homossexual que, de acordo com os autores escolhidos aqui, não se sustenta. Tais categorizações se disseminaram no decorrer da história como algo passível de serem um tipo de pessoa, de forma a controlar tais subjetividades em nome da ordem social e sua benevolência. Vale frisar que tal figura do homossexual se localiza em uma cultura ocidental de cunho capitalista (PLUMMER, 1981).

Nessa direção, para McIntosh (1968) a definição cientificista se insere em uma tratativa social de controle, como uma forma de identificar e divulgar recomendações em torno do que seria aceitável ou não, por meio de uma sintomatologia que promoveria a identificação de sinais dessa tipologia, como ocorreu com criminosos, doentes e, agora, homossexuais. Dessa forma, partiu-se de noções em torno de crime e pecado, até que a homossexualidade se tornou uma categoria diagnóstica médica, tornando-se, também, uma doença (PLUMMER, 1981). De acordo com Costa (1992), o termo “homossexual” (e seus derivados como “homossexualismo” ou “homossexualidade”) foi cunhado em meados de 1880, contendo em si noções sociais e culturais, anteriores, que colocavam a relação entre homens como pecado, crime e vício, discursos existentes, também, na noção de doença.

Desta forma, tal processo se desenvolve até o século XX, quando se intensifica a tentativa de explicação, na busca por causas dessa “condição” pelas vias da genética, embriologia, processos químicos, medicina e afins, corroborando com a figura que começa a se personificar enquanto subjetividade no século XIX (PLUMMER, 1981; WEEKS, 1981). Frente a isto, então, começa-se, exponencialmente, a criação de expectativas do que seriam estas personificações na sociedade ocidental: efeminação, busca por parceiro mais novos, papéis sexuais de passividade, entre outros (MCINTOSH, 1968).

Como um derivado desta ideia, Green (2019) apresenta as formas como a medicina se apropriou da homossexualidade no Brasil no decorrer do século XX, favorecendo tais classificações. Isso ocorre no início daquele século, se intensificando nos anos 30, de forma que a homossexualidade passa a ser identificada como uma forma de eugenia e manutenção da ordem social. Neste momento, houve uma intensa multiplicação de teorias, trazendo aqueles identificados como homossexuais aos consultórios médicos, como objetos de diversos estudos de cunho psiquiátrico, genético, criminalístico e, inclusive, endocrinológico. Neste momento, então, o controle da dissidência passa a pertencer à medicina, afastando a Igreja de tal função.

Dentre as diversas tentativas de controle e mensuração, divulgou-se, inclusive, formas de uma possível prevenção e cura e até mesmo, reabilitação, pelas vias das normatividades morais, procedimentos e medidas de reabilitação e isolamento. Não nos estenderemos aqui, mas, muitas vezes, para tais estudos haviam capturas por parte da polícia. A homossexualidade, então, era considerada uma doença de cunho orgânico, dentre outros fatores, e estava intensamente marcada no Brasil, medica e juridicamente, pois, a partir de tais estudo, passou a se configurar como crime ao pudor ou perversão e doença mental. Nos anos 40, tais estudos se popularizaram por meio de guias pedagógicos e médicos durante a Era Vargas, estabelecendo a medicalização e pedagogização dos homossexuais, ainda na direção de manter a ordem e uma sociedade “saudável” e moral. Reforçavam-se aspectos violentos de segregação e perseguição existentes desde estudos europeus. Tais ideais entremeados de ciência e moral operaram até os anos 70, consolidando categorizações.

Como visto em Fry (1982) e McIntosh (1968), nos períodos entre 1940 e 1965 foram desenvolvidos estudos, pela Ciência e Medicina, que comporiam sintomas, modelos de identificação de sintomas (etiologia, comportamento, atração, personalidade, etc.) que seria ou não diagnosticável como homossexualidade, corrente que se seguiu por vários anos, guiando diversos estudos; correntes que sempre obtiveram resultados conflitantes e não sustentáveis. Tais desenvolvimentos da Medicina favorecem a criação de uma certa identidade homossexual, como uma condição correlacionada com crimes, drogas, suicídio e saúde mental, ou seja, como correlações a elementos de condenação social, a serem rotulados.

Assim, estabelece-se a distinção dicotômica entre homossexual e heterossexual, sendo a bissexualidade uma figura intermediária, assim como o que se entendia como homossexuais latentes ou pseudo-homossexuais. Para os autores, dentre os homossexuais, cria-se uma subculturalização, na qual, inicialmente, opera um modelo hierárquico em que a atividade (masculinidade) é mais valorizada que a passividade (efeminação) em termos sexuais. Essa perspectiva levou a um momento mais igualitário, em que aparecem termos como “entendido” ou “gay”, que remeteriam a classificações mais horizontais, menos referenciadas à distinção de papéis. Ainda assim, para Fry (1982), estas novas distinções favorecem novas taxonomias que ainda mantém o mesmo elemento: a existência de uma condição essencial homossexual.

De acordo com Paoliello (2013), a homossexualidade foi tratada como uma patologia psiquiátrica nas primeiras classificações do manual diagnóstico psiquiátrico

DSM, passando a ser flexibilizada a partir de 1975, até que deixou de ser considerada como patologia, por volta do ano de 1990. Isso somente se deu após pressão realizada por movimentos sociais e à falta de embasamento dos representantes da Psiquiatria para que assim permanecesse, tendo a obra de Freud colaborado com essa mudança. Assim, após tantas tentativas de normatização da sexualidade, vale frisar que a questão humana do desejo sexual escapou a todas elas. Tal processo é um exemplo do risco existente na Ciência (no caso, a Medicina) de se determinar categorias a partir de normas morais.

Algo interessante a ser levantado é que, apesar de alguns dos cientistas que se apropriaram da questão e outros teóricos haverem estudado na direção da despatologização, ou defenderem a argumentação de que os homossexuais não proveriam nenhum tipo de prejuízo social, a identidade e a tipologia seguiam sendo difundidas, discursivamente, como uma tipologia identificável, mesmo que passível de variações e interpretações individuais (PLUMMER, 1981).

Tal processo subjetificador tem grande influência na forma como os sujeitos se identificam com desejos e inclinações homoeróticas, dado o caráter produzido, que engendra modelos de consciência de si e de apropriação de elementos da cultura. As regulações sociais, que tentariam unificar a homossexualidade, promovendo espaços específicos para os que ali fossem enquadrados, corroboraram com um processo formador de uma identidade. Nas palavras de Weeks (1981), isso ocorreu: “de diversas formas, autoconceitos, locais de encontro, uma linguagem, um estilo, e complexas e variadas formas de vida” (WEEKS, 1981, p. 134).

Tal postulado está de acordo com McIntosh (1968), que afirma o impacto destes discursos naqueles indivíduos que, de alguma forma, passaram a se identificar com aspectos da chamada homossexualidade. Não obstante, sujeitos que se identificavam com tais identidades passaram, então, a se organizar em guetos e subculturas, a partir de suas “condições”, muitas vezes sob uma retórica de libertação e militância, como que divididos em espécies e subcategorias (PLUMMER, 1981).

De acordo com Fry (1982) e McIntosh (1968), como um reflexo da maneira pela qual ocorreu na Europa, os discursos acerca da homossexualidade afetam a forma como as pessoas dizem e realizam suas práticas, sempre com base em regras sociais, sendo a tratativa da homossexualidade uma destas. Como efeito disto, o autor afirma o modo como o papel do homossexual masculino se fez muito mais bem construído socialmente, frente à invisibilidade da sexualidade e papéis de gênero feminino. Estes elementos apontam para a forma como se construiu certa dimensão política acerca da temática, bem

como a organizações de caráter político. Assim, próximo a 1970, aparecem grupos “de homossexuais” organizados que, entre si mesmos, discutiam se a homossexualidade seria ou não uma condição, o que levou a diversas rusgas e desintegrações no decorrer da história.

Nesse sentido, conforme McIntosh (1968), esta subculturalização constituiria um dos efeitos da tipologização das homossexualidades, de forma que, mesmo clamando pela normalidade, aquelas ainda estariam operando como algo essencial a ser aceito. Em outras palavras, operando do lugar de algo que marca a diferença, que estaria baseado na dicotomia amplamente difundida na cultura, até mesmo no senso comum, estabelecida pelos discursos científicos. De acordo com Carrara (2016), as lutas políticas e seus caminharos ocorrem, também, como resistência à sua tomada como objeto de estudos acadêmicos ou da psiquiatria e da medicina. Assim, seguem na direção de uma retirada do movimento da dicotomia taxonômica homo ou heterossexual. Isso ocorria não sem dificuldade de que as defesas e direitos obtidos não cunhassem marcações essencialistas que perpetuassem preconceitos, preocupação que se mantém até os anos 2000.

A partir disso, há uma transformação nos espaços ocupados pelas práticas homoeróticas, que parte de uma marginalidade, conforme apontado por Perlongher (1987) em seu estudo acerca da prostituição viril e seus clientes. O autor pontua tratarem-se de relações estabelecidas no centro da cidade de São Paulo, majoritariamente para fins de sexo casual. Com relação a isso, a partir dos anos 40, estabelece-se na capital paulista algo de uma região moral em que relações dissidentes ocorriam de forma marginalizada. Esses encontros eram marcados por indicações taxativas de gênero (macho, masculino/bicha, efeminada), idade e viés econômico, e ocorriam majoritariamente à escondidas, em horários noturnos no centro da cidade, sob intenso medo de perseguições policiais.

Isso se desenrolou de maneira complexa, mas vale pontuar que houve uma mudança nas hierarquizações de gênero que entendia apenas os efeminados como homossexuais. Isso se dá, por exemplo, com a chegada do que se referia nas relações mais igualitárias como *gay* ou entendido, a partir da década de 60. A partir dos anos 70, tais práticas passam a ser mais visibilizadas e incorporam diversos estilos de vida, como artistas e intelectuais, favorecendo o que posteriormente se entenderia como uma modulação de uma identidade homossexual (PERLONGHER, 1987).

Dessa forma, de acordo com Trindade (2018) constituiu-se, em consonância com as artes e o jornalismo, o que se estipulou como público homossexual, promovendo uma

passagem entre uma marginalização a um estilo de vida ou subcultura, carregado de representações e questionamentos da norma. Este processo ocorreu por meio de uma ampliação de vivências estritamente centrais para outros bairros, como a região da Rua Augusta, por exemplo. Nesse sentido, no mesmo período em que se fortificavam diversas lutas por direitos de cidadania, a homossexualidade, que se estabelecia como um estilo de vida, passa a fazer parte de uma de suas faces. As resistências políticas e o início de aspectos de uma militância se iniciavam neste período e favoreceram um pano de fundo sob o qual se fortaleceria algo em torno de uma identidade. A isso, se somou a irrupção do HIV/Aids, conforme exploraremos no próximo subtópico.

2.2.2 As resistências e a irrupção do HIV/Aids

A título de exemplo, em meados dos anos 70, um conjunto de pessoas se articulou para compor a revista *Lampião da Esquina*, destinada ao público homossexual, na tentativa de dar visibilidade ao grupo, a partir da publicação de temas próprios. Apesar de o país viver, então, um momento de abertura política, isso não ocorreu sem perseguição policial e censuras. A exploração disso que se vislumbrava como um estilo de vida culminou com o início de vínculos identitários em relação à homossexualidade, de forma que ao final dos anos 80, em conjunto com as lutas feministas, questões em torno da homossexualidade já tinham um *status* político. Diversas reuniões com pauta de lutas por direitos ocorriam, especialmente após a revolta da boate *Stonewall*, nos Estados Unidos, em que os frequentadores da boate reagiram à repressão policial, em junho de 1968. Este fato corroborava com o caráter de militância que se estabeleceu neste período e alcançou diversos segmentos da sociedade em todo o mundo (TRINDADE, 2018).

A homossexualidade, segundo Trindade (2018), enquanto uma condição dissidente, moveu diversos debates e embates, de forma que as reuniões passaram a ter como efeito uma identificação entre os seus membros, culminando com a formação de coletivos nos anos 80. Um dos coletivos formados foi o Grupo Somos de Afirmação Homossexual, importante enquanto pressão política e para visibilidade homossexual como uma identidade. Neste período, iniciou-se um clima de maior flexibilidade política, permitindo o que se configurou como um desbunde gay, conforme Perlongher (1987).

Este movimento permitiu que pessoas se assumissem, especialmente a partir da possibilidade de reconhecimento instituída pelos coletivos, que ofereciam diversas formas de suporte e conscientização em torno da questão. Tal “explosão gay” (p.91) não

ocorreu sem recusas, de forma que violentas perseguições policiais continuaram a operar, nas regiões em que as pessoas se encontravam, e cujos moradores clamavam por “limpeza”. De todo modo, isso corroborou com uma expansão de espaços de encontro. Conforme Green (2019), isso deu ensejo para diversos protestos contra prisões e violências realizadas, sob o som de “abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”.

É neste ambiente de maior abertura política e visibilidade social que surge o HIV/Aids. Nas palavras de Trindade (2018, p. 43): Não tardou para que uma íntima associação entre essa nova moléstia e a homossexualidade fosse estabelecida”, a partir, por exemplo, do nome da doença estabelecido como peste *gay*. Neste ponto, vale ressaltar que a construção de algo como uma identidade homossexual foi necessária em termos políticos, de conquista de direitos e espaço no laço social, no decorrer da história. Tal construção também colaborou com o combate ao HIV/Aids e seus desdobramentos (SIMÕES; FACCHINI, 2009). A aparição da doença também favoreceu tal delineamento de identidade, visto que demandou diversas organizações para o combate da doença e do preconceito que se estabelecia.

De acordo com Carrara (2016), vale situar o momento em que surgiram as políticas sexuais e algumas conquistas de direitos dos homossexuais, que se tornariam o movimento identitário LGBT em geral, que surge logo após algumas conquistas quanto à liberdade sexual promovidas pelos movimentos, próximo aos anos 1970. Esse processo foi seguido pela aparição do HIV/Aids e que, conforme já esboçado, corrobora e marca a homossexualidade na cultura brasileira. Isso é importante, pois noções acerca de saúde e de sexo se fortalecem em termos biomédicos e científicos, levando em conta o HIV/Aids. E, quase que como uma consequência, também sobre uma identidade ou uma condição homossexual marcada ali. Segundo o autor, os movimentos não ocorreram livres de disputas internas, fator que marca a impossibilidade de homogeneização. Para citar, alguns grupos eram a favor de uma identidade geral a ser defendida em sua essência; e outros não, afirmando o potencial de manutenção de guetos e segregações. Em nosso desenho de pesquisa, apostamos em verificar uma possível operação de um destes dispositivos no laço social digital.

Tais processos engendraram falas e orientações sobre sexo, ainda na direção da moral conjugal reprodutiva, mantendo alguns em posição de exclusão social, como indivíduos que agiriam contra a cidadania, contra a moral vigente e, assim, contra a higiene e a saúde. Isso apesar dos diversos ganhos obtidos em nome de lutas. Em outras palavras, trata-se de mudanças (e avanços?) na direção da obtenção de diretos e

flexibilizações morais. Porém, deve-se levar em conta que o discurso científico e suas variações promovem, ainda, determinadas hierarquizações, por meio de termos e recomendações que, em nome da Ciência, tomam um caráter cada vez mais sutil e inquestionável. Assim, reconfigura-se a sexualidade e aquilo tomado como descontrolo com novos dispositivos de controle biopolítico (CARRARA, 2015).

O questionamento realizado aqui consiste em entendermos a homossexualidade como um lugar discursivo e cultural (em nada essencial), formatado de formas complexas sob diversos fatores, com disputas e influências políticas e científicas. Tal lugar, vale dizer, é ainda operante e aglutinado de sentidos sociais que se construíram historicamente. E há de se perceber o HIV/Aids como um efeito deste lugar, especialmente dado o momento em que as lutas relacionadas à homossexualidade e ao HIV/Aids se tornam uma só, em torno de um ideal marginalizado e estigmatizado (CARRARA, 2015, 2016; TRINDADE, 2018).

O fenômeno em questão, então, marcou o discurso científico da época, de modo que relacionar o HIV/Aids a práticas sexuais consideradas transgressoras era algo corroborado pelo discurso médico da época. Deste modo, por exemplo, se dá a disseminação da ideia de isolar os infectados, associada com a disseminação de “bons costumes” e “hábitos saudáveis” (PAIVA, 2000). Segundo Perlongher (1987b), o nome científico inicial da doença era GRID (Deficiência humana relacionada aos *gays*), nome contaminado por questões morais; tais questões se construíram a partir da percepção de alguns médicos novaiorquinos que diagnosticaram a doença em alguns jovens homossexuais, e logo alertaram para a possível ligação entre a homossexualidade e a nova enfermidade, em meados de 1980. Pode-se notar que as informações médicas, na época, se entrelaçavam com o discurso criado, e fomentaram-no.

A construção de nossa hipótese seguiu na mesma direção de uma ideia expressada nos primeiros anos da epidemia, em 1985, na fala de uma figura importante da Medicina, Jean Claude Nahoum, retirada do livro “O que é AIDS”, de Nestor Perlongher (1987b). Para o médico, a nomeação da doença e a trama formada ao redor da epidemia consistiam em: “uma nova sistematização de elementos preexistentes; no caso da AIDS, essa construção foi estudada inicialmente em homossexuais, começou a ser procurada insistentemente em homossexuais e, naturalmente, foi encontrada em homossexuais” (NAHOUM apud PERLONGHER, 1987b, p. 51). De acordo com Perlongher (1987b), as tratativas em torno do HIV/Aids ocorreram de forma a reiterar a promíscua relação histórica entre a homossexualidade e a medicina.

Como já é conhecido, desde o primeiro caso de Aids notificado no Brasil, em 1982, a doença foi atrelada, pela Medicina, diretamente a “grupos de risco”, por exemplo, homossexuais masculinos, prostitutas e estrangeiros. Estes grupos estavam relacionados com práticas que transgrediam os costumes (incluindo questões de moral e sexualidade) e a lei da época, especialmente os homossexuais, sendo “castigo de Deus” e “Peste gay” alguns de seus nomes populares, no início (PAIVA, 2000; CECCARELLI, 2013).

Deste modo, como podemos perceber, relacionar a homossexualidade à questão da patologia não é novidade em termos históricos. O que mostra, então, que apesar de a homossexualidade não ser mais vista como doença em si, após sua tentativa de despatologização, com a descoberta da Aids, as práticas homossexuais passam a ficar novamente carregadas de sentidos sociais pejorativos (relacionados à doença), o que pode levar novamente – como efetivamente levou – ao preconceito e à discriminação.

De acordo com Altman (1995), o aparecimento do HIV/Aids, dentro do contexto esboçado anteriormente, mobilizou algumas respostas em diversos setores, em âmbito mundial. O presente trabalho não tem como objetivo realizar uma profunda discussão de todos eles, mas vale citar, como exemplo, mobilizações da Igreja Católica, de setores da indústria farmacêutica, alterações (forçadas) em maneiras biomédicas coercitivas de lidar com doenças de forma isolada de outros campos de saber. Esse movimento se fortaleceu frente a uma doença que não se curava ou se prevenia por meio de modelos puramente médicos e sanitários, e houve, então, a emergência de diversas respostas comunitárias à inicial epidemia, a saber, de movimentos organizados de públicos feministas e homossexuais.

Tais respostas, especialmente toda a organização da sociedade civil, ocorreram, principalmente, em função da clara insuficiência de medidas biomédicas governamentais naquele momento. E estava associada a uma necessidade, urgente, tanto de acolhimento dos que já estavam infectados, como à luta contra movimentos persecutórios e discriminatórios. Tais movimentos realizaram, também, pressões para que medidas governamentais fossem tomadas, tanto em países ricos como pobres; a sensação de desamparo era geral. É interessante ressaltar, a partir disso, que o termo preventivo “sexo seguro”, referente às práticas sexuais com preservativos, foi disseminado a partir de organizações comunitárias de gays e lésbicas neste processo, como uma tentativa de diminuir novas infecções sem que se recorresse a orientações moralizadoras de supressão da atividade sexual (ALTMAN, 1995).

De acordo com Altman (1995), um dos fatores que permitiu que a doença se relacionasse de forma tão rígida à homossexualidade consiste na existência anterior de grupos identitários homossexuais, já nomeados socialmente, bem como suas características identificáveis, disponíveis na cultura. Isto é, dada a inexistência de um agrupamento social em torno dos outros elementos do grupo de risco, a homossexualidade se fez favorável para que, enquanto relação a algum agrupamento nomeado como tal, promovesse um dos aspectos da resposta política ao HIV/Aids.

De acordo com Trindade (2018) isso mobilizou a sociedade civil em diversas formas de acolhimento dos doentes e campanhas de prevenção. Além disso, acirraram-se as disputas propostas por ativistas homossexuais, visto que a doença havia intensificado o preconceito já existente, de forma que “é interessante perceber que a militância homossexual e as lutas no combate à AIDS já se confundem” (p.47), fomentando um fortalecimento identitário homossexual, ainda mais suportado pela racionalidade médica. Algo que, apesar de enfraquecido, se sustenta até hoje.

Assim, conforme Trindade (2018), o intenso controle e moralização que ocorreu inclusive por parte de medidas biomédicas desencadeou diversas lutas políticas e, a partir delas, ganhos na direção de tratativas da doença, como, por exemplo, programas de prevenção e acesso a medicamentos. Pode-se notar um contexto que tornou difícil a tratativa, tanto com relação à prevenção quanto ao tratamento, dados os aspectos sociais e políticos da doença, que extravasavam o alcance da Medicina. Verificou-se, assim, que lidar com algo transmitido sexualmente, por meio da relação entre pessoas, não poderia ocorrer sem que os mais diversos contextos socioculturais fossem levados em conta (PARKER, 2000).

Um fator interessante, com relação ao momento em que a epidemia aparece, consiste, justamente, em um momento de extrema confiança nas ciências biomédicas quanto ao tratamento do que se chamava Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Esse momento acentuou a já citada fenda no saber médico, produzida pela descoberta da Aids, o que acarretou insegurança e até mesmo terror social, de modo que logo se vislumbrou como solução o apego à moral, com a suposição da necessidade de um retorno à moral antiga, como um movimento de extinguir a sujeira. Este movimento se deu, também, a partir da eleição de figuras de responsabilidade pela questão (BIRMAN, 1994; PELÚCIO; SIMÕES, 2018; SONTAG, 1989).

Destacam-se, então, a aparição de aspectos de medo e insegurança, marcando a forma como a doença passou a ser disseminada em seus termos culturais e políticos, e a

falha no que se refere ao saber biomédico. A partir disto, criaram-se, discursivamente, mitos das origens da epidemia que refletiram na forma como a doença tomou formas na cultura, por meio do aparecimento de noções como “combate”, “perigo” e “poluição”, e da marcação de sexualidades dissidentes, já existentes, mas que seguiam em uma tentativa social de tamponamento (ALTMAN, 1995; SIMÕES, 2018; PAIVA, 2000; SONTAG, 1989).

Diversas organizações se formaram pelos próprios sujeitos que se identificavam como homossexuais, dado o grande aumento de situações de abandono e discriminação que a doença engendrou, especialmente quanto à sua ligação discursiva com a homossexualidade. De modo que tais identidades, que já se organizavam sob diversas formas em lutas por direitos, passaram também a reivindicar direitos relacionados à saúde e às políticas de tratativas do HIV/Aids (TRINDADE, 2018). A partir disso, e de outros fatores, na década de 90 surge a sigla GLS, que consagra o estilo de vida, antes fragmentado, como um público específico. É interessante notar que isso tenha ocorrido no período pós HIV/Aids, que, a nosso ver, não é sem consequências. A sigla, então, não se refere mais a algo em torno da militância, mas tem influência mercadológica que indica e circunscreve uma identidade.

Com base nesta ideia, Costa (1992), a respeito deste espaço sócio simbólico cultural, também discorre acerca de determinados lugares sociais habitados por alguns sujeitos rotulados, de alguma forma, com a homossexualidade que, para ele, é tomado como algo a “se tornar” sob tramas e topologias históricas. Em suas palavras, a partir de “regras de identificação sexual geradas pelo imaginário social de exclusão” (COSTA, 1992, p. 84), frente à parca disponibilidade de elementos discursivos valorizados culturalmente com que estes podem se identificar, como por exemplo, a conjugalidade, a exclusão dos modelos de masculinidade, ou a possibilidade de paternidade, disponíveis na cultura. Neste sentido, o autor descreve a criação de uma subcultura clandestina, por meio de apropriações de elementos valorizados culturalmente, criação de gestos típicos e locais a serem frequentados.

O autor descreve sentimentos de ansiedade característica ao que ele chama de expulsão da norma colocada, como “sujeitos presos a montagens perversas” (COSTA, 1992, p. 99), que posiciona este outro em determinado lugar, com pouco recurso cultural (ou apenas recursos de estigma frente ao que é valorizado) para se narrar e se posicionar. Para o autor, toda a liberdade em torno da homossexualidade, em nossa cultura, se dá de

forma referenciada a este ideal, como uma permissividade cínica que mantém o ideal operante.

Corre-se o risco de manutenção de uma identidade sexual pejorativa, já presente em imaginários sociais anteriores, fortalecidos com o aparecimento do HIV/Aids (COSTA, 1992). A identidade homossexual, culturalmente tomada como unidade na cultura, foi relacionada diretamente ao HIV/Aids, como um todo. Ou seja, o processo de despatologização e conquistas que ocorreu por meio de ativismos em torno de uma identidade homossexual, passa por uma forte “repatologização”, que se faz presente nas maneiras como a doença foi tratada, nas tentativas de prevenção e, também, como a doença aparece em termos culturais/senso comum (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

Entendemos que organizações sociais, neste caso, tenham sido importantes no sentido de conquistas de direitos e espaço, pois figuram dentre os agrupamentos sob a rubrica “de risco”. A questão da homossexualidade (comunidade *gay*) é a que mais permite que se crie algo de uma organização sócio-política no sentido de resistência e pressões quanto às políticas de prevenção, mesmo sabendo que tais identidades não dão conta de todas as possibilidades de práticas entre as pessoas (ALTMAN, 1995; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Nesse sentido, a fim de justificar nossa hipótese de que tal amarração ainda se faça presente na atualidade, abordaremos alguns aspectos da forma como se desenrolou tal enlace.

2.2.3 O HIV/Aids e seus dispositivos de controle: a produção de uma homossexualidade domada

Retomando, de acordo com Paiva (2000), o aparecimento do HIV/Aids no Brasil ocorreu também de forma extremamente impactante, promovendo o descortinamento de diversos aspectos sociais do país: o uso de drogas, relações desiguais de gênero e a existência de sexualidades/gêneros dissidentes. Verifica-se que, no Brasil, a doença também ocorre com base no estabelecimento de algo que acomete o outro, o que está fora das normativas dos bons costumes morais. Algo muito particular a respeito do aparecimento da doença no Brasil, em 1982, se relaciona com o que se chamou de “desbunde” sexual: avanços culturais que promoveram maior libertação sexual de homossexuais, que puderam se assumir, e de travestis, que puderam aparecer mais à luz do dia.

Nesse sentido, houveram diversos encaminhamentos discursivos para a questão, que também afetaram o âmbito cultural e político. Dentre alguns dos aspectos políticos, vale citar as diversas características a respeito da desigualdade de gêneros que se relacionam com as diversas vivências da homossexualidade, como, por exemplo, termos como masculinidade/feminilidade, atividade e passividade (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Além disso, cita-se a diversidade de situações sociais a que as travestis estão expostas, especialmente em suas vivências de prostituição nas ruas (PELÚCIO, 2009) e o histórico de vivências homoeróticas que ocorriam em ambientes de gueto, à noite, afora os vocabulários próprios e apartado da moralidade diurna (COSTA, 1992; PERLONGHER, 1987b). Estes jogos de relação são aspectos que se associaram às significações da doença no Brasil, de forma que se favoreceram estigmas e culpabilizações. Os programas de prevenção foram desenvolvidos a partir de todo esse complexo jogo discursivo e cultural. Tais programas, inicialmente, trabalharam com base na noção de “grupos de risco”, que intensificou o foco das tratativas do HIV/Aids em alguns grupos sociais marginalizados já assistentes, como por exemplo, prostitutas, usuários de drogas e homossexuais do sexo masculino (PAIVA, 2000). Será que era só de uma nova enfermidade que estávamos tentando prevenir?

Tais tramites favoreceram um dispositivo de controle e vigilância da homossexualidade – dentre outras dissidências. Por uma perspectiva foucaultina, Pelúcio e Miskolci (2009) chamam este processo de “SIDAdanização”, em que os sujeitos relacionados a tais sexualidades foram altamente responsabilizados pelo HIV/Aids. Por exemplo, como vemos em Perlongher (1987), a Medicina, no Brasil, apresentava recomendações moralizadoras quanto à prevenção, muitas vezes voltadas ao número de parceiros sexuais, a práticas homossexuais e, muitas vezes, à abstenção de modalidades sexuais de “alto risco”, como sexo anal. Ou seja, o discurso da prevenção ocorreu entremeado com uma luta contra o que se considerava promiscuidade, prevenção do que se considerava desviante (PELÚCIO, 2009). Segundo Perlongher (1987b), a disseminação da doença no discurso social brasileiro ocorreu, também, de maneira a privilegiar seus meios sexuais de infecção, sendo que, portanto, as orientações médicas, também com base nisso, ocorreram de forma extremamente moralizadas.

Quanto à aparição da doença na cultura, Pelúcio (2009) entende que todo o movimento de prevenção do HIV/Aids ocorreu com um forte entrelaçamento com a história da noção de homossexualidade, instalando-se com alvos dissidentes e gerando um ambiente em que a doença não estaria dentro de enquadres morais. Assim, toda a

agência social, no que dizia respeito a um discurso preventivo, ocorria no sentido de orientar e informar, e pouco levava em conta a forma como determinadas práticas sexuais ocorriam. Isso se fortalece, dado que o HIV/Aids causa algo de um pânico quando nomeado, promovendo sentidos de fatalidade e terror social (SIMÕES, 2018).

Tratava-se, então, não de buscar uma cura, mas de controlar/domar (PELÚCIO, 2009). Esse processo se deu objetivando, portanto, noções como grupos de risco e/ou comportamentos de risco, de forma que houve uma primazia inicial de um enfoque totalmente individualizante (para não dizer culpabilizante), disciplinador e racionalizador de algumas práticas sexuais, especialmente práticas entre homens (PERLONGHER, 1987). Em outras palavras, as relações subjacentes às infecções não foram levadas em conta em sua dimensão política. Conforme Parker (2000), as tratativas iniciais da doença ocorreram por vias de métodos comportamentais, que enfatizavam a alteração de comportamentos, de modo desvinculado de questões políticas, o que favoreceu a perpetuação, por exemplo, do preconceito ocorrido junto a tais ações ou o estabelecimento discursivo do que seria o risco.

Pelúcio (2009), que explora o ambiente em que a Aids surge, nos lembra que “toda sociedade produz segredos” (p. 18). Essa ideia é importante, pois, para a autora, o desenvolvimento de programas de prevenção por parte do Estado ocorreu de forma cientificista e normativa, demonstrando um claro objetivo, subjacente, de controlar as populações marginalizadas que haviam sido evidenciadas, com a nomeação do HIV/Aids, por meio dos agrupamentos de risco. Em outras palavras, todo o processo se deu contaminado por uma tentativa de controle de excessos que transbordaram às normas sociais. Pelúcio e Miskolci (2009) se referem a este processo como prevenção do desvio, para tratar de forma crítica a história da prevenção do HIV/Aids, visto que a doença aparece logo após a Revolução Sexual, movimento em que a sexualidade e seus prazeres estavam aparecendo socialmente de uma maneira mais flexível. Nas palavras da autora “a Aids estaria, assim, em corpos previamente marcados por comportamentos tidos como desviantes” (PELÚCIO, 2009, p. 115), processo que gera reminiscências até os dias atuais.

Apesar dos avanços apontados por Trindade (2018), em desvincular doença de homossexualidade, por meio da afirmação de que seria uma doença de todos, que não escolhe públicos, a tratativa da doença ainda ocorre com o foco nos mesmos agrupamentos. Isso se dá sempre na tentativa de promover a consciência da prevenção, colocando a responsabilidade da epidemia sobre os grupos marginalizados (PELÚCIO,

2009). Os termos biomédicos adequados a posturas assistencialistas (ALTMAN, 1995) e pedagógicas, no entanto, se mostram não efetivos enquanto prevenção frente a determinadas estruturas sociais.

Simões (2018) aponta para o impacto da “criação” do HIV/Aids em diversas noções sociais organizadoras, por exemplo, de crenças, normas, valores, família, entre outros. O autor frisa um substrato discursivo e histórico que teve como efeito a tentativa de combate com base na marcação e amarração de diversas significações, que “estão em jogo na formação de sujeitos” (SIMÕES, 2018, p.315). Ainda para Simões (2018), dentre tais elementos se amarram noções de homossexualidade, promiscuidade e doença, o que não seria uma novidade em termos históricos. Isso incide, por exemplo, nos jovens que se percebem com desejos homoeróticos, de forma que, além de todo o medo causado pela situação de rotulações e preconceito social, surge também, muitas vezes, o medo da doença.

Tal lógica pode ser vista nos programas de prevenção que, muitas vezes, operam no sentido de que se cale o que há de particular nas pessoas. Assim, seria negado, por exemplo, o desejo sexual e o contexto sociopolítico de práticas sexuais a fim de visar o reestabelecimento da ordem coletiva, como verificado em alguns estudos (ALTMAN, 1995; FERRAZ; PAIVA, 2015; LEAL et al, 2015; PAIVA, 2000; PAIVA et al, 2006; SEFFNER; PARKER, 2016; PARKER, 2000) que sinalizam para um ponto crítico acerca dos programas de prevenção. Estes, desde a descoberta da doença, tratam o fenômeno de uma forma geral normativa, que muitas vezes desconsidera o singular no desejo sexual dos sujeitos, bem como outras relações políticas e sociais construídas historicamente nos processos de disseminação, como questões de gênero e formas de relacionamentos existentes, especialmente aquelas descortinadas pela aparição do HIV/Aids. Tais trabalhos afirmam a importância de estudos políticos do assunto, especialmente quanto à resposta brasileira atual, dentro os quais, citam os avanços biomédicos e certa estagnação quanto às estigmatizações, por exemplo.

De acordo com Parker (2000), apesar de avanços e tentativas, inclusive por parte dos movimentos sociais, há uma demora para que questões políticas sejam cogitadas. Tais impactos podem ser verificados até os dias atuais. Até o presente momento, a nomenclatura, agora utilizada, consiste em “populações-chave”; porém, no decorrer da história, diversas nomenclaturas foram usadas, dentre elas “grupos de risco”, “comportamentos de risco” e “grupos vulneráveis”. Tais modificações ocorreram a partir de reflexões no sentido de uma tentativa de desmoralização e inclusão de elementos

políticos, como a questão da “vulnerabilidade”, que envolvia a questão dos contextos sociopolíticos envolvidos. (PAIVA, 2000; PAIVA et al, 2015). Afirmamos, com isso, avanços no sentido das tratativas políticas da questão, mas julgamos necessário questionar os efeitos de tais apontamentos epidemiológicos, especialmente dentre a história da doença e seus enlaces.

Nesse sentido, sob todo o ideal já mencionado de avanços e progressos, observa-se algo do que Hacking (2007) afirma a respeito do movimento científico de catalogações/classificações, que seguem um movimento segregatório. Na medida em que este avança em seu acúmulo de saber acerca destas nomeações, elas passam a se acomodar em seu amontoado de características e, assim, se fortalecem socialmente, dada a visibilização destes delineamentos.

Algo que chama a atenção com relação às tratativas mais recentes, que nos serve como ilustração, consiste na distribuição da PrEP (Profilaxia Pré-Exposição). Esta tem base farmacológica e consiste no uso de medicamentos antirretrovirais, cotidianamente, com o objetivo de que a infecção não ocorra, mesmo caso os indivíduos entrem em contato com o vírus. A retirada do medicamento pelos possíveis usuários está disponível no Brasil, pelo SUS, desde 2017. Algo que nos interessa pontuar, aqui, diz respeito à forma como desde o período de estudos até à diretriz colocada pelo Ministério da Saúde, a atenção quanto ao direito e incentivo de uso da PrEP vem ocorrendo com foco em Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e transexuais femininos² (QUEIROZ; SOUZA, 2017).

Conforme visto em Zucchi et al (2018), a diretriz proposta consiste na disponibilização a todos os homens que se relacionam com homens e transexuais femininos que solicitarem. Por outro lado, casais heterossexuais só podem aderir, caso estejam dentro de algumas condições – casal sorodiscordante, que pratique sexo sem camisinha e que um dos dois tenha se contaminado por uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST). Na cultura, então, pode-se conjecturar que haja uma ideia de que as homossexualidades devem ser medicadas, ensinadas e, assim, devam aderir ao tratamento precoce. A homossexualidade é tomada como fator de risco à infecção pelo HIV/Aids, sem que necessariamente o contexto cultural seja levado em conta (QUEIROZ; SOUZA, 2017).

² De acordo com Pelúcio (2009), a transexualidade feminina e as travestilidades são vistas no imaginário social como elementos abarcados pelo amplo espectro da “homossexualidade”.

Vale ressaltar, quanto a este ponto, que não temos a pretensão de criticar tal avanço quanto a mais uma possibilidade de prevenção, mas pontuar que isso pode ocorrer com consequências discursivas à questão da forma como a homossexualidade se entrelaçou à doença. Trata-se de uma medida de prevenção recente e, dado o histórico exposto, chama a atenção que apareça nas redes sociais de busca entre parceiros homens, conforme explicitaremos brevemente no próximo capítulo.

Isso fica evidente quando verificamos que, para que alguém dentro da heterossexualidade possa tomar a PrEP, o contato com duas ISTs seja necessário, ao passo que, quanto à homossexualidade, a possibilidade de medicação é geral, sem a necessidade de uma doença para tal. Além disso, outro fator a ser considerado é que o uso da PrEP atualmente tem sido utilizado por populações com maior poder aquisitivo, estando presente de forma efetiva nos aplicativos de relacionamento, por exemplo. Assim, alguns contextos de vulnerabilidade não aderem à questão e seguem de lado quanto a esta faceta política (CATRINCK, 2019; ZUCCHI et al, 2018).

Zucchi et al (2018) apontam para a necessidade de que a implantação de tal medida não tome a questão da vulnerabilidade, inserida em contexto político, de forma simplificadora, justamente para que a medida não corrobore com o estereótipo da homossexualidade e do HIV/Aids, se tornando algo como um remédio de homossexuais. A PrEP se insere em um contexto estigmatizado, podendo, por exemplo, ter seu uso associado à promiscuidade. Para os autores, a PrEP se estabelece em contexto de normatividade, de forma que a indicação de seu uso, muitas vezes, ocorre de forma autoritária. Culturalmente, então, a medicação se constitui como mais um elemento que faz referência ao enlace em questão neste trabalho, fortalecendo elementos de identificação em detrimento de contextos sociopolíticos. Outro aspecto apontado consiste na verificação de que, muitas vezes, a opção por tomar os medicamentos ocorra como uma resposta ao medo que o HIV/Aids ainda causa naqueles que se identificam na categoria de homossexual.

A título de ilustração, fizemos uma busca na biblioteca virtual Bireme, utilizando o descritor “PrEP”, com filtro para todos os trabalhos encontrados no Brasil. A busca gerou um total de 40 artigos. Destes, 10 não tinham nenhum tipo de relação com o HIV/Aids. Porém, ao averiguarmos títulos e resumos, pudemos perceber que 22 dos artigos encontrados apresentavam relação direta com questões LGBT, em sua maioria quanto a HSH. Esse dado é interessante, pois ilustra o direcionamento científico voltado a questões das homossexualidades. Este dado também pode ser percebido em discussões

em redes sociais, em postagens e comentários relativos à PrEP. Como verificamos em Queiroz e Souza (2017), 73% das postagens analisadas apresentavam conteúdos relacionados à ideia de populações-chave e orientação sexual, novamente com foco em HSH. É interessante pontuar que conteúdos envolvendo significados como “de risco” se fazem presentes, também. Tanto neste estudo, quanto em Zucchi et al (2018), podemos perceber a ideia de que todo HSH que tenha adquirido consciência de si seria adepto ao uso da PrEP como medida preventiva.

Outro ponto ilustrativo interessante consiste na disponibilização de testes de HIV em bares localizados próximo às regiões morais expostas por Perlongher (1987) e Trindade (2018) na cidade de São Paulo. Trata-se de um aspecto que, discursivamente, nos permite vislumbrar tal associação ainda presente nos dias atuais. Em nosso entender, não é sem efeito que as pessoas que frequentam tais bares se deparem com o HIV/Aids logo de entrada.

Parker (2016), em seu relatório chamado “O fim da Aids?”, discute aspectos da resposta brasileira atual. O autor faz provocações a respeito de contradições presentes ao olharmos para diversos avanços biomédicos e socioculturais brasileiros, pontuando uma questão que ainda paira e que nos interessa para este momento: o caráter político do vírus, ainda presente em discurso. Em consonância com isso, Seffner e Parker (2016) apontam que na história do HIV/Aids ocorreram diversas formas de desperdício de experiências singulares em prol de normativas biomédicas.

Dessa forma, estudos apontam que ainda se fazem presentes atualmente algumas possíveis reminiscências, nas quais é possível perceber questões de tal emperramento discursivo. Notam-se, deste modo, correlações entre o HIV/Aids e comportamentos ou estigmatizações consideradas imorais, “errados” ou ditos “perigosos”, ou seja, do “outro” (ALMEIDA; LABRONICI, 2007; OLTRAMARI; CAMARGO, 2010; SOUSA; SILVA; PALMEIRA, 2014; ZAMBENEDETTI; SILVA, 2015) e até mais especificamente correlações do tema de HIV/Aids diretamente à homossexualidade, tomada como um desvio na expressão “natural” da sexualidade (ROSSI-BARBOSA et al, 2014; SOUSA et al, 2014; ZUCCHI; PAIVA; FRANÇA JUNIOR, 2013).

Para concluir, o enlace construído historicamente, entre o HIV/Aids e a homossexualidade masculina, que já tinha com a medicina uma relação de segregação, parece ainda operar discursivamente no laço social. Retomamos, então, partindo de nossa hipótese de que a forma como se disseminaram os saberes cientificistas e médicos promovem até os dias atuais, pelas vias do HIV/Aids, elementos nos quais os sujeitos se

apoiam para se apresentar em seus perfis a fim de constituírem relações virtuais. Apresentaremos, no próximo capítulo, aspectos do que averiguamos acerca da forma como o HIV/Aids, termo biomédico, aparece em aplicativos de relacionamento voltados à busca de parceiros do mesmo sexo (FERREIRA; MISKOLCI, 2018; SIMÕES, 2018).

3. O HIV/AIDS COMO MEDIADOR DE RELAÇÕES “HOMOSSEXUAIS” EM REDES SOCIAIS DE PAQUERA: “SE ENCAIXA NA DEFINIÇÃO DE PARCEIRO IDEAL OU NÃO SERVE?”

Feito nosso percurso decorrente de levantamento bibliográfico realizado no curso desta pesquisa, em que selecionamos aspectos históricos relevantes para a discussão que pretendemos desenvolver, exploraremos neste capítulo alguns elementos encontrados em nosso campo. A saber, telas de perfis iniciais em ambientes de paquera voltados para encontros homoeróticos, tendo em vista a presença de elementos e significações que apontem para o HIV/Aids e a forma como a doença se desenvolveu culturalmente. Nosso foco se voltou para produções textuais dos usuários do aplicativo presentes nas elaborações de tais perfis, de forma que, relembremos, nenhum contato foi realizado com os usuários e nos debruçamos em elementos disponíveis de forma pública.

Antes de iniciar a discussão apresentaremos, brevemente, aspectos gerais a respeito dos aplicativos tomados como campo de pesquisa. Exploraremos, em seguida, partes do que pudemos apreender em campo aos moldes do que Freud (1937/1996) versou sobre as construções possíveis com base na Psicanálise, de forma que primeiro extraímos fragmentos e elementos soltos presentes em nosso campo para, posteriormente, tecer relações teóricas possíveis, como uma proposta de discussão que, também, só poderá posteriormente atestar sua potencialidade crítica de diálogos.

Isso ocorreu na direção de elucidar efeitos da organização cultural do laço social, tomando o HIV/Aids nos aplicativos, na forma como aparece entre tais relações intersubjetivas, apontando articulações significantes que nos possibilitaram elucidar elementos em torno de sua presença nos aplicativos. Frisamos que *não* pretendemos afirmar uma verdade última e linear acerca das características das apresentações iniciais em aplicativos, mas apreender alguns aspectos que se evidenciaram acerca destas. Na mesma direção, a elucidação de tais sentidos, então, *não* tem como objetivo afirmar algo dos sujeitos que ali produzem seus textos.

A arquitetura deste capítulo se baseou em três dos elementos indicados por Parker (2005) a respeito da possibilidade de uso da teoria lacaniana para uma análise discursiva: 1) a análise formal de significantes em seus enlaces; 2) pontos de ancoragem e fixidez presentes em tais enlaces que estão em jogo enquanto efeito imaginário; 3) a agência subjetiva narcísica nesta organização simbólica das relações humanas. Assim, com base

nos enlaces significantes que se evidenciaram repetidamente, o primeiro ponto de nossa análise teve como objetivo verificar algo em torno de associações significantes operantes no ambiente em questão, e o segundo ponto visou apreender algo em torno das imaginizações produzidas neste contexto.

Dessa forma, nossa apreciação de campo ocorreu com base em elementos que se evidenciaram nos perfis iniciais de forma recorrente. A partir disso, pudemos circunscrever duas direções de leitura, que serão apresentadas neste capítulo. A saber, 1) um aspecto superegóico inferido de articulações significantes identificadas que podem nos permitir apontar elementos advindos do laço social; 2) modalidades de apresentação de si sobre as quais questionamos a operação de possíveis aspectos identitários, que pareceram constituir formações de identidades no aplicativo, e que parecem se relacionar com produções inseridas, também, no contexto histórico e discursivo do HIV/Aids.

Isso está de acordo com Stavakakis (1999), que reitera o caráter estruturante da lei signifiante, em seus arranjos de linguagem anteriores ao sujeito, a partir dos quais se constitui e se apresenta no laço social. O signifiante, inserido em um contexto histórico e discursivo, ao mesmo tempo em que marca o sujeito enquanto impossibilidade e inconsistência, também estabelece um lócus em que este pode buscar formas de se dizer, ou melhor, representações de si, ainda que temporárias e imperfeitas, de um suposto ser que se estabelece espelhado em um efeito de sentido, via narcisismo. Em suas palavras: “devido a que os objetos de significação na vida adulta incluem as ideologias políticas e outros objetos socialmente construídos, o processo de identificação se revela como constitutivo da vida sociopolítica” (STAVAKAKIS, 1999, p. 56, tradução nossa).

3.1 As articulações significantes na construção de perfis e o HIV/Aids como presença simbólica

Para iniciar a discussão deste subcapítulo, convidamos o relato pessoal de Luiz Cecilio (2020), em seu livro “o corpo recusado”. Por meio de uma narrativa autoral e franca, o autor do livro conta acerca de sua relação com questões da vivência da homossexualidade a partir dos anos 1950 e, posteriormente, com o HIV/Aids, antes e depois de contraí-lo. Para tal, o autor divide sua visão sobre as mazelas da

homossexualidade e do HIV/Aids, também na forma como estas se encontram na cultura, sob forma, por exemplo, de preconceito e opressão.

Dentre diversas maneiras como o autor se refere ao contexto inicial da doença, que seria um “inferno de medo e preconceito” (p. 102) ou “um armário dentro do outro” (p. 97), destacaremos aqui dois termos utilizados pelo autor para se referir à doença: “uma presença” ou “uma sombra”. Tomamo-los como base para a construção deste momento de análise de nosso campo. O autor se vale de tais termos para se referir ao HIV/Aids como uma presença enquanto cultura, apontando para um laço social paranoico no relacionamento entre homens, em que “o inimigo poderia estar escondido onde você menos esperava. Cada transa era um risco” (p. 101). Ou seja, com isso o autor indica que a doença amedrontava aqueles que viviam a relação entre homens, o que já continha um aspecto de segregação, independentemente da infecção.

Dito isso, apresentaremos abaixo algumas associações significantes fragmentárias extraídas de algumas das telas iniciais dos aplicativos que selecionamos para fins de obtenção de alguma elucidação acerca dos ideais presentes em nosso campo de pesquisa. Atentamo-nos a ordenamentos que nos permitiram inferir algo referente à presença de encadeamentos simbólicos que podem se mostrar enlaçados a ideais instituídos historicamente em torno do HIV/Aids.

Vale ressaltar que não trabalhamos com os conteúdos integrais presentes nas telas, mas com as articulações que se evidenciaram, de modo que tentamos pinçar apenas as associações significantes, a fim de resguardar o sigilo daqueles que as produziram. Isso também é válido aos fragmentos que apresentaremos abaixo na discussão.

Das mais de cem telas em que tais elementos se mostraram presentes, escolhemos algumas como representação daquilo que nos interrogou em nosso contato de campo, e que nos possibilitou um ponto de partida para análise, dado seu caráter repetitivo. Conforme afirmado na metodologia, tais associações se evidenciam mais no aplicativo *Scruff*, visto que no *Tinder* as apresentações se mostram mais diversificadas – o que não quer dizer que os ideais não apareçam ali também. Tomamos o *Scruff* como aplicativo privilegiado de busca e julgamos relevante tratar de associações presentes nele, visto que o outro aplicativo foi utilizado como possibilidade de comparação.

Considerada, conforme já citado, a presença da doença em perguntas do próprio aplicativo para a entrada do usuário, como última testagem e métodos de prevenção, um

primeiro ponto a ser considerado refere-se à presença do HIV/Aids como um dos mediadores operantes nestes ambientes, desde a entrada, pela configuração do próprio aplicativo. Chama atenção, também, que a doença apareça de diversas formas tanto no *Scruff*, quanto em outros aplicativos similares, em diversas perguntas para a adentrar o aplicativo, e não apareça, por exemplo, em aplicativos voltados para paquera entre mulheres, ou no *Tinder*, que teria um alcance maior de público.

A partir disso, iniciamos a discussão em torno de um campo específico destinado a informações sobre o HIV/Aids no aplicativo, que tem o nome de “saúde sexual”. Este aparece algumas linhas abaixo de um campo destinado a “precauções”, que é associado a “preferências sexuais”. Isso dialoga com Birman (1994), ao afirmar os discursos sobre o HIV/Aids como constituintes de um campo simbólico aterrorizante, atuante por meio de um Outro da sexualidade, sobre os quais medidas de precaução se mostravam necessárias. Tais discursividades se constituíram de modo sólido, em nome da saúde e do debate sanitário, configurando o reconhecível e o perigoso, o que estava dentro da possibilidade de saúde e o outro, conforme supramencionado, a partir de um movimento cultural de limpeza.

Este ponto inicial é interessante, pois, já desde a entrada no aplicativo, preferências sexuais aparecem em conjunção com precauções que, ainda que remetam de forma geral a doenças, contém o HIV/Aids como especificidade. A entrada no aplicativo, convoca, de alguma forma, um posicionamento que tangencia questões em torno da doença, sua prevenção, dentre outras perguntas, como descrições acerca de si, por exemplo.

Para este trabalho, nos atentamos a aspectos presentes nas elaborações textuais, e um dos elementos iniciais a serem considerados consiste na frequente alusão direta que verificamos no que diz respeito ao uso de “capa” ou camisinha, e até mesmo ao PrEP, em menor frequência, nas produções dos sujeitos. De forma recorrente, pode-se verificar no aplicativo falas como “camisinha sempre” ou “não vou transar sem capa”. Isso também se mostra presente quando um dos usuários afirma a necessidade de prevenção do HIV pelas vias do uso de camisinha, explicitando sua importância em detrimento do uso de PrEP apenas. Neste caso, o HIV aparece na descrição, a fins de um “esclarecimento”, bem como a necessidade de prevenção de outras doenças.

Tais elementos consistem em algo empírico que diretamente remete à prevenção da doença, assim como aparece em pedido de “não venha me passar bichinhos”, de forma que, junto a tais alusões, seguiremos nossa análise apresentando, também, outros elementos que se evidenciam também, que nos permite alguma apreensão de outras formas como a doença também se faz presente, por meio de outras articulações, ainda que menos evidentes.

O que frisamos com isto, é que a questão da doença e sua prevenção seja um dos elementos presentes desde o início nas relações entre sujeitos naquele ambiente, como uma das primeiras afirmações a respeito de si, e do que espera do outro. Não pretendemos incitar, nem julgar nada na forma como abordamos aqui, mas apontar elementos que possam indicar elementos simbólicos de regulação, inseridos na história da doença. Isso pode ser percebido, por exemplo, em extratos verificados no *Scruff* como “procuro sexo seguro, mesmo no oral. Eu levo a camisinha” ou “sexo seguro/ Com preservativo”.

Neste ponto, pode-se verificar a materialidade de uma associação presente entre a questão do uso do preservativo, com o significante “seguro”, que remete a segurança. Além disso, pode ser verificada em campo a associação presente entre segurança e higiene, também, muitas vezes, associadas ao uso de preservativo. Como em “Higiene em primeiro lugar”, “Sou higiênico e seguro”, “por favor, higiene e quando for rolar sexo, que seja seguro” ou, ainda, “afim de sexo, higiene é fundamental (...) #comcamisinha”.

A partir disso, pode-se inferir aspectos de medo e insegurança se fazendo presentes, remetendo à forma como a doença foi disseminada em seus termos culturais e políticos. Isso se relaciona ao imaginário que foi se constituindo, conforme já apresentado, em que metaforicamente, se estabeleceram noções como “combate”, “perigo” e “poluição”, que demandavam medidas de “limpeza” – noção entremeada com discursos moralizados, por exemplo (ALTMAN, 1995; SIMÕES, 2018; SONTAG, 1989). Pelúcio (2009), nessa direção, afirma a forma como elementos em torno da prevenção se entremeiam às metáforas existentes em todo do HIV/Aids, postulando um ambiente de medo, em que o risco também inclui um medo de “ser viado”, de forma que “a normalidade é estar distante da homossexualidade” (p. 168). Em outras palavras, estar dentro da normalidade, seria estar longe de categorizações e de certos elementos simbólicos que se instituem em torno do masculino. Noção que, na história do HIV/Aids, se manteve imune às significações sociais em torno da questão da infecção pela doença.

Isso se evidencia em nosso campo, por exemplo, na seguinte fala verificada: “*freaks*, efeminados, casais, travestidos, casados, drogados, militantes, (...) *prep’s*, *barebackers* e similares me errem (...) isso aqui é um lixão. Deve-se ter muito cuidado!”. Esta maneira de se apresentar pode ser elucidativa no que diz respeito a um apego normas morais, especialmente com relação à associação feita entre alguns elementos, dentre eles o uso da PrEP, que consiste em uma medida de prevenção diretamente ligada ao HIV. Chama atenção, a partir disso, o estofo de significação em torno de lixo, relacionado em seguida com a necessidade de cuidado.

Elementos como este também se evidenciam nas associações abaixo, também extraídas de nosso campo:

Não transo sem camisinha → não uso drogas → Não curto afeminados
afeminados → fedidos e sem higiene → drogados → gente estranha
M másculos → Não curto novinhos → Não curto magrelos → Não curto maconheiros → Tudo na capa
Vida regrada → saudável → sem vícios (drogas) → aparência e atitudes masculinas → Não a GP ³ s e vaquinhas virtuais
Não a drogados e afeminados → camisinha → higiene → segurança
Garotos de programa → Não a afeminados → Sejam Limpos
Sexo seguro → Não a fumantes, drogas → Não a sexo sem proteção! → Higiene
→ Não a cigarro → Não a GP → Não a afeminado → Não a qualquer espécie de drogas → Não a bizarrices.

Com isso, retomamos o que Pelúcio e Miskolci (2009), sob influência da noção foucaultiana de dispositivo de sexualidade, chamam de dispositivo da aids. Trazemos aqui a influência médica destes dispositivos que serviram como controle e repatologização em torno da chamada homossexualidade, legitimando uma série de elementos morais, por exemplo. Nesse sentido, então, pode-se verificar que, talvez, o aplicativo em questão, voltado ao público masculino, possa manter em operação tal

³ GP é uma referência a Garotos de Programa

dispositivo, funcional pelas vias do terror relacionado à doença e seus desdobramentos morais. Um encadeamento como este, que inclui uma referência implícita ao HIV, também pode ser verificado em: “Só com capa (...) Seu PrEP não anula outras DSTs (...) Não curto afeminado (...) Seja higiênico”. A partir disso, podemos verificar que o HIV/Aids está presente neste ambiente social.

Nessa direção, em nosso recorte, explicitamos, articulações de segurança e higiene a elementos que remetem a componentes dos grupos de risco iniciais do HIV/Aids, como, por exemplo, o uso de drogas, questões em torno da homossexualidade e à prostituição. Isso se evidenciou na história da doença, por exemplo, visto que a criação de tais grupos de risco ocorreu como um objeto de saber médico e sanitário, e pela majoritária tentativa inicial de conscientização prática e individualizante acerca da prevenção, como uma mudança de comportamento, que deixava em segundo plano a questão política em torno da doença, dado o terror estabelecido inicialmente (PARKER, 2000). Pode-se, com base nisso, supor que seja possível alguma elucidação de ordem política operante em tais ordenamentos significantes, que nos permitiriam a localização de algo presente no laço social, ancorado no discurso decorrente da história do HIV/Aids e suas características marcadas por segregações, que demandam olhares políticos.

Nesse sentido, a título de ilustração, vale citar que o uso de tais aplicativos já foi alvo de um programa de prevenção operado pelo Ministério da Saúde, no ano carnaval do ano de 2015. Foi criado um perfil falso que incitava sexo sem camisinha e posteriormente afirmava “não se sabe quem tem HIV”. Autores se posicionam a respeito, afirmando que medidas como estas extravasam a questão da possibilidade de prevenção, favorecendo a reatualização do ambiente de terror inicial da doença. A isso, autores se referem como preventivismo, operando por meio de trapagens em nome da saúde, que sob o signo da prevenção, mantém algumas armadilhas sociais neste grupo, como uma forma, também, de terror e persecutoriedade (Couto et al, 2016; Scheffer, 2015).

Isso se insere, então, em um policiamento médico e massivo em torno da homossexualidade, e daquilo que moralmente é tomado como interditaível. Tal constatação é interessante para iniciar o capítulo, pois aponta o aplicativo como um lugar em que, de diversas formas, o HIV/Aids, terminologias médicas, aparecem para os sujeitos que ali frequentam. Um local, como dentre tantas vezes, em que a homossexualidade permaneceu controlada por saberes médicos e psi, conforme nos indica Miskolci (2017).

Julgamos de imensa importância as diversas modalidades de prevenção disponíveis, que visam não só o controle da disseminação da doença, mas o bem estar dos sujeitos e suas possibilidades de decisão. Em nosso entendimento, marcamos a importância de que tal processo e tais escolhas não operem pelas vias do medo e da segregação, mas que levem em conta aspectos singulares da sexualidade dos sujeitos; ou seja, que tal processo inclua questões políticas, para além de um fenômeno paranoico. Essa posição está de acordo com as diretrizes⁴ do Ministério da Saúde, que incluem as possibilidades individuais nas diversas formas de prevenção disponibilizadas para a população como um direito e frisam a importância da luta contra discriminações.

É nesse sentido que diferenciamos os termos prevenção e preventivismo. Com relação a este último, marcamos que nosso olhar crítico e nossa discussão estão voltados à possibilidade de um ambiente em que pode ser verificada a presença de elementos que remetem à história do HIV/Aids. Dessa forma, sustentamos a hipótese de uma operação discursiva. A partir das relações verificadas e apresentadas aqui, discutiremos a seguir, a partir de um viés psicanalítico, a possibilidade de uma incidência subjetiva que poderia estar associada por um aspecto superegóico, na direção de abrir a questão por meio de um viés psicanalítico.

3.1.1 Identificação Simbólica como um aspecto superegóico: “Higiene em primeiro lugar”

A título de elemento disparador, para partir dessa ideia da doença como uma presença, julgamos conveniente a seguinte citação de Lacan (1957-58) com relação ao Ideal do Eu, representante simbólico de algo possível e ameaçado: “se encontra ali, em estado de presença velada. Sua presença se desvela não progressivamente, mas por uma intervenção desde logo decisiva, na medida em que ele é o elemento proibidor” (p. 235). O autor se refere à intervenção simbólica do significante, produtora de identificações. Nesse expediente, questionamos a presença de um diagnóstico médico se apresentando em um momento de interação e, com base nisso, apostamos nas articulações que podem se fazer presente em torno deste. Ou seja, verificamos enlaces que nos apontem, ou nos

⁴ Com relação às diretrizes atuais e diversas modalidades de prevenção combinada, ver <https://unaids.org.br/>

permitam apreender, relações presentes que apresentem padrões de sentido fixados e advindos da história do HIV/Aids.

Tentamos sustentar a hipótese de que algo do momento inicial do HIV/Aids ainda se mantém no laço social. Na direção do apontado por Simões (2018), de que rapazes que se percebem interessados em outros rapazes já começam, também, a lidar com o HIV/Aids, e associado aos termos mencionados no parágrafo anterior, propomos a análise do HIV/Aids nos ambientes virtuais como um dos elementos de mediação entre as relações. Estas, presentes como uma presença no laço social sobre as quais se poderia conjecturar algo de uma produção sociopolítica de sofrimento acerca de um ideal imposto socialmente, nos termos de Rosa (2018).

Neste expediente, nossa proposta para esta seção é de uma leitura desta presença mediadora por meio do conceito psicanalítico de Ideal de Eu e sua relação com o Supereu. Freud (1923) postula o Ideal de Eu, noção que porta certa proximidade com suas descrições acerca do Supereu, como uma superestrutura construída a partir das identificações iniciais do sujeito com os pais. De acordo com ele, a formação e a continuidade dessa superestrutura se dá a partir de uma escala de valores, fortalecida após as conclusões edípicas, de forma que insere o sujeito no laço social, sob influência cultural. De acordo com Florence (1994), O Ideal de Eu, em Freud, é uma noção que é substituída por Supereu, após a segunda tópica. Em outras palavras, pelas vias do Ideal do Eu, o sujeito pode balizar as imperiosas demandas do id, de sua sexualidade e agressividade, de uma forma possível e expressá-las – de forma sempre parcial – em determinado contexto relacional, como um exame de realidade e seus determinantes. (FREUD, 1923).

Em nossa leitura, frisamos, com relação ao Ideal de Eu, que Freud (1923) o aponta como uma estrutura relacionada à formação do narcisismo portadora de dupla face que, ao mesmo tempo, denota algo que se deve ser, como um modelo, e uma impossibilidade de se ser enquanto eu, que seria, então, base para uma série de identificações daí extraídas. Outros processos de identificação realizados na vida do sujeito se baseariam nestas iniciais, de forma que a introjeção dos Ideais passaria a ser medida via Supereu, instância referida pelo autor como cruel e intensamente moral ao regular e medir o sujeito em suas relações sociais.

Conforme apontado por Freud (1930) como uma analogia, é possível que se pense semelhanças quanto à formação do Supereu em um âmbito cultural, como o Supereu de uma época histórica e de uma comunidade, que operaria conforme uma ordenação subjacente constituída via rígidos ideais promotores de mal-estar. Nesse sentido, nossas elaborações se valem do conceito de Supereu na direção de uma analogia, em conformidade com a ideia proposta por Freud. Isso é importante, pois tratamos aqui de um ambiente, de algo a respeito do laço social em que, na direção proposta, pode haver, em alguns casos, um aspecto superegóico, do ponto de vista discursivo – inferidos a partir da forma como alguns sujeitos ali se apresentam. Especialmente quanto a elementos que se repetem em apresentações diversas.

Isso se evidencia, por exemplo, em produções como: “Diversão, higiene e sexo seguro”, “Parceiro homem, jeito de homem e saudável”; “Caras másculos, não afetados (...) Não curto magrelos e maconheiros (...) Sexo aqui, “TUDO NA CAPA” e “Não curto drogas (...) Curto caras masculinos (...) Sigilo é fundamental (...) Se vc busca foder sem camisinha nem precisa me chamar”. Neste ponto, então, apesar das referências a diversão e sexo, é importante verificar recursos a ideais culturais, já presentes na história da suposta homossexualidade, como uma valorização da masculinidade. Entremeados a isso, podemos verificar ideais estabelecidos, ou fortalecidos com a irrupção do HIV/Aids, que se estabeleceram em torno de higiene e segurança social, frente ao excesso e aos descortinamentos ocorridos em comunhão com a doença.

A partir disso, retomamos Freud (1930/2011), que discorre acerca da formação dos ideais como uma das formas de controle e modelação pulsional produzido no progresso civilizatório, por meio de sinais que indicariam o que seria da ordem do excesso a ser evitado. Em associação a significantes recorrentes como “higiene”, “limpeza”, “saúde” e “segurança” – que se relacionam ali, também, com o uso de preservativos – é possível verificar nas articulações significantes expostas algo que se aproximaria a três dos principais elementos também presentes nos grupos de risco presentes no início da história do HIV/Aids, a saber: homossexualidade masculina, prostituição e uso de drogas – frequentemente presentes junto à palavra “não”, como algo a ser evitado ou negado.

Nesse sentido, verifica-se a operação insistente destes ideais, culturalmente entendidos como necessários na tratativa inicial da epidemia. Trata-se de ideais regulatórios, inseridos em todo o complexo dispositivo operante desde então, ainda

presentes em nosso campo, tanto na descrição de si, quanto naquilo que se espera ou se nega com relação ao outro nos perfis iniciais.

A constituição das instâncias ideais ocorre via sistema simbólico, embebidas com noções culturais. Dentre diversos esforços de Lacan (1954-55/2010) em teorizar a respeito do discurso, em noções que englobam o laço social, tomaremos sua noção do inconsciente como discurso do Outro. Discurso esse determinado pelo sistema simbólico, de forma que, em suas palavras, refere-se “o discurso do circuito no qual estou integrado” (p. 118), que, apesar de limitado possibilita algum sentido a quem fala, como “um de seus elos” (p. 118).

Pensar o discurso dessa forma, com base neste momento da obra de Lacan, nos permite entender o discurso do Outro como proveniente de uma organização simbólica em que o sujeito se insere. O autor, então, afirma esta organização simbólica como algo operante, não natural, de onde algumas configurações se estabelecem estando sempre entre os sujeitos falantes e de onde, também, se constitui um discurso comum, como um “circuito no qual se acham presos uma família inteira, um bando inteiro, uma facção inteira ou a metade do globo” (p. 118). O sistema simbólico, então, se engendraria como um regulador (falho) de relações, em que se inserem os ideais.

Levando isso em conta, é possível retomar Freud, que a respeito do Ideal do Eu, afirma: “os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, com base no mesmo ideal do eu” (1923, p. 46). Tal consideração se relaciona com algo presente desde seu trabalho sobre a “introdução ao narcisismo” (1914/2010), passando pelo “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/2011) e “mal-estar na civilização” (1930/2011), momentos em que Freud localiza as influências de ideais históricos e culturais introjetados.

Em nosso campo, então, podemos verificar a incidências de tais ideais, de forma articulada ao HIV/Aids. Sem a pretensão de realizar generalizações, podemos inferir que ali haja incidências de algo relacionado à questão da identificação simbólica, que ocorre por meio de veiculações advindas do discurso do Outro, especialmente em sua matriz sociocultural. Aspectos em torno dos pactos sociais, de um ambiente comum, de acordo com Soler (2018), se relacionam com a forma como ideais circulam e aparecem na fala do sujeito, endereçada ao Outro por via de imagens e ideais relacionados ao contexto social e cultural em que se insere e de onde parte. Em suas palavras, tal veiculação de

ideais pode ocorrer por meio de uma cadeia inconsciente, permitindo “apreender uma grande parte dos fenômenos sociais, especificamente de nosso tempo”, visto que o Outro transmite tais valores. Não se restringindo ao Outro familiar, “é também o Outro do discurso social do qual o sujeito recebe em parte sua própria mensagem e que é fator de “normalização”, isto é, de unificação de condutas” (p. 56).

Dessa forma, pode-se conjecturar em torno de um aspecto superegóico de identificação simbólica, dada a recorrência com que tais associações se evidenciam nas apresentações iniciais. Lacan (1953-54/2009), interpreta as produções de Freud acerca do narcisismo por entre o Ideal de Eu, que corresponderia em sua incidência simbólica. Para o presente momento expomos, então, na mesma direção do parágrafo anterior, que o autor postula o Ideal de Eu como matriz simbólica estruturante enquanto presença mediadora das relações do sujeito, que, formatadas dentro deste sistema, também refletiriam preconceitos históricos impregnantes deste processo. Visto que a introjeção dos ideais se dá sob constituição narcísica, apostamos que tais processos de identificação não ocorram sem consequências para os sujeitos que ali se relacionam. Isso justifica uma discussão crítica em uma direção clínico-política, conforme desenvolveremos a seguir.

Assim como presente nas noções em torno do discurso do Outro, o autor atribui à matriz simbólica, dentre outros elementos, como produtora de objetos, referências e posições culturais em que os sujeitos se enredam, muitas vezes, se afastando de sua singularidade e das possibilidades de fala plena. Assim, “O Ideal do Eu comanda o jogo de relações de que depende toda a relação a outrem” (LACAN, 1953-54/2009, p. 187). Mais adiante, o autor, em seu seminário 8, (1960-61/2010) afirmará o Ideal de Eu como uma tentativa de garantia de amor, pelas vias de um assentimento do Outro, por meio de um traço perpétuo de referência, ao passo que, quanto ao Supereu: “é preciso admitir que deve existir um outro mecanismo, pois, por mais introjetado que seja, nem por isso ele se toma mais benéfico” (p. 415).

Apesar de atribuir a ambos um caráter simbólico, o autor aproxima a ferocidade do Supereu às inibições advindas da moral, com um caráter de supressão, repetitiva, instituída em uma língua comum, estabelecendo o “seu império sobre uma certa comunidade à qual pertence o sujeito” (1953-54/2009, p. 258). A isso relacionamos o dispositivo da aids, já mencionado, dado o controle da homossexualidade que se estabeleceu em torno do HIV/Aids em seu aspecto de reatualização de elementos de

opressão, em articulação com discursividades médicas, o que pode, de alguma forma, estar mantendo o terror inicial da doença.

Pode-se afirmar que os enunciados superegóicos se referenciam à lei, produto da identificação a um Outro mítico e onipotente. Suas referências simbólicas indicam o ponto mais inintegrável subjetivamente, visto que representam, concomitantemente, o modelo e proibição apontados em Freud como característica do Ideal do Eu, impossibilitando a identificação como um processo findável, apesar de seus pontos de fixação. No presente trabalho, nossa análise levou em conta elementos que parecem emperrados em termos de Ideal, em sua função de regulação e mediação social e que apontam na direção de elementos no campo constituídos como uma referência ali. Isso pode indicar, também, algo do que Lacan aproxima aos termos de Supereu, que opera de forma insensata e tirânica, apesar de sustentada pela linguagem e inserido em suas amarrações por meio de pontos de reincidências.

3.1.2 Ideal de Eu e Supereu em torno da identificação simbólica

Postulamos nossa questão acerca de elementos amarrados e associados, muitas vezes de forma rígida, em sua dimensão discursiva do Outro, que incide nas produções e possibilidades singulares de estar no laço social. Concordamos com Florence (1994), quando afirma que tratar a identificação demanda que se trate das identificações, no plural, dada a multiplicidade do termo na Psicanálise e sua fecundidade para que se pensem as diversas formas como esta incide subjetivamente, como um elo que permite a interlocução entre sujeito e laço social. Nessa direção, Mezan (2019) afirma o Supereu como uma instância que se constitui entre o singular e o cultural, privilegiando a identificação como intermediador para que se apreenda algo deste interim. As telas exploradas nos permitem verificar aspectos que parecem operar como repetições relacionadas a facetas históricas e culturais em torno da questão de uma suposta homossexualidade, em seu aspecto de dissidência, entremeada ao HIV/Aids.

Este ponto nos ajuda a questionar nosso campo, com base nas diversas classificações de si e do outro, presentes já de entrada no *Scruff*, aplicativo voltado para homens. Essas classificações corresponderiam a nomenclaturas disponíveis culturalmente acerca do homoerotismo, para além da homossexualidade, conforme

proposta por Perlongher (1982) e Costa (1992), que já ocorreu em torno de ativo/masculino/bofe e passivo/afeminado/bicha e possibilitava que culturalmente se supusesse um homossexual típico, de acordo com o já exposto no capítulo anterior. Isso ocorre conforme proposto por Cunha (2021) a respeito da pluralização de identidades contemporâneas em torno do Eu via atributos íntimos de si, que incidem em segregações para se dizer a partir de determinado grupo, e que se inserem no uso das redes sociais. Dentre tais, o autor ressalta nomenclaturas de controle biomédico como provedores de alguns destes atributos.

Sendo o HIV/Aids uma das categorias presentes no *Scruff* desde a entrada no aplicativo, propomos, neste ponto da discussão, averiguar *a presença* do HIV/Aids nas produções textuais de alguns usuários, como um funcionamento neste ambiente semelhante ao funcionamento superegóico, inserido na história da homossexualidade em seu lance com o HIV/Aids. Apresentaremos algumas relações possíveis que partem do contexto e das considerações históricas evidenciadas anteriormente, e entendemos o contexto virtual de aplicativos como um ambiente regulado. Ali, alguns agrupamentos se sustentam nos moldes da formação de massas apontados por Freud (1921), em que determinados ideais operam nas identificações presentes em dado contexto. Na leitura proposta, em suma, apostamos que tais regulações estariam funcionando aos moldes superegóicos nesta rede social, conforme analogia de Freud supramencionada (1923).

As buscas por relações, dessa forma, se mostram entremeadas com os ideais, como em “sexo é bom e todo mundo gosta, camisinha sempre” e “Sua HIGIENE fala muito de você, então se cuide”, ou, ideais que se entremeiam à menção ao uso de preservativo, como podemos ver na fala “adepto de uma vida regrada (...) Busco uma pessoa bem cuidada, com aparência e atitudes masculinas (...) Não afeminado (...) Não aceito convites de fast foda na madrugada (...) Sempre com preservativo”, não é incomum que neste tipo de apresentação, a efeminação apareça marcadamente como algo a ser evitado; “Só com capa (...) foda-se o seu PrEP (...) Não sou e não curto afeminado questão de gosto”, chama atenção aqui a associação entre a prevenção via PrEP, culturalmente ligada à homossexualidade associada à efeminação, presentificando o enlace entre a questão e o HIV/Aids. Isso também pode ser verificado no caso em que a questão da passividade aparece ligada à necessidade de “se cuidar”, “procuro diversão sadia (...) procuro passivos que se cuidam”.

Com relação à ambiência no aplicativo, um dos usuários denuncia a frequência com que se evidenciam “Fanáticos por corpos sarados ou enrustidos”. Com base na amostra que apresentamos como uma ilustração de associações presentes nas telas iniciais, nos chama atenção alguns aspectos do que deve ser evitado a respeito de alguns traços referentes à escolha de parceiros. Tais associações reiteram outros estudos acerca dos aplicativos de encontro em que se nota uma ambiência que apresenta a incidência de diversas regulações subjetivas e normatividades sociais tanto na construção de si, quanto na busca de parceiros por mediadores virtuais. Como, por exemplo, uma supervalorização da “masculinidade” e do sigilo entre aqueles que mantêm uma “outra vida” fora das redes, que reforçariam aspectos em torno da história da homossexualidade em termos culturais ainda operantes “*off-line*” (CARDOSO *et al*, 2019; COUTO *et al*, 2016; MISKOLCI, 2017).

A partir disso e dos significantes expostos, verificamos que posições se delineiam no aplicativo, dadas as diversas operações daquilo que estaria dentro dos ideais mencionados. Por outro lado, pode-se conjecturar que, as mesmas associações significantes, ao apontar “promiscuidade”, “bizarrices” e a menção a um “lixão”, por exemplo, também delimitam a posição outra, daquilo entendido como outro a ser evitado, em que podemos inferir uma operação de segregação e marcação do outro.

Em outras palavras, é possível inferir que as alusões relativas a uma “vida regrada”, “saudável” e “ máscula”, por exemplo, tenham o mesmo ponto de ancoragem discursiva presente nas diversas formas em que, desde o início da história da doença, apontavam-se como responsáveis pelo HIV/Aids os afeminados, estrangeiros, garotos de programa e usuários de drogas, inseridos em uma série entendida como da ordem da sujeira e da estranheza. Isso configurou um estatuto de outro que se construiu culturalmente em torno da doença desde a década de 1980 e que se materializou na constituição dos grupos de risco, pareados como alheios aos ideais morais, por exemplo, do sexo matrimonial e reprodutivo (SONTAG, 1989).

Ainda com relação aos constantes apelos por corpos másculos, então, estes podem também ser entendidos como um dos aspectos latentes referentes à presença do HIV/Aids dentre as associações apresentadas. Isso parece se relacionar a elementos históricos tanto da homossexualidade, quanto do HIV/Aids, e podem se inserir no processo de configuração da doença como uma reatualização de elementos segregativos já presentes quanto à homossexualidade masculina na cultura anteriores à epidemia (MISKOLCI,

2017; PELÚCIO, 2009; SANTOS e ZAGO, 2013). Dentre tais elementos, destacamos a sobrevalorização dos ativos e masculinos ante as “bichas” e rapazes afeminados, apresentados no estudo de Perlongher (1987) acerca da homossexualidade nas ruas de São Paulo, na década de 1970; tal sobrevalorização se evidencia, também, em Miskolci & Ferreira (2018), que verificaram as mesmas preferências nos classificados de relacionamento no jornal O Lampião da Esquina⁵ em um período anterior ao HIV/Aids entre 1979 e 1981, que adicionava também o termo “ativo” à masculinidade buscada.

De acordo com Santos e Zago (2013), na primeira década da epidemia, houve uma intensa estigmatização dos corpos entendidos culturalmente como desviantes, relacionados à homossexualidade e às travestis, que foram mostrados pela mídia e pelos programas de prevenção como associados à doença e sentimentos relacionados à culpa e tristeza. A partir disso, os autores apontam como uma das respostas culturais o aumento de interesse por rotinas de academia e alimentação saudável, que se relacionavam à obtenção de corpos entendidos como saudáveis e belos, e como uma percepção daquilo que se marcava, imaginariamente, como corpos não habitáveis pelo HIV e das significações sociais em torno deste. Dessa forma, as associações significantes que encontramos no aplicativo podem apontar para tal resposta cultural.

Nesse expediente, diversos estudos, em sua maioria de orientação foucaultiana, apontam que dentre diversas segregações presentes, a preferência por corpos e atitudes entendidos como masculinas em ambientes de aplicativos se referem a estereótipos reestabelecidos no momento inicial do HIV/Aids pela mídia e fortalecidos por discursos biomédicos, que relacionavam a doença. Por conseguinte, indicam aqueles que representariam algum risco, a corpos magros, afeminados, e então marcados, reinstaurando a valorização do masculino e musculoso, neste momento, como sinal em torno do ideal de saúde operante nos discursos preventivos, como uma forma de repatologização, agora epidemiológica, da homossexualidade. Nesse sentido, então, se instala cultural e discursivamente aquilo que deve ser mostrado e aquilo que deve ser escondido em tais ambientes ou, em outras palavras, quem estaria dentro e quem estaria fora de jogo (PELÚCIO & MISKOLCI, 2009; MISKOLCI, 2017; MISKOLCI & FERREIRA, 2018; SANTOS e ZAGO, 2013; ZAGO, 2013).

⁵ O Lampião da Esquina foi um jornal fundado em 1978 por intelectuais paulistanos e cariocas voltado ao público homossexual como uma tentativa de visibilização do grupo e resistência à mídia hegemônica (TRINDADE, 2018).

Isso ocorre conforme indicado por Miskolci (2017) como higienização da paquera presente nas redes sociais. Tal processo estaria inserido nas diversas tecnologias, como o carro e o telefone, que modificaram as relações afetivas e sexuais, mas que mantiveram a homossexualidade como desvio. Definiria, ainda, em termos culturais, quem seriam aqueles que tenderiam a adoecer sob signos de fraqueza, afeminação em detrimento de diversos elementos de disciplina corporal relacionados culturalmente a formas de prevenção. À questão da exposição, conforme apontado pelo autor, se inclui o risco de se *expor* e ser descoberto “homossexual”. Isso está operante em diversas medidas de sigilo descritas pelos sujeitos de sua pesquisa, e se mostram muito evidentes em campo. Esse processo se relaciona à questão do preventivismo, pois isso coloca em voga o risco de *exposição* pelas vias do terror e significados culturais em torno da doença, a partir de elemento de mediação de paquera virtual. Assim, podemos afirmar no ambiente virtual um caráter de exposições e riscos diversos e entremeados, que operam discursos de higienização.

Nossa pesquisa, então, dialoga com a visão proposta por tais estudos de que o HIV/Aids, entendido culturalmente até hoje como um elemento desviante, opera como uma forma de regulação, partindo de uma ancoragem histórica e cultural fixada na mesma direção daquilo que se produziu em torno de saber(es) sobre a homossexualidade. As articulações significantes, então, presentes nos aplicativos, remetem aos significados estabelecidos em torno da epidemia e nos permitem inferir sua presença neste ambiente como algo operante nestas relações. Isso se evidencia de forma mais ou menos explícita por meio dos significantes organizados em algumas das telas de apresentação inicial: naquilo que se afirmam buscar e naquilo que negam, de forma semelhante aos ideais historicamente instituídos como formas constituídas em torno da necessidade de manter a doença fora de cena.

Conforme nossa hipótese, nesse expediente, os saberes – médicos, sanitários e morais – que marcavam aquilo entendido como dissidente na “homossexualidade”, apresentado no capítulo anterior, em sua reinstituição em torno do HIV/Aids como potencialidade de adoecimento (COSTA, 1992; PELÚCIO, 2009), ainda se mantém como operadores presentes e subjacentes, o que nos permite apontar a presença da doença, mesmo que velada, entre algumas destas apresentações. Isso nos remete ao estofo de significados atrelados ao pavor estabelecido no momento inicial da pandemia. Que remetem, por sua vez, nas palavras de Birman (1994), às incidências subjetivas referentes

ao pavor inicial da doença e ao imaginário catastrófico que se organizou em torno de sua relação com a homossexualidade, para além dos saberes médicos. Para além da prevenção de uma doença, que descortinava elementos em torno da sexualidade e seu teor ameaçador ao sujeito e à civilização, “a vida se transforma num inferno, tantas são as precauções que o sujeito assume em face das irrupções da ameaça terrorífica. Com isso, a sequência dos acontecimentos existenciais se ordena para o sujeito entre os pólos da *sujeira* e da *limpeza*” (p. 110, grifos do autor).

Apontamos, dessa forma, que as articulações que se fazem presente em nosso campo remetem a algo para além da incidência Ideal, que opera como uma referência ao eu perante o Outro, e na sua relação com o outro, mas como referência superegóica, como uma vigilância que também se relaciona com imperativos morais e científicos. De acordo com Freud (1908/1996; 1930/2011), a sexualidade e a agressividade devem se manter recalçadas, processo que se dá via ideais sexuais, que podem ser mais ou menos rígidos, e que se faz presente desde o início de seu trabalho em torno da civilização. Tal relação pode ser elucidada em falas em torno da busca por “diversão, higiene e sexo seguro”.

Um dos usuários expõe o sinal de proibido em junto com “afeminados”, “gente estranha”, “sem higiene” e “drogados”, se questionando, com risos, sobre se sobraria alguma coisa. Em nossa argumentação, então, podemos pensar na indicação daquilo que ali seria tomado como excessos. Para Freud, na vivência de civilização, ao sinal de um excesso, produz medidas drásticas de evitação, que operam para além do teor científico, mas a partir de tal controle pulsional. Nas palavras do autor:

“beleza, limpeza e ordem ocupam, claramente, um lugar especial entre as exigências culturais. (...) O fato de a civilização não considerar apenas o que é útil, já se mostra no exemplo da beleza, que não desejamos ver excluída dos interesses da civilização. A vantagem da ordem é evidente [...] podemos conjecturar que esse nexos não era inteiramente desconhecido antes da época de prevenção científica das doenças. Mas a utilidade não explica de todo esse empenho; algo mais tem de estar em jogo” (1930, p. 39).

Dessa forma, nosso percurso nos permite levantar questionamentos acerca daquilo que se irrompeu com o HIV/Aids, que promoveu uma quebra de referências simbólicas e passou a demandar um apego às coordenadas morais disponíveis, e acerca da eleição de figuras para que se localizasse a doença. A descoberta da doença marcou uma fenda no saber médico, visto que apareceu logo após avanços no sentido do controle de DSTs, acarretando em insegurança social generalizada, de forma que, logo se vislumbrou como solução o apego à moral, com a suposição da necessidade de um retorno à moral antiga,

como um movimento de extinção da sujeira. Isso pode ser verificado em nosso campo pelas recorrências daquilo que se evoca em torno de “segurança” e “higiene”, e que se ilustra em pedidos como “lavem tudo, até suas roupas”, “seja limpo” ou “higiene e segurança em primeiro lugar”.

Dessa forma, tendo toda essa questão ocorrido no campo da sexualidade logo após conquistas no sentido de maior liberdade sexual, decorreram algumas implicações discursivas, de forma que, as diferentes maneiras de viver o amor são evidenciadas e logo passam a ser interditadas novamente, fortalecendo, assim, uma barreira maledicente que exclui alguns prazeres e institui uma norma. Isso se evidencia também no primeiro nome científico da doença.

Nesse sentido, retomamos a questão de que as articulações presentes nestes aplicativos nos permitem questionar a operação de algo para além da prevenção. Isso nos remete às conceituações acerca do Superego, que relacionamos ao preventivismo, no que diz respeito à sua ferocidade em torno daquilo que se relaciona ao prazer e à sexualidade, especialmente no que tange ao que é tomado como excesso (LACAN, 1959-70/2008). As articulações expostas parecem se associar com ideais civilizatórios, e se assemelham ao movimento cultural desenrolado no início da doença, no que se refere à diversas discursividades que se entremearam, para além do controle epidemiológico de uma doença. Dessa maneira, chama a atenção que tais articulações apareçam de forma acentuada neste aplicativo voltado para encontros entre homens, já desde as situações iniciais de apresentação e não se evidenciem em outros, como, por exemplo, no *Tinder*, e outros aplicativos que olhamos brevemente.

Isso parece ter relação com o que afirma Freud (1926/1996) em suas novas conferências introdutórias, ao utilizar o termo “sífilidofobia”, acrescentando uma correspondência do medo de adoecer por sífilis a um medo de ordem superegóica, pela introjeção de elementos culturais. O autor se refere a isso como uma atualização do medo infantil da castração, que se institui por medo de adquirir uma doença grave direcionada à vivência de excessos da sexualidade. Este ponto, também, nos remete à forma como Lacan (1954-55/2010) aproxima as relações regulatórias do Outro a um princípio de realidade comum, que operaria como uma trava a excessos pulsionais. Assim, caso se busque prazer em excesso “acontecem acidentes de todos os tipos – queimam-se os dedos, *apanha-se gonorréia*, quebra-se a cara” (p. 112, grifo nosso). A escolha da citação de Lacan, bem como o nosso grifo, frisa a realidade e o discurso comum como aquilo que

aponta efeitos de regulação, bem como os limites que, idealmente, deveriam ser seguidos frente aos excessos pulsionais delimitados.

Apresentamos, dessa forma, um dos impactos propostos em torno da identificação, em algumas situações, que partem de um traço do Outro, e que se apresenta enquanto consistência superegóica como demandas repetitivas que apontam o que está localizado como excessivo. De acordo com Florence (1994), as identificações são a base para a sociabilidade e sempre ocorrem por fragmentos significantes do Outro, podendo desdobradas de formas diversas. Para o autor, a respeito das diversas facetas da identificação, é possível que se pense, a partir delas, elos do sujeito com o laço social, visto que as identificações acompanham, também, as escolhas atuais de objeto. Verificar a instância dos ideais se fez fértil, pois a partir delas pode-se pensar algo dos indicativos éticos e morais culturais e, em contrapartida, eludir alguns de seus efeitos alienantes.

Os desdobramentos apresentados até então referem-se ao ambiente verificado, e apontam para cristalizações em torno das instâncias ideais. Neste ponto dialogamos com Rosa (1997), que afirma a importância de que a Psicanálise se ocupe das incidências ideais em torno das identificações que ocorrem inseridas em um contexto relacional. Para a autora, a instância do Ideal do Eu pode se tornar uma referência a partir de traços e buscas por elementos de pertença em determinado local ou grupo, e isso não ocorre sem consequências. Os ideais referem-se aos pontos de referência ou traços sobre os quais os traços das modalidades de identificação simbólica se efetuam. Em nosso trabalho, então, verificamos uma possível incidência de tal modalidade de identificação, permeada pelo discurso do Outro, que remete a elementos da forma como a homossexualidade masculina e o HIV/Aids se entremearam discursivamente.

Em consonância, Soler (2018) afirma como modalidades fundamentais de identificação uma que consiste na identificação com traços do Outro, de ordem simbólica, e outra que consiste nas incidências imaginárias estruturadas pela primeira e que advém das possibilidades de uma ilusão de significação absoluta, de ordem concreta. De acordo com Rosa (1997), a partir da dialética entre ambas as modalidades de identificação, via Ideal de Eu, em sua matriz simbólica, e Eu Ideal, em sua matriz imaginária, é possível que se pensem relações do sujeito com o grupo, no laço social, via constituição de identidades que possibilitam formas de reconhecimento.

Feita a discussão em torno de Ideais que pudemos vislumbrar em nosso campo de pesquisa e que remetem ao HIV/Aids e suas significações discursivas, avançaremos no próximo tópico com base em achados de campo que nos permitem pensar na constituição de traços identitários operantes na configuração elaborada, e que se relacionam aos traços simbólicos e ideais que pudemos discutir até o momento, que podem apontar para algo presente no laço social. Nas palavras de Florence (1994): “o eu, adornado com as insígnias do outro, torna-se uma tela” (p. 121), traindo o sujeito do inconsciente incapturável, via significante, para constituir um elo social.

Na próxima seção, apresentaremos outro lado da presente questão, que consiste em alguns impactos narcísicos da doença no laço social. Como uma dessas insígnias, formatadas em telas iniciais, aquilo que se produz enquanto imagem de si e do outro, em seus efeitos imaginários identitários aparentes no laço social, inseridos na configuração simbólica e superegóica defendida neste subcapítulo. Desdobraremos na próxima seção alguns elementos acerca de efeitos imaginários de identidade, pelas vias de identificação e construção de Eus que reincidentem no ambiente virtual em torno da soropositividade ao HIV.

Conforme esclarecido por Safatle (2020), as relações narcísicas ocorrem dentro de um cenário de amarração cultural de poder, promovendo relações de reconhecimento alienantes pelas vias de projeção de um tipo ideal. Dessa forma, nas palavras do autor, em Lacan: “O Eu aparecerá sempre como incapaz de operar mediações com a alteridade e a diferença, como caracterizado pela rigidez, pela estaticidade, por uma concepção defensiva de identidade” (SAFATLE, 2020, p. 22). Nesse sentido, concordamos com Rodrigues (2019), ao afirmar que a identidade a partir de uma leitura psicanalítica corresponderia àquilo que se faz no grupo como uma forma de se obter algum reconhecimento. Para a autor, o diálogo com a política ocorre pelas vias de um elemento identitário que legitima e promove grupos circunscritos na tentativa de possibilidades de existência. Porém, a autora também considera o potencial restritivo de tais formações, afirmando a potência de colocá-las em questão, especialmente na forma como estas podem marcar sujeitos.

Isso pode ocorrer em diálogo com a forma como Freud e Lacan entendem a questão da identificação, como sempre plástica e passível de modificações. De acordo com Soler (2018), se atribui aos ideais do Outro e aos entornos das identificações

simbólicas a constituição de índices identitários, o que se estabelece via significantes do discurso social. É nesse sentido que propomos uma análise de amarrações presentes em nosso campo, na direção, também, de verificar possíveis marcadores imaginários que ali se produziram, na forma a se apresentar ao outro. Isso não ocorre sem uma aposta de que, para além de um processo de imitação provenientes das possibilidades de reconhecimento possíveis naquele ambiente, possam advir impactos narcísicos. Para a autora, a identificação em Psicanálise é um conceito flexível, que pode ser utilizado frente à impossibilidade de sustentação plena de uma identidade.

Nessa leitura, a identidade se aproximaria de uma identificação com representações que operam uma duplicação de si, que configuram uma cilada de unidade na relação Eu x outro, impossibilitando a apreensão de alteridade, daquilo que seria da ordem do diferente. Estamos advertidos que o reconhecimento e a pertença a alguma identidade também tem como função o suporte do Eu perante o Outro. Porém, nosso objetivo é discutir algumas de suas limitações, especialmente dada a maneira como as formações identitárias se produzem e operam no contexto em questão. Partimos, então, da identidade aqui suposta a partir de sua função de reconhecimento perante o outro, visto que, nas palavras de Soler (2018): “uma identidade social é sempre comunitária” (p. 33), e se produz a partir do laço social, conferindo um lugar ao sujeito, que não ocorre sem que, assim, também hajam segregações. Nosso esforço, então, ocorreu na direção de, a partir disso, obter alguma elucidação de algo presente no laço social estudado, a ser, ou não, mais ampliado futuramente.

Isso se inclui na ideia de sociedade escópica contemporânea proposta por Quinet (2021), que afirma normatividades advindas do laço social, em uma ambiência de vigilância constante do olhar invisível do Outro. Estas, conforme apontado pelo autor, se inserem em ambientes virtuais, promovendo relações imaginarizadas, que incluem as categorias identitárias visíveis ali. Essas incidem diretamente na maneira como os sujeitos podem ali habitar a partir de imperativos incessantes na direção de se mostrar para existir, via captura narcísica dos sujeitos.

Nosso campo se insere em tal produção social de normatividades que tamponam com rigidez possibilidades de singularização, de expressão de desejo, promovendo um efeito de reconhecimento potencialmente produtor de sofrimento, segregações e silenciamentos. A partir disso, consideramos a relevância em se pensar o que se refere ao

sujeito em uma perspectiva ética e política. Tal produção identitária de sofrimento e silenciamento, bem como uma discussão a respeito de seus impactos narcísicos, serão aprofundadas no próximo capítulo. Para isso, estabelecemos diálogos a partir de elementos expostos por autores que discutem os limites em torno das identidades com base na teoria psicanalítica, como Cunha (2009) e Ambra (2015, 2016), e algumas questões referentes ao que Rosa (2018) chama da face sociopolítica do sofrimento.

Esta pesquisa tem como objetivo problematizar operações discursivas presentes no laço social atual, que decorrem da história do HIV/Aids. A partir desta hipótese, verificamos a produção e manutenção de algumas identidades enrijecidas. Nesse sentido, nossa análise visa obter alguma compreensão de processos discursivos que estejam sustentando tais mecanismos. Assim, apresentaremos a seguir elementos extraídos de nosso campo, que permitem apontar possíveis impactos narcísicos. Ou seja, apostamos, neste trabalho, que, inseridas no mesmo fundo discursivo que promove ideais que podem ser entendidos como superegóicos em nosso campo de pesquisa, algumas das identificações narcísicas ali operantes podem promover pretensas identidades de forma estática e defensiva frente à alteridade. Este processo, conforme tentamos sustentar, pode apontar para elementos de silenciamento e segregação daquilo entendido como fora da ordem do mesmo.

3.2 O HIV/Aids e a busca por “semelhantes” em perfis iniciais: Uma questão de identidade?

O presente subcapítulo, que por uma escolha de estruturação textual se insere sob essa ordenação, tem como objetivo apresentar outra parte de nosso recorte de análise, imbricada com as discussões feitas até aqui, que consiste em explorar outro aspecto de nosso percurso de campo. A partir do ambiente cujo traço Ideal propomos acima como discursivamente operante, exploraremos neste momento uma possível produção de incidências narcísicas, ou, conforme nossa proposta, que possam acarretar em um possível efeito de produção identitária.

No tópico anterior, exploramos elementos em torno da identificação com um Outro mítico, em seus vínculos com o Supereu e seus imperativos simbólicos. Dedicamo-nos, neste momento, em pensar outro efeito discursivo da presença do HIV/Aids neste

ambiente: os indicadores de possíveis efeitos de identidade que se apresentam ali. Para tal, convidamos o leitor a este poema de Fernando Impagliazzo (2021), presente em seu livro chamado “Promíscuo”. Dentre diversos textos em forma de poesia que tratam de questões acerca de sexualidade e seus impasses, preconceito e soropositividade, o escolhemos a fim de iniciar a discussão proposta para este momento:

H+

sou *mais um homem* dentre todos
outros homens *um homem a mais*
que sempre estive com outros homens
e estive consciente do *seu lugar*
lugar onde estaria com outros homens
quando assim a hora chegasse

sou mais um homem dentre todos
homem desgarrado solto no ar
homem sem família sinal fraco
que não opera pelo próprio corpo
homem *silenciado na ligação*

*vejam, o ar *está impregnado*
de mim eu que sou um homem
um homem a mais dentre todos
dentre todos os homens possíveis
um homem só e só um homem

Por meio de uma bela construção de narrativa, marcamos alguns dos significantes ali presentes que nos permitem questionar: que lugar impregnado é este, que ao mesmo tempo em que se configura como *a mais*, excessivo, também se pode dizer um lugar silenciado? O que é isso em mim que impregna? Tais questões se evidenciaram, também, a partir de nossos achados de campo, que apresentaremos a seguir.

3.2.1 Indicadores identitários em perfis iniciais: HIV+ e a busca por “semelhantes” no laço de paquera

Feito este percurso, seguem alguns elementos extraídos de perfis iniciais que se mostraram repetidos, e que nos permitirão seguir com a discussão e com as problematizações propostas neste trabalho. Neste momento, então, pontuaremos algumas questões em torno de um estatuto possivelmente identitário que se evidenciou a partir de nossa leitura em algumas das apresentações textuais, a partir das quais desdobraremos algumas questões, a seguir. Reiteramos que nenhum contato foi realizado com os usuários, de forma que o material observado era de cunho público. As falas apresentadas neste momento contêm apenas os elementos sobre os quais seguiremos as discussões e estão exibidas de forma fragmentada, como modo de garantir o sigilo dos usuários dos aplicativos, ainda que se tratem de produções já descaracterizadas:

[foto: laço vermelho]
Sou indetectável
Busco semelhantes
Curiosos não
[apelido: HIV]
Sou HIV+ Indetectável. [foto: laço vermelho] [apelido: Soropositivo Indetectável]
Estou a procura de (...) e sem preconceitos!!!
Preconceituosos, não preciso dos seus julgamentos
Não coloquei fotos porque prefiro manter uma descrição sobre minha condição, mas sou um rapaz bonito (...)
Quero alguém que me ame como sou
Desculpa me apresentar assim
Não seja um babaca
[apelido: SORO + (...)]
Curiosos

Sem noção
seja positivo também.
[Apelido: Indetectável]
conhecer alguém indetectável tb
Sou hiv indetectável
HIV positivo indetectável (...) [explicação sobre o termo] busco pessoas sem preconceitos ou nas mesmas condições
[Apelido: [Nome] indetectável] [Foto: laço vermelho]
Curiosos, não façam isso.
Não tenho o meu rosto aqui por motivos de ser óbvio.
passei por algum constrangimento, optei por iniciar dessa forma [sem imagem].
[Foto: laço vermelho]
Minhas verdades: + indetectável (...)
[Nick: HIV POSITIVO] NÃO ME CHAME: HIV NEGATIVOS
[O que procuro:] Alguém que não me deixe falando depois de ler sobre minha sorologia.
Dúvidas? Médico ou Google

Conforme já mencionado, nosso principal aplicativo de pesquisa foi o *Scruff*, tendo sido o *Tinder* incluído como um ponto de comparação. Aqui, vale pontuar que, apesar dos elementos expostos no subtópico anterior terem se evidenciado com muito mais intensidade no primeiro aplicativo, os aspectos em torno das falas apresentadas neste momento se mostraram em ambos os aplicativos em quantidade similar. A saber, encontramos em torno de 25 telas em cada aplicativo. Ainda que no *Tinder* o HIV/Aids

não faça parte das perguntas realizadas para ingressar ao aplicativo, a doença se mostra presente ali como uma forma de construção de apresentações iniciais para busca de relações entre homens. Vale pontuar, também, que alguns dos usuários utilizam os dois aplicativos, mantendo o mesmo perfil em ambos.

Iniciamos nossa problematização com base em Cunha (2009), que, a partir do diálogo com diversos autores de diferentes áreas do saber, como a sociologia, questiona o lugar e algumas questões em torno da identidade, que para ele seria uma noção em voga na sociedade contemporânea. Dentre tais elementos, o autor afirma o caráter individualizante presente na formação de identidades, que produziriam relações pautadas em inteligibilidades referenciadas por regras sociais, funcionando por meio de relações de submissão do sujeito a tais normas presentes nos diversos contextos. De tal modo, têm-se indivíduos marcados e estáveis, por meio de um marcador narcísico de si, e, então, imaginário, que deixaria de fora o que seria ininteligível e incontrolável, como o espaço para a alteridade e singularidade. Tal processo se daria em consonância com o desenrolar histórico, à sombra dos quais tais identidades são delineadas.

Nesse ponto de nossa discussão, então, exploraremos um dos desdobramentos de nossa hipótese: na seção anterior abordamos o laço social e seus significantes, na medida em que apontam para a história do HIV/Aids, e, aqui, problematizaremos a respeito de algumas formações de uma identidade advinda do mesmo ponto de ancoragem, especialmente. Como afirma Birman (1994), toda a problemática moral, que transcende medidas sanitárias, em torno do HIV/Aids, legitimou a marcação e exclusão de alguns sob das normativas de saúde, que não admitem pluralidades.

Na mesma linha argumentativa, então, Castellani (2020), em sua tese, discorre sobre as incidências subjetivas do diagnóstico médico em três tempos, dentre os quais, um deles seria a identificação ao diagnóstico e aos elementos de sentido em torno deste e, assim, a inscrição em um lugar perante o Outro, e no laço social. A autora cita alguns exemplos em torno do HIV/Aids enquanto significante, em que, assim como diversos outros diagnósticos, contém uma história própria de significado e se soma, também, a outros autodiagnósticos já assumidos pelo sujeito em sua história, como um significante de identificação maciça para o sujeito a partir do Outro em que este investe. Tal processo de identificação pode ser cristalizante para o sujeito e, ocasionalmente, acarretar em perda de referência própria, em privilégio deste saber – do Outro da medicina, que consiste em

uma discursividade potente para este tipo de operação. Nesse sentido, um grupo pode ser formado em torno da marca vinda de um nome-diagnóstico, conforme termo da autora, compondo uma colagem imaginária desta identificação, e, em nossa problematização, uma identidade a partir disso, sustentada no laço social.

Conforme apresentado na tabela acima, um aspecto que se repete em nossa pesquisa nos aplicativos e que vale ser alçado à discussão é a relação entre escolhas de imagens que se referem à doença, que, frequentemente, ocorrem junto com a escolha de apelidos na apresentação na série “soropositivo”, “HIV+”, dentre outros. Além disso, é muito comum que a escolha de tais elementos ocorram conjuntamente à ausência de uma imagem de si ou, ainda, com alguma imagem que aponte para a doença. Advertidos de que estamos, com este trabalho, iniciando um campo de análise crítica pelas vias de um fenômeno, ou partes dele, apostamos ser válido um estudo via elucidações em torno de aspectos imaginários para tal.

Pensar em uma formação identitária é interessante, pois HIV+ consiste em uma das categorias para entrada no *Scruff*, porém, apresentações como estas também ocorrem no Tinder, que não apresenta a doença em sua constituição de aplicativo. Nesse sentido, podemos conjecturar acerca da função de reconhecimento que se estabelece dessa forma, partindo de um termo advindo da medicina.

Diante disso, retomamos uma das questões iniciais deste trabalho de pesquisa: o que estaria fazendo um termo advindo do saber médico no aplicativo? Mais ainda, para além de perguntas acerca de prevenção e testagem, qual seria a função do nome de uma doença atrelada ao ser, ou ao que se busca ali? Dessa forma, desde o início de nosso contato com o campo, se evidenciaram, repetidamente, apresentações iniciais, criadas por sujeitos, contendo termos referentes ao HIV/Aids, inclusive, na escolha do próprio apelido.

Em alguns casos, conforme exploraremos adiante, os sujeitos afirmam buscar “semelhantes”, “nas mesmas condições”, ou ainda “na busca por um parceiro que tenha algo em comum”. O que estaria em jogo neste tipo de apresentação, que se trata de uma construção própria de alguns sujeitos? E quais seriam os impactos subjetivos de tais formas de estar no laço social?

Neste sentido, pelas vias da identificação e das marcas e indicativos dos ideais aparentemente operantes no discurso do Outro, nossa análise buscou verificar algo de um delineamento identitário que possivelmente ocorre como um efeito dos ideais naquele ambiente. De acordo com Soler (2018), a verificação de marcadores de uma identidade pode colaborar para a elucidação de algo da estruturação social, do discurso comum em vigor, visto que os delineamentos individualizantes e fechados podem ter maior ou menor valorização social. Levar em conta as identificações presentes é interessante na direção de verificar a forma como, inseridas em um contexto, podem carregar aspectos de uma identidade que, apesar de não se sustentar plenamente, permite que se forme algo de um grupo.

A relação entre identificação e mediação social está presente desde Freud (1921/2011). A instauração de um Supereu se relaciona a um primeiro tipo de identificação primordial, que seria uma instância que opera uma lei de forma feroz. Foi com esse tipo de identificação simbólica que norteamos a condução da análise de nossa pesquisa, como uma analogia de algo coletivo, operante no ambiente estudado.

Porém, dentre três mecanismos de identificação⁶, o autor aponta um tipo que estaria relacionado à formação de massa, por meio de uma “*infecção* psíquica” (p. 64, grifo nosso). Isso constituiria um tipo de identificação que promoveria uma cobertura entre Eus, a partir da extração de um suposto traço comum, advindo de um contexto comum, formatado pelas vias de um ideal (de consciência comum) e em que haveria um ambiente de sugestão mútua e pretensão de igualdade entre os membros, em que os que ali se encontram se manifestem como uma alma de massa, gerida por “particularidades raciais, preconceitos de classe, opinião pública, etc.” (p. 78). O recurso à busca de alguém semelhante, ou comum, parece remeter a este tipo de identificação.

Nesse sentido, incluímos o que Costa (1992) chama de imagens identitárias, que seriam traços pelos quais culturalmente se identifiquem tais grupos, e outros subgrupos formados, por meio de modelos legíveis, como trejeitos e vocabulário próprio, por exemplo. Dentre tais modelos, então, verificam-se hierarquizações e valorizações distintas. Desta forma, o HIV/Aids, como uma reatualização de preconceitos já existentes

⁶ São eles: Um primeiro tipo, que consiste na identificação primordial com o pai, e, por conseguinte, com a lei, também pelas vias de proibição. Um segundo, que seria uma identificação com o objeto escolhido, chamada neurótica pelo autor, por seu funcionamento sintomático regressivo. E a terceira, sobre a qual nos baseamos neste momento, em que ocorre a identificação, em que uma imitação se dá pela suposição de algo em comum com outro(s) Eu(s).

em torno da homossexualidade, cunhada no saber médico, toma em torno de si alguns destes elementos fragmentários de identidade, contrários ao ideal de saúde, por exemplo, como formas de identificação, produzindo, em alguns casos, um efeito de subgrupo.

Tal argumento, mais uma vez, nos permite questionar acerca de tal produção identitária, talvez como um subgrupo formado dentro do subgrupo já dissidente na cultura referente à “homossexualidade”, neste ambiente voltado para encontros homoeróticos. Tal ambiente, conforme alguns estudos apresentados, apresenta algumas regras próprias de pertença, contendo novas propagações segregativas, inclusive que fomentam movimentos de agrupamentos entre si, sendo um deles em torno da soropositividade ao HIV/Aids. Este, conforme os enunciados apresentados, se tornaria um elemento de si com efeito massificante e totalizante de si neste ambiente, dada a sua presença incluída junto ao “ser”, conforme o algoritmo, ou ainda uma “verdade de si”, se expressando muitas vezes desde o nome, processo que possibilitaria, então, que o outro fosse semelhante, ou como um semelhante. Isso pode ser verificado em “HIV Negativos, não me chamem (...), procuro homens iguais a mim”. Isso se evidencia também, em casos em que “sou HIV+” aparece como única informação disponível, ou logo no topo, antes de qualquer outra apresentação.

Parece-nos tangível, então, apostar em um efeito imaginário de identidade presente em tais apresentações, tanto quanto ao HIV/Aids, nas diversas formas como aparece aproximado a algo de um ser, quanto pela ausência de outros elementos singulares, em diversos casos, como o nome ou apelido, ou uma imagem de si. Tal fixação, que, aparentemente, dificulta a exposição de outros elementos singulares, também ocorre associada a elementos em torno da doença, que, conforme se evidenciou em nossa pesquisa, se deu em conjunto com signos em torno do HIV/Aids, em sua maioria pejorativos, dentre os quais pode-se conjecturar um efeito de semelhança ao outro. Tal marcação, então, aparece tanto direcionada ao Eu quanto à busca àqueles que estariam marcados, supostamente, pelos mesmos traços. Isso aponta para um agrupamento formado e operante dentro da lógica de paquera virtual como um subgrupo, e nos permite problematizar um efeito narcísico de circunscrição de si, potencialmente produtor de sofrimento na vivência do laço social.

Baseamo-nos, também, na ideia freudiana de que as identificações modificam o Eu, que se constrói e se sucede em medição crítica, de maior ou menor crueldade, dos

Ideais superegóicos (muitas vezes, morais), em uma tentativa de fazer frente à imperiosidade pulsional. Esse ponto nos permite introduzir outro aspecto de nossa análise: o ambiente que delimitamos anteriormente em sua incidência superegóica, como um produtor de semelhantes no laço social.

Isso dialoga com alguns aspectos da identificação apontados por Florence (1994) a respeito de sua presença em diversos momentos da obra de Freud. São eles, a identificação, a partir de uma cena difratária, com um traço promotor de um personagem de empréstimo; e diferenciação entre a identificação como condição para inserção na cultura, por uma historicidade própria; e a imitação, que tem relação com a identificação e se vale dela para constituir atitudes sociais entre eu e outro, em um jogo mimético entre Eus, entre semelhantes. A partir de um traço, em nosso campo, parece que algo de uma semelhança se estabelece ali, por exemplo, pelo uso do significante “igual” ou “semelhante”

A partir disso, parece possível uma aproximação com as formulações de Lacan (1949/1998) sobre o “estádio do espelho”. Levando em conta o “filhote de humano” enquanto prematuro e insuficiente, o autor aponta a construção do Eu (sempre fictício) enquanto um processo alienante de destituição de si que constituiria uma servidão imaginária. Ainda não “pronto”, o sujeito, pelas vias de sua imagem no espelho se antecipa enquanto corpo, em um processo jubilatório de si. O Eu, então, se constrói como uma fixação ilusória, uma pretensa normalização de si, sobre a qual se sedimentarão outras identificações adquiridas no decorrer da história do sujeito.

Retomando Soler (2018), identidades fixadas incidem pela via imaginária, podendo operar sob um sentido fechado. Tal significação em torno de uma identidade dessa modalidade ocorre por meio do estabelecimento de atributos ao sujeito, que podem dificultar ou impedir flutuações ao falar de si, por conta da suposta entrada em determinado grupo. Trata-se de um “empréstimo tomado de algum outro” (p. 51), que, apesar de sempre parcial, pode se constituir de forma mais ou menos rígida. Pensar a identificação, para a autora, é interessante frente às impossibilidades de sustentação de uma identidade una, na direção de apostar, via Psicanálise, na fenda do sujeito e nas associações que as identificações permitem para além da fixação de uma identidade que insere o sujeito em um grupo.

Conforme retoma Rosa (1997), a formação de um grupo só é possível a partir da referência ao Outro, a algo que estruture pelas vias dos Ideais, por meio de um traço ou imagem coletivizante incidente nas regulações do ideal do Eu para relações com o outro. Isso se relaciona àquilo que se apresenta como valor na relação com o outro, de onde se pode construir aspectos de um “eu sou”, articulado ilusoriamente a predicativos, insígnias do Outro, que impedem qualquer desconhecimento.

Nesse sentido, então, outro elemento que chama a atenção seria a constante presença do significante “indetectável”⁷, “ser” indetectável, “soropositivo indetectável” ou até mesmo a busca por “caras indetectáveis”. O que estaria ali como impossível de se detectar em termos subjetivos? A título de questionamento, tal elemento também apontaria para outra formação de subgrupo, mais próxima dos signos da saúde? Isso se sustenta, por exemplo, nas diversas explicações acerca da não transmissibilidade, ou em afirmações como “HIV indetectável, com muita saúde”. Seria um predicado desta formação identitária que estamos propondo discutir nesta pesquisa? Qual seria a função deste outro termo médico referente a si? Não temos a pretensão de esgotar tais questões, mas julgamos importante realizá-las, como um dos elementos evidenciados em nosso campo de pesquisa.

Traremos para a discussão alguns elementos do seminário de Lacan a respeito da identificação (1961-62/2003). Neste momento de seu ensino, o autor formaliza um aspecto da identificação que ocorre pelas vias do significante, como um outro componente do conceito, como já apresentados brevemente, concernente a seus elementos de identificação imaginária. O autor coloca a identificação como algo que ocorre, por meio do traço unário, entre o sujeito e o Outro, de forma que o sujeito tomaria um traço deste a ser continuado por si, enquanto sujeito, como algo único. Nesse sentido, tratar a identificação pelo significante, que representaria um sujeito para outro significante, e que porta em si a diferença e a possibilidade de que se façam novas cadeias pelas vias da identificação, se mostra interessante na presente discussão. Isso porque são como uma oposição aos signos, que representam algo, com um suposto sentido próprio e fixo colado ao significante, como na identidade e, conforme inferimos, estático – como as formulações imaginárias em torno de um traço massificante.

⁷ Utilizo duas falas presentes em apresentações de usuários de aplicativo para esclarecer o termo: “indetectável = intransmissível”, ou seja, “não transmite o vírus”.

Neste expediente, elegemos alguns aspectos da discussão proposta por Lacan (1961-62/2003) acerca do nome próprio. Não nos estenderemos nas diversas questões em torno da noção, mas trazemos à baila alguns elementos que nos facilitem o entendimento de nossos objetos. O autor percebe o nome próprio como um significante – advindo do Outro - produtor de uma marca subjetiva distintiva e sem um sentido próprio, sobre a qual o sujeito, dentre outros elementos, se constituiria enquanto singularidade. Esta relação com o não sentido próprio ao significante, ao qual o sujeito se refere, é contraposta por Lacan a outro aspecto do significante, que seria o estatuto de nome comum. Este seria possuidor de um sentido comum fixado dentro de uma amarração histórica, o que está de acordo com a forma como o autor aborda um dos aspectos do discurso do Outro, anteriormente, em sua obra (1954-55/2010).

A substituição do nome próprio por termos em torno do HIV/Aids é interessante, nesse sentido, pois nos permite inferir a questão das massificações e da extração de um traço comum do Outro, de forma coletivizante, neste contexto estudado. Tais processos, ocorrem por meio, também, de intermediação cultural e social, conforme Lacan afirma neste momento de seu ensino. Pode-se dizer que a formação e aquilo que se sustenta enquanto Eu ocorre dentro de um contexto de linguagem e seus elementos de amarra, isto é, dentro do laço social. Conforme Ambra (2016), o Eu se constitui sem um núcleo duro único e se compõe a partir de diversos elementos provenientes da alienação inserida às discursividades advindas do Outro, ou, se preferir, do laço social, de onde, também, se extraem nomeações sobre si e identidades, que, em uma leitura psicanalítica nunca se referem a algo essencial ou natural.

Seguimos a construção de nossas questões com base no que Lacan (1961-62/2003) chama no seminário da identificação como ‘efeito de sentido’ e ‘efeito de identidade’⁸, como outro efeito de todo o desenrolar histórico apresentado nos capítulos iniciais desta pesquisa. Para o autor, o signo representa algo para alguém, e porta potencial causador de apagamento e sofrimento no laço social, dada a possibilidade de que o sujeito se prenda a uma significação imaginária de identificação. Isso pode estar ocorrendo nesta modalidade de apresentação no laço social em que se substituem imagens e apelidos singulares a respeito de si por imagens e nomes comuns que remetem a uma doença, o

⁸ Lacan utiliza este termo ao expor um exemplo, uma imagem extraída de Saussure a respeito dos trens das 10h15. Apesar de diferentes os trens, por meio de uma organização linguageira em torno do significante, ganham o sentido, um efeito de identidade.

que por si só já justificaria um olhar para o potencial sofrimento em relação às vicissitudes de sua presença ali.

De acordo com Costa (1992), há uma produção de modelos, que operam por meio de traços promotores de identificações narcísicas com subgrupos subjugados culturalmente. Em suas palavras, frente a uma impossibilidade: “diante dos ideais, identificar-se com o que sobra” (p. 82), criando uma identidade, uma estereotipia e uma objetualização produzida historicamente, em que se insere, por exemplo, a ilusão do “típico homossexual”. Este processo, inserido no laço social, teria impacto em construções subjetivas de si, nas identificações perante os Ideais, que, apesar de seu aspecto pejorativo, possibilitaria a operação de identificação a partir referências idealizantes possíveis dentro dos subgrupos. Isso está na mesma linha do que Perlongher (1987) apontou sobre as hierarquizações em torno de modelos identitários, dentre eles o de “gay normal”, em detrimento, por exemplo, de noções em torno da efeminação.

Tal consideração está de acordo com Florence (1994), que afirma que o sujeito sempre está fora do Eu, sendo pela via da identificação que se deduzem relações ambíguas deste, entre imagem e significante, entre Eu e o outro, entre aquilo que liga e aquilo que destitui. Nesse sentido, as identificações ocorrem dentro dos sistemas de linguagem, portando, assim, alguma inteligibilidade e alguma direção forjada a partir desta. De acordo com Florence (1994), “postular a primazia da linguagem para a inteligibilidade das produções do ser humano é criar um novo espaço de visão e de interpretação de uma experiência do inconsciente” (p. 143).

Nesse sentido, pode-se entender a identidade como algo que não se sustenta desde Freud, visto que os processos de identificação, sempre multiplicáveis, nunca formam em plenitude das identidades. Isso não exclui que se pensem as significações produzidas e o entorno destas, visto que o Eu busca reconhecimento imaginário obtido através do consumo das significações disponíveis a partir dos significantes advindos do Outro. Conforme Cunha (2009), as identidades podem se constituir de forma alienante e impregnante, caso se cristalizem e bloqueiem as possibilidades das diversas identificações singulares e de relações com o outro, sem que este esteja modelado como mesmo de si.

Nessa direção, a construção de um Eu ocorre por meio de um processo que também estabelece o outro, de forma especular. Nesse sentido, Lacan (1949/1998) afirma o estágio de espelho como da ordem da identificação com aquilo que se mostra ao Eu como reflexo de si e, ao mesmo passo, como imagem do outro. Esse processo produz um Eu passível de ter semelhantes, pelas vias da identificação de si com o outro, vestindo, em suas palavras, uma “armadura enfim assumida de uma identidade alienante” (LACAN, 1949, p. 100).

Para o autor, então, em seu seminário a respeito dos escritos técnicos de Freud (1953-54/2009), a constituição imaginária descrita no estágio do espelho, ocorre inserida e estruturada pelo Outro, pelas vias da instância simbólica do Ideal do Eu, que também opera pelo Supereu – o que se aproxima do que Freud chamou de narcisismo primário. O processo se dá por meio do Eu ideal, então, que consiste em uma estrutura imaginária que poderia operar de forma plena e ilusória, em que o sujeito se alienaria para permanência no laço social, tomando o Ideal de Eu como um guia. Por essa via, então, é possível extrair dos Ideais a busca por formações, que apontaria uma posição ou um ângulo para o sujeito, podendo “dar forma ao narcisismo” (LACAN, 1953-54/2009, p. 156).

Lacan (1960-61/2010) afirmará o Eu ideal como uma constante necessidade de sustentação, de cunho onipotente, que implica na forma como o Eu pode se mostrar enquanto suposta unidade. Dessa forma, há uma diferenciação entre Ideal de Eu e Eu ideal, muito embora tal relação entre os termos sustente o narcisismo. Em suas palavras: “o primeiro é uma introjeção simbólica, ao passo que o segundo é a fonte de uma projeção imaginária. A satisfação narcísica que se desenvolve na relação com o Eu ideal depende da possibilidade de referência a este termo simbólico primordial” (p. 434).

Isso pode ser aproximado à identificação via suposto traço do outro que estabelece um comum. De acordo com Florence (1994), é um tipo de identificação que possibilita a criação de novos laços sociais, a partir de traços (parciais) supostamente comuns, que permitem a formação de agrupamentos, visto que é uma forma de conter a agressividade dentro deste conjunto. Nisso pode se incluir o que foi apresentado como mimetismo que, ao produzir os iguais, em uma identificação de rebanho, a imitação advinda de tal identificação culmina em uma “repetição infinita da cena do espelho” (FLORENCE, 1994, p. 125).

É entre esta relação que uma identidade pode se sustentar, visto que, de acordo com Soler (2018), a partir do contexto social, é possível que se identifique em função de elementos e insígnias do Outro, via significante. Em outras palavras, a partir do Outro é possível que se delimitem identidades, dados os papéis que tais significantes podem delinear e a partir dos quais é possível que se nomeie, via identidade, e se posicione em um lugar perante o outro. Os ideais do Outro, segundo a autora identificam e promovem identificações para sujeitos, processo que ela relaciona, também, a elementos do controle social. A ordem discursiva do Outro, do discurso comum, então, pode promover traços unários unificantes, via índices de identidade.

Isso se relaciona à forma que descreve Cunha (2009) a respeito das identidades contemporâneas, construções imaginárias e inteligíveis, inseridas em referenciais culturais, promovendo o que o autor chama de Eu soberano e consciente de si. É por meio do fechamento de si nestas imagens que o sujeito tenta se produzir idêntico a si mesmo. Por consequência, ele se relaciona com um outro que também seria idêntico a si ou semelhante, possibilitando, narcisicamente, investimentos libidinais de ligação ao outro por meio de tal fixação narcísica, de onde se cria, também, relações imaginárias com “o parceiro da mesma espécie” (LACAN, 1953-54/2009, p. 183).

Em suma, o estágio do espelho, em Lacan (1949/1998), refere-se a um momento inicial ligado a um tipo de identificação inaugural do sujeito, sobre a quais outras identificações ocorrerão enquanto um Eu. Tal processo, então, consiste nas duas formas de narcisismo expostas por Lacan, a saber, produções em torno das já expostas incidências imaginárias em torno do Eu Ideal, que ocorrem por meio das produções simbólicas presentes nos Ideais do Eu, como regulador (LACAN, 1953-54/2009). Inseridos, então no laço social, e a partir do que se constitui como Ideal de Eu, se realiza o Eu Ideal em sua eficácia, e com seus atributos e predicados da ordem do imaginário. O autor afirma o que os delineamentos de, em seu estatuto ideacional, é diferente do sujeito que se escuta em análise. Este sujeito não é delimitável plenamente por uma identidade, a não ser com fins de pertença e reconhecimento.

Nesse sentido, as identificações narcísicas de si perante o outro podem possibilitar maior ou menor satisfação subjetiva. Isso vai depender da relação de regência que este tenha, enquanto Eu ideal, em sua conexão com os Ideais de Eu, ou, conforme destacamos, com o contexto que se inserem. Apostamos que delineamentos identitários rígidos podem

se tornar desconcertante. A criação de uma imagem para o Eu, para Lacan (1953-54/2009), também, aponta como um violento processo de redução do outro a si. Vale o questionamento acerca das condições em que os delineamentos imaginários de identidade ocorrem, dentro de um dado contexto, e em suas incidências acerca da satisfação narcísica que pode ser extraída dali.

Conforme nosso percurso a seguir, as formações identificadas em nosso campo também nos permitem questionar algo acerca da qualidade de pertença que entorna tais construções identitárias. Exploraremos alguns desdobramentos a partir do apresentado neste capítulo, ainda referente às identificações imaginárias.

3.2.2 As construções identitárias e a marcação como outro

Nosso campo de trabalho nos permite questionar acerca da forma como operam tais modalidades de apresentação perante ao outro. Não analisamos os sujeitos em suas falas no laço social, mas a posição de um delineamento identitário de apresentação ao outro, que, conforme apostamos, pode não ocorrer sem uma consequência subjetiva. A eleição e manutenção de processos identitários de pertença, de acordo com Soler (2018), podem incidir em processos segregativos. Retomando o narcisismo das pequenas diferenças de Freud (1930/2011), marcações e formações de grupo, instala-se a eleição de quem está dentro de tal lógica, identificado narcisicamente com um traço de valorização ideal, e quem está fora, marcado como ameaçador.

Isso é possível em nosso percurso, também, dadas as formas como alguns dos sujeitos que assim se apresentam se referem e parecem indicar as abordagens de outros, que não se apresentariam sob o mesmo traço comum da soropositividade ao HIV. Isso também nos permite inferir um contexto que sustenta tais modalidades de apresentação via traços identitários, marcando-os como “outro”. Isso pode ser inferido a partir de falas como “dispenso curiosos” (...) “Afim de caras positivos ou que topem a sorodiscordância”⁹, ou quando o sujeito atribui à sua opção de se apresentar de determinada forma por já ter passado por “algum constrangimento” ao dizer de sua

⁹ O termo sorodiscordância se refere à relação entre alguém soropositivo ao HIV e alguém soronegativo.

sorologia. Isso fica evidente, também, por exemplo, em usuário que coloca certas perguntas em torno da forma como se infectou. Além disso, com relação às frequentes perguntas, um dos usuários afirmam que isso “não é legal” e, na sequência, explica não utilizar foto por motivo “óbvio”.

Nessa direção, um possível desdobramento da questão estaria em torno da constatação de menções de interlocutores referidos na série “curioso”, “preconceituoso” ou portador de um “julgamento”. Este ponto, também, pode ser verificado em matéria recente publicada na BBC News, em que o entrevistado, dentre relatos invasivos do mesmo caráter verificado em nossa pesquisa, afirma o incômodo presente nas situações e, muitas vezes, solicita que estes usuários se lembrem de estarem conversando com outra pessoa¹⁰.

Isso nos permite pensar, então, a respeito de respostas de outros usuários com quem conversaram, que mantêm este lugar apontado de determinada forma, favorecendo tais apresentações em torno disso. Pode-se conjecturar, ainda, certa destituição de si, ou um direcionamento específico para de falar sobre si, o que parece ser direcionado por este marcador identitário, como verificamos, por exemplo, no caso de “dúvidas”, procurar o “google” ou um “médico”, ou até mesmo nas constantes afirmações já mencionadas em torno de “indetectável = intransmissível”. Isso ainda se evidencia em casos em que o sujeito se disponibiliza, logo de início, a responder “perguntas” a esse respeito. Frequentemente, estas são as únicas produções textuais utilizadas na construção de perfis.

Conforme apontado por Cunha (2009), dentre os efeitos reguladores das identidades, marca-se os que estariam dentro, e aqueles que estariam configurados como a alteridade não tolerada pelas totalizações imaginárias da identidade, marcados, então, como perigosos. A partir disso, podemos inferir experiências vivenciadas neste local por parte desses sujeitos, em que se evidencia um aspecto que se aproxima à discussão proposta por Mountian e Rosa (2015), que consiste na captura discursiva por vias imaginárias que circunscrevem alguns lugares sociais. Estruturados pelos ideais e significantes do discurso do Outro, ocorrem anulações da possibilidade de diferença e singularidade, que culminaria no aprisionamento subjetivo produzido a partir daqueles que seriam reconhecidos como iguais daqueles que seriam os outros. Estes últimos,

¹⁰ A matéria está em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50850127>

apontados e marcados culturalmente de forma fetichizada, termo utilizado pelas autoras a partir de trabalhos que partem da etimologia da palavra advinda de feitiço, como aquilo que produz medo e encantamento. A isso, pode-se incluir, em nossa leitura, a curiosidade em torno deste traço utilizado como marcação identitária.

Neste sentido, estamos diante de situações em que a sorologia é posta em evidência desde o contato inicial, muitas vezes, como única forma de apresentação. Isso parece, também, se tratar de uma antecipação dos sujeitos baseadas em interações desagradáveis ocorridas anteriormente. As circunstâncias expostas acima, nos permitem questionar acerca do impacto subjetivo disso, em sua incidência narcísica, cujas identificações de pertencimento perante o outro, e ao Outro, dizem respeito.

De acordo com Castellani (2014), que estudou algumas questões acerca da revelação do diagnóstico de HIV a parceiros amorosos em adolescentes, infectados por transmissão vertical, ou seja, de mãe para filho. A autora afirma que lidar com o diagnóstico depende da maneira como o Outro inicial da criança transmitiu a questão, e inclui a isso as significações culturais em torno da doença. Estes pontos, conforme verifica, constituem questões relacionadas à revelação do diagnóstico, dentre os quais se incluem a necessidade de um segredo a ser sustentado. Os sujeitos escutados na pesquisa afirmam a necessidade de confiança para que se trate a respeito do diagnóstico, colocando em questão, muitas vezes, o medo de revivenciar rejeições e desamparos relacionados ao diagnóstico. Portar o vírus, conforme a autora, causa sofrimento e demanda processos de aceitação, dada a forma como este afeta o aspecto subjetivo, dentre eles, um aspecto narcísico. Dessa maneira, o recurso ao segredo constitui uma forma de contornar ou evitar sofrimento.

Isso dialoga com o ponto exposto neste momento, pois valida o questionamento acerca de algo que demanda elaboração e descrição – se isso aparece logo ao início do contato dos sujeitos com o outro, como forma de se apresentar. Um ponto de interlocução possível, indicam nossos achados em campo, diz respeito a uma reatualização do uso estratégico do segredo. Frequentemente presente nas relações entre homens via aplicativos (mas não só), constitui uma forma de proteção frente ao caráter desviante perante normas culturais. Isso está conforme apontado por Miskolci (2017), sendo o uso do segredo, então, uma forma de preservação de pertença no laço social, ou, ainda, de

evitar se relacionar ou se identificar com algo desviante e/ou sofrer retaliações ou ameaças, como um abrigo.

Este ponto está de acordo com Zago (2013), que afirma, em sua tese a respeito de uma rede social para busca de parceiros, a presença de corpos mostráveis, como um currículo de si em torno do ideal de saúde e masculinidade, e corpos não mostráveis, que seriam o avesso, ou aquilo que deveria permanecer escondido neste ambiente. Seu estudo nos mostra a presença de aspectos de segregação, inseridos em lógicas identitárias fixadas historicamente. A partir disso, então, também com base na tese, Zago e Santos (2013) afirmam a presença de elementos de marcação do que seriam corpos desejáveis, puros e legítimos em torno de tal ideal, em oposição à presença de signos, inclusive de não-saúde, advindos de uma racionalidade biomédica e midiática. Tais discursividades evidenciam, dentre outros elementos não valorizados culturalmente, um HIV/Aids moralizado, que refletiria algo de uma “triste realidade” daqueles que vivenciassem livremente desejos homoeróticos, alimentando um lugar social de perigo e medo, também.

Tanto a questão do segredo e discrição como formas de proteção social, quanto a questão daquilo que não deve ser mostrado em um aplicativo, nos permitem um diálogo com o subcapítulo anterior, na medida em que é neste ambiente que tais modalidades identitárias de apresentação se inserem, o que nos permite inferir acerca do ambiente que as sustentam.

Zago (2013), se refere aos aplicativos em sua característica de vitrine que, em nossa leitura, parece se aproximar do uso feito por Sedgwick (2007) a respeito dos armários, constituintes sociais em torno da homossexualidade. A autora afirma ser característica das identidades homossexuais a demanda em ser revelada, em diversos ambientes e relações da história do sujeito. A autora afirma a necessidade que os estudos levem em conta as diversas constituições de armário em torno da questão, inclusive, na tentativa de flexibilizá-los. A partir disso, pode-se questionar o funcionamento das modalidades de apresentação aqui expostas, como formas de revelação realizadas como em torno de um armário.

Tal chave de leitura se sustenta com base no paradoxo apontado por Sedgwick (2007) a respeito da revelação, da saída do armário. Neste, a autora afirma que os mais diversos ambientes, ao mesmo tempo em que questionam, perguntam e apontam os traços relacionados à homossexualidade, em uma tentativa de saber sobre. Também a toma

como um excesso, como algo que deveria ser mantido escondido ou silenciado, corroborando com as diversas segregações que daí podem advir. Isso chama a atenção no caso, pois o diagnóstico, ao mesmo tempo em que aparece e se mantém nas relações ali estabelecidas, também ocorre de forma descaracterizada, mantendo, de certa maneira, o segredo.

Em nosso campo, não é incomum que as apresentações ocorram como um recurso, ou uma “opção” de proteção e pertença no laço social, para manter segurança, ou “discrição” e evitar “constrangimentos”, ou que alguém não “deixe falando”, conforme colocações dos sujeitos sobre suas experiências. Nesse sentido, então, como algo eficaz. Por outro lado, vale questionar acerca de um dos pontos prejudiciais de tal eficácia, visto que, assim como toda a identidade, tais modos de apresentação podem acarretar em inteligibilidades próprias, advindas do laço social, que mantêm para algumas posições maior dificuldade de expressão de aspectos singulares, para além dos significantes em torno das formações de identidade.

Isso está em conformidade com Cunha (2009), que afirma o caráter instrumental e inteligível das formações identitárias que ocorrem, também, na tentativa de pertencimento e segurança narcísica no laço social por meio de totalizações. O autor também questiona os limites de tais operações. As opções verificadas na busca por alguém “sem preconceitos ou nas mesmas condições” por meio do “ou” nos permitem conjecturar que, em alguns casos, algumas dessas formas de apresentação ocorram como um modo de evitar o contato com preconceito e segregação a partir deste traço comum. Ao mesmo tempo em que a sorologia aparece, ela também pode ter por função manter a proteção do segredo, dada a sua forma descaracterizada. Esse processo se dá aos moldes do que Freud (1921/2011) afirma a respeito do instinto gregário que compele o humano ao pertencimento a um rebanho, processo também presente na formação de massa e da identificação de si com esta, sendo uma de suas exigências “que a igualdade seja levada a efeito *consistentemente*” (p. 83, grifo nosso), sob o preço do domínio pulsional.

Isso se insere no que Cunha (2021) afirma sobre formas de pertença social e política na contemporaneidade, que, muitas vezes, ocorrem por meio daquilo que seria da ordem do íntimo, do Eu construído como si mesmo, apresentado como identidade possível – cada vez mais circunscrita e segregativa – inserido em um contexto histórico, em que esta mesma pertença ocorre em associação direta com elementos morais. O autor faz tal questionamento em diálogo com a biopolítica foucaultiana, visto que exames e

testagens contribuem para o controle e a materialização dos corpos, favorecendo, também, aspectos de identitarização, muitas vezes expressada em nome da saúde. Tal forma narcísica e especular de relação com o outro se mostra característica ao laço contemporâneo, em seu apelo tecnocrata, evidenciando-se no uso de redes sociais, visto que essas podem ser acessadas de qualquer lugar, por meio da relação do sujeito com seu celular. Nesse sentido, vale trazer à discussão os possíveis impactos de algo tão íntimo quanto um diagnóstico médico sorológico, associado à busca por outros com o mesmo traço, e aparecendo como principal marcador de si ao se apresentar ao outro.

Seguimos na mesma direção de Ferreira-Lemos (2011), de que não há uma divisão entre realidade e virtualidade, no sentido de o que aparece como moldes em cenários virtuais promoveria e portaria efeitos de algo do *off-line*, e vice-versa. Apostamos, então, que nosso estudo – que privilegia efeitos narcísicos¹¹ em torno de aspectos da identificação e elementos de formação identitária – pode apontar para algo presente no laço social, que afeta, inclusive, a vida fora das redes de paquera. De acordo com a autora, a criação de perfis virtuais ocorreria inserida em um contexto de mediação de relações, produzindo laço social por meio de delineações imaginárias de identidades e, por conseguinte, pela formação de comunidades virtuais.

Dessa forma, a estada no laço social, ainda que de formas massificadas em torno de uma suposta igualdade, promovem alguma sensação de pertencimento e reconhecimento. Os ambientes virtuais, em si, promovem categorizações, como aquelas presentes no nosso campo como possibilidades de escolha a respeito de si para a entrada no aplicativo, sendo “HIV+” uma delas. Ferreira-Lemos (2018), a partir disso, afirma que as redes sociais amplificam elementos da sociedade escópica proposta por Quinet, a partir da forma como os sujeitos se dão a ver em ambientes virtuais, intensificando, também, um gozo escópico, presente nestas formas de se mostrar ali. Além disso, o próprio autor (2018), afirma que o gozo se localiza ali pelas vias de um suposto olhar do Outro, que convoca e localiza tal gozo, em seu estado excessivo, naquilo que se mostra em ambientes virtuais de forma superegóica de regulação daquilo que se apresenta, daquilo que poderá ser reconhecido ao se mostrar.

¹¹ A título de localizar o leitor, relembramos sobre os efeitos narcísicos explorados: por meio de uma presença simbólica via ideais na seção anterior e efeitos identitários e de identidade aqui.

Nesse sentido, concordamos com Ferreira-Lemos (2018) que não se trata de um novo sujeito que se cria com as redes sociais, mas, sim, de verificar a forma como em sua relação com a internet e com a virtualidade, aspectos da constituição subjetiva sejam afetados. A autora frisa uma exacerbação do gozo escópico, que se estabelece entre olhar e ser olhado, a partir de um estatuto de vigilância, na contemporaneidade. Dentre diversos efeitos disso, em nosso trabalho, dialogamos com os efeitos narcísicos que se vinculam a isso, frente a tal olhar vigilante, o sujeito se produz como objeto para se relacionar com o outro, imaginarizados, frente a tal olhar.

Tal relação de objeto, ocorre por meio de imagens construídas para fazer frente a este Outro, que as sustenta em suas coordenadas, marcando também uma forma de relação com o objeto, em que se apresenta a este como se fosse pleno, nesta estrutura gozoza, intensificada de valoração social em torno do que se escolhe para mostrar, e como se fazer e ver o que se mostra visível ali. Tal intensificação narcísica, necessariamente, passa por uma mediação idealizada, em que as relações ocorrem pelas vias do Eu ideal especular. Isso se formata nas construções de perfis de si, promovendo diversas formas de sentidos totalizantes, promotores de fascínio pela imagem delineada e sustentada ali.

Nosso campo, assim como marca a autora a partir do *Facebook*, apresenta suas formas próprias de incitação de tal processo, via categorizações e incitações aos que ali pretendem frequentar. Deste modo, nos atentamos a um aspecto desta, na tentativa de elucidar algo da montagem invisível, em suas dimensões discursivas em torno do Outro que sustenta as dinâmicas deste local (FERREIRA-LEMOS, 2018).

Nosso percurso, então, demonstra a forma como as lutas identitárias e políticas, apesar de muito efetivas em suas conquistas, também estreitaram laços entre a homossexualidade e o HIV/Aids na cultura, como uma repatologização que cunhou algumas identidades, especialmente frente ao terror inicial da doença (MISKOLCI, e PELÚCIO, 2009; PELÚCIO, 2009; TRINDADE, 2018). Isso se mantém atrelado em alguns elementos discursivos, por meio de traços, nos significantes do Outro, conforme verificamos em nossa pesquisa.

Este ponto está de acordo com Pelúcio (2009), que sob o nome de “SIDAdanização”¹², afirma que os saberes especializados produzidos em torno do

¹² O termo consiste em um trocadilho a partir da palavra cidadão, em que substitui a primeira sílaba pela sigla SIDA, modo como a AIDS é conhecida nos outros países da América Latina.

HIV/Aids atuaram na direção de responsabilizar alguns agrupamentos pela disseminação da doença, marcando, por exemplo, a figura culpabilizante do “aidético”. Isso promoveu uma bioidentidade, que, com base em noções foucaultianas, corresponderia à formação de grupos em torno de elementos advindos do vocabulário biomédico e em torno da saúde. Por meio de saberes e diretrizes que privilegiam marcadores médicos em detrimento das experiências singulares, por exemplo, formam-se agrupamentos segregativos associados à doença. Esses grupos são mantidos, assim, sob controle dessas discursividades, pela instalação, entre outras coisas, de uma autovigilância em torno daquilo marcado como desvio, que podem favorecer a necessidade de manutenção de um segredo.

Tal elemento também é afirmado por Miskolci (2017): “*Historicamente*, pessoas que desejavam outras do mesmo sexo não tiveram imagens para se reconhecer de forma positiva e tinham que fazer um *exercício reflexivo* de se identificar com as *representações* disponíveis” (p. 261, grifo nosso). Para o autor, isso se insere em diversas normatividades sociais, que alocam sujeitos de formas fixas. Tais configurações rígidas em torno da eleição de figuras no laço social se assemelham ao que Rosa (2018) chama de desamparo discursivo, que afeta diretamente a forma e a possibilidade com que os sujeitos podem falar de si, em sua singularidade, no laço social, o que aprofundaremos no próximo capítulo. Nisso se incluem as dualidades e objetificações imaginadas a partir de elementos do discurso científico (LACAN, 1966/1998) que, em nosso entendimento, muitas vezes levam alguns sujeitos a se narrarem a partir de determinados traços e elementos discursivamente impostos a eles pelo Outro, pelo que se mostra disponível no laço social.

Caminhando para a conclusão do capítulo, é necessário afirmar que estamos advertidos da função política e de criação de laços solidários que podem se estabelecer desta forma. Porém, vale questionar o contexto em que isso se sustenta, inclusive operações históricas a que estas se assemelham, especialmente neste contexto de paquera entre homens. De acordo com Cunha (2009), a sustentação de modelos identitários não ocorre sem um preço a se pagar, especialmente, na medida em que se ancoram em normas sociais, dentre eles, frisamos a dificuldade de expressão da singularidade.

Isso ocorre em concordância com Cunha (2009; 2021), que aposta no colapso das identidades, e na identificação com quaisquer traços singulares escolhidos, que levem em conta, também, o falho e o elemento disruptivo do sujeito – e também da alteridade – centrais para a Psicanálise, para além de traços coletivizantes próprios da rigidez presente

em identificações imaginárias. Em outras palavras, trata-se de uma aposta em maior possibilidade na escolha dos traços do Outro com os quais se identificar e se narrar no laço social. Trazemos, então, a necessidade apontada pelo autor de ultrapassar o domínio do indivíduo adaptado, e “pensar outras possibilidades para a enunciação de si que possam centrar-se não no domínio e no controle, mas na abertura à infinita possibilidade de dizer e sentir, para a qual a desconstrução do sujeito operada pelo pensamento psicanalítico abriu caminho “(p. 70).

Esta ideia está em concordância com Ambra (2016), que afirma a necessidade de que o discurso psicanalítico se engaje em discutir localizações identitárias inseridas em uma malha discursiva produtora de identidades e sentidos inseridos de racionalidades médicas e patologizantes. Assim, se toma sempre a relação do sujeito com o Outro de forma não naturalizada, mantendo seu potencial subversivo de escuta do singular do sujeito em suas posições de alienação – em suas diversas identificações, acrescentamos - não de forma determinista. O autor afirma o perigo de que tais normativas, caso não escutados, se perpetuem inclusive na escuta clínica, tomadas como naturais.

Neste capítulo, exploramos dois pontos delineados a partir do nosso campo: 1) em torno da operação de Ideais em sua incidência simbólica e 2) e aspectos a respeito das identificações, em seus efeitos imaginários naqueles diagnosticados soropositivos em algumas de suas apresentações. Seguiremos ao nosso último capítulo em que, partiremos de algumas das manifestações subjetivas referentes aos elementos expostos até o momento e apresentaremos nossa análise, que ocorrerá na direção de demonstrar aspectos que apontem para aquilo que falha a elementos alienantes das identificações apresentadas até aqui. Desde 1949, quando do início de seus escritos, Lacan postula como objetivo analítico decantar identificações e desgastar ideais, para que seja possível escutar o sujeito para além dos limites da instância social e singular que afirma “Tu és isso”. Então, finalizamos esta seção, com palavras de Lacan (1961-62/2003): “O significante, por essência, é diferente dele mesmo, quer dizer que nada do sujeito poderia aí se identificar, sem se excluir dele” (p. 418), com uma aposta no sujeito do significante, para além de massificações.

Sobre a identificação como uma forma de pensar o jogo político, vale aqui sublinhar, Stavrakakis (1999) afirma que: “o que então temos, se queremos ser precisos e exatos, não são identidades, mas identificações, uma série de identificações falidas” (p.

55, tradução nossa), que se sustentam a partir do Outro, e do laço social. Elegemos a identificação como ponto de partida e como um operador para uma discussão clínico-política que será explorada no próximo capítulo, especialmente em torno de noções expostas por Rosa (2018), a respeito do sofrimento em sua face sociopolítica.

4. AMARRAÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS FRENTE A ARRANJOS DISCURSIVOS NO LAÇO SOCIAL: “AIDÉTICOS TAMBÉM ESCOLHEM, VERME”

Dado o nosso percurso, avançaremos, ainda a partir de elementos de nosso campo de trabalho referentes ao contexto discursivo que construímos em nosso trajeto de pesquisa. Neste momento, exploraremos alguns enunciados que de alguma forma resistem ao que se incide do laço social enquanto normatividade. Neste capítulo, faremos uma discussão que irá operar como um contorno final de nossa apreciação de campo. Pretendemos discutir e amarrar tais questões por um viés clínico-político do tema, em diálogo com elementos acerca da ética da Psicanálise, conforme exposta por Lacan (1959-60/2008). Pretendemos, assim, elucidar a força com que estes elementos se fazem presentes no laço social, ainda que se expressem como formas subjetivas de resistência e até revolta. Seguem algumas falas selecionadas, que nos permitirão seguir com a nossa discussão final desta pesquisa:

SOU VERSÁTIL, PUTO. LIBERAL
[Apelido]: No Pêlo
[Apelido]: Sem Capa
Se você só trepa com capa pule pro próximo.
Curto aditivos e sexo sem frescuras. BB.
NÃO USO CAPA, VC BOTA NO SEU PAU. EU NÃO BOTO.
“Santinho agora? Pegou AIDS como?” DANDO MEU CUUUUUUUU!
1 – Sou soro indetectável; e os outros?
2 – Por mim você não irá ser contaminado, e pelos outros?
“Muito exigente pra um aidético, né” AIDETICOS também escolhem, verme!

Para iniciar a discussão, julgamos de extrema importância pontuar o jogo entre dois elementos referentes a esta seção: 1) a importância daquilo que se apresenta, e que alguns sujeitos usam para se apresentar, apontando para um descontentamento com aquilo que se impõe enquanto jogo de papéis sociais, e, na mesma medida, apreender que 2) tais aspectos são realizados a partir do lugar desenhado e oferecido pelo Outro na cultura. Dessa forma, podemos entendê-los como tentativas de liberações, que se inserem neste contexto, perante o ideal localizado neste ambiente, possivelmente promotor de impactos narcísicos. Dito de outro modo: em nosso entendimento, as manifestações subjetivas enquanto formas de resistência, ainda que sejam de suma importância, podem estar

apontando, também, para uma relação de permanência em rótulos e nomeações, nos lugares de onde tais falas se produzem.

Com relação a isso, verifica-se diversas falas em que o uso de camisinha é negado pelos usuários. Retomamos, a partir disso, Costa (1992), que afirma que o advento do HIV/Aids, capturado por questões morais, promoveu diversas formas de resposta a ele. Tais respostas, muitas vezes, ocorriam a partir do lugar cultural de uma suposta identidade homossexual. Isso, de diversas maneiras, pode aumentar os riscos de infecção, dadas as interpretações realizadas a partir desse lugar, como, por exemplo, um fatalismo com relação à infecção, atrelado discursivamente ao homoerotismo e à sua dissidência moral. Para o autor, então, tais respostas referentes à prevenção se relacionavam aos ideais civilizatórios, podendo ocorrer de forma individualizada.

O outro lado da mesma questão, então, corresponde à rebeldia frente à rigidez com que tais ideias se impunham, o que, também, incitava respostas de não seguimento de diretrizes de prevenção. Nas palavras do autor, quanto a atitudes rebeldes em relação à prevenção: “ao mesmo tempo em que aceitam a norma sexual hegemônica, sentem-se compelidos a infringi-la” (p. 186). Os dois lados da mesma questão parecem se fazer presentes. De um lado, a busca por “curtir a vida sempre com cautela”, atrelado ao “sexo com *segurança*”, “higiene e camisinha sempre”, e, por outro, a relação entre o “bom sexo” com “tudo sem frescura (...) No pêlo¹³”.

Partindo disso, reafirmamos que este trabalho não tem, de maneira alguma, a pretensão de incitar o não uso de preservativo ou de quaisquer outras formas de prevenção. O nosso objetivo, ainda com base nas noções do preventivismo já mencionado, consiste em colocar em questão o modo como tais elementos aparecem desde um momento inicial neste ambiente. Dito isso, podemos conjecturar que tais expressões respondam também aos ideais superegóicos indicados no capítulo anterior, conforme aprofundaremos um pouco a seguir. Pontuamos que isso pode impactar nas diversas formas de pensar a prevenção, dado que, de acordo com nossa hipótese, isso pode ter a ver com o enlace discursivo proposto para este trabalho.

Isso ocorre de acordo com estudo de Silva (2009) a partir de comunidades virtuais, em que, em torno das práticas de *bareback*¹⁴, tece diversas considerações a respeito das

¹³ “No pêlo” faz referência ao sexo “sem capa, ou sem o uso de preservativos.

¹⁴ Vale pontuar que o termo *bareback* denota a prática do sexo sem camisinha entre homens, mas contém em torno de si diversas categorias e interpretações culturais. Por exemplo, o sexo desprotegido entre casais não seria considerado como tal, mas o sexo sem preservativos com um desconhecido sim. De acordo com Santos (2004), tal prática, dentre diversos sentidos estipulados, resiste ao “sexo seguro” e ao “bem”

práticas, dentre elas: a constituição de elementos identitários e comunitários; a resistência ao discurso de saúde, rígido e moralizado em torno do HIV/Aids àqueles que se relacionam com outros homens; prazer associado à transgressão, associado a culpa; alívio, visto que após a soroconversão se infectar não seria mais uma preocupação; busca pelo vírus HIV, dadas interpretações de fatalidade de infecção por este, por exemplo.

Tais situações, então, nos permitem inferir, em associação com as discussões já realizadas neste trabalho, a presença de uma significação em torno do vírus nestas relações, como um mediador. Ainda, que sua incidência em tais relações seria proveniente de elementos presentes no laço social, em sua operação discursiva neste contexto.

Conforme supomos, se vinculam com a questão do desamparo discursivo proposto por Rosa (2018), no sentido de que, conforme sustentamos nesta pesquisa, tratam-se de relações discursivas que ocorrem em ambientes voltados ao público masculino na busca de parceiros. Relembramos que o HIV/Aids está presente desde a entrada do *Scruff*, como categorias de “sou” ou “busco”, e por meio de elementos de testagem e prevenção. Questões como essa se evidenciam, por exemplo, também, quando a única informação com que o sujeito se apresenta consiste em informações a respeito de testagem ao HIV e sífilis, em que diz esperar não ser necessário “explicar a importância da camisinha em pleno século XXI”, ou nas diversas menções, logo de início, ao uso de preservativo. Isso se evidencia também quando usuário afirma a testagem e sorologia negativa ao HIV e afirma a necessidade de “camisinha sempre” para “segurança total” ao se apresentar, como única informação no perfil.

Questionamos, então, que tais respostas estariam advindo de um preventivismo cultural operante nas relações entre homens que, conforme Costa (1992), pode ofuscar as decisões e escolhas pessoais em torno da possibilidade de prevenção. Além disso, responder ao HIV/Aids a partir de elementos advindos do enlace e da junção política que a doença promoveu com a questão da homossexualidade, pode, além de maximizar os riscos de infecção pela doença, promover impactos em aspectos em torno do narcisismo – como um medo frequente – e algumas de suas identificações possíveis, evidentes nas formas de se dizer e se apresentar nas relações sociais estabelecidas neste contexto (COSTA, 1992).

presentes na educação de homens que fazem sexo com homens, inserindo-se no agrupamento imaginário dos homens que fazem sexo com homens e estimulando, a partir daí, diversas formas de incluir o risco e a prevenção. O imaginário do *bareback* promove na comunidade identitária uma divisão entre o homossexual bom e o homossexual mau.

Avançamos a discussão, em concordância com Quinet (2021), para quem aprisionamentos narcísicos podem ocorrer inseridos nas objetalizações em torno das categorias contemporâneas, que apontam para o estatuto do Outro, em suas delimitações da forma como mantém o olhar superegóico sobre os sujeitos. Nisso se incluem vocabulários advindos do discurso médico. Assim, podemos entender que tais enunciados que apontam para uma recusa podem ter relação com o que o autor chama de contestação. Ao mesmo tempo, contrapõem os ideais, tentando criar alguma exceção, e apontam para a vigência deles, especialmente, quando tal recusa ocorre localizada nesta lógica, reforçando-a. Em outras palavras, sustentamos que tais respostas, apesar de indicarem descontentamentos, ainda nos permitem apostar na incidência de ideais nos aplicativos e nas formas de apresentação inicial.

Tomando como horizonte a ética da Psicanálise conforme discussão proposta por Rosa (2018), é importante salientar a importância da resistência aos ideais postos de forma hegemônica, apostando na direção de produções subjetivas, e nas diversas possibilidades singulares de identificação com os traços do Outro. Isso na direção de pertencas possíveis por meio da criação de questões singulares, em detrimento de um único sentido possível a se responder, no qual se produzem diversas segregações e aprisionamentos. Desde Freud, constata-se que algum sofrimento sempre se produzirá nas vivências do laço social, dada a inexorabilidade do trauma e do desamparo constitutivo. Porém, pelas vias da Psicanálise, é possível que se vislumbre a escuta da singularidade deste sofrimento, que, em diálogo com a política, muitas vezes se intensifica em determinadas cenas culturais, podendo se emperrar em termos dos significantes circulantes em determinados contextos (ROSA, 2018).

Apresentações de si que se mostram como deboche e resistência às normatividades e ideais vigentes, estão de acordo com o apresentado por Miskolci (2017), que também se deparou com tais elementos em suas diversas pesquisas em redes sociais. Isso se mostra, em nosso trabalho, por meio de formas com que alguns sujeitos se posicionam contra tais ideais, entremeados pelo preventivismo e normas de higiene, bem como a partir das formações identitárias que expomos, em que demonstram descontentamento com tais posições. Isso se evidencia nos “julgamentos” e “constrangimentos” já citados, e também, por exemplo, mais explicitamente, em “aceite o não do aidético” ou “leve o não do bichado”.

Isso nos permite constatar produções de descontentamento e sofrimento advindos da identificação a tais formações discursivas. A nosso ver, mostram tentativas de

liberação destas que reafirmam, também, a operações dos traços identitários já explorados, que se sustentam nestes ambientes virtuais. Dessa forma, amarrando as ideias à nossa questão de pesquisa, em ambas as chaves de leitura escolhidas verifica-se a aparição de algumas formas de recusa aos ideais e aos lugares que ali se delineiam. Por essa via, também, podemos elucidar que há elementos que parecem engendrar formas de pertencimento e reconhecimento. Conforme tentamos propor, tais formas parecem se estabelecer por meio de operações sustentadas por relações de identificação com ideais vigentes. Os diversos elementos que elaboramos parecem se inserir na manutenção de uma ordem, em alguns casos, ordem esta que também pode ser elucidada pela aparição de enunciados que apontem para descontentamento, na direção de uma liberação de delineamentos que apontam para coordenadas do Outro.

A respeito de tal discussão acerca da liberação, Safatle (2020) adverte para um dos perigos desse tipo de relação. Para o autor, se posicionar politicamente a partir de tais nomeações e lugares sociais como demandas de cunho político – apesar de reiterarmos novamente a potência de ganhos políticos que se conquistam a partir disso – pode fortalecer justamente o discurso que se pretenderia afrouxar. Isso produziria novamente um reforço às identidades mais ou menos valorizadas socialmente, bem como o arranjo discursivo em que se inserem. Em suas palavras, há dois destinos possíveis para esse tipo de expressão política, e ambos mantém a adesão não disruptiva do sujeito à lógica de relações de poder: “ou ficar na posição de ter de *se garantir* graças à presença de um poder questionado que deve continuar no mesmo lugar para poder ser continuamente exigido e questionado, ou permitir a incorporação dos sujeitos na estrutura do próprio saber questionado” (SAFATLE, 2020, p. 31, grifo nosso).

Pode-se considerar que tais manifestações, dessa maneira, operam também em incidência política em suas formas de apresentação. Grifamos a citação presente no parágrafo anterior dado o caráter ilusório das identificações narcísicas do Eu, conforme exposto por Florence (1994), em sua tentativa de plenitude para se garantir um lugar no laço social. A partir disso, de acordo com Stavrakakis (1999), frente à necessidade de se dizer e se posicionar no laço social, por meio da operação de identificação, há uma busca do sujeito em tentar se dizer e se fazer reconhecer. Isso ocorre por meio de um recurso e tentativa de buscar significantes do Outro, contextualmente. Em alguma medida, tal busca, ainda que possa ocorrer como produtora de algum sofrimento, se dá como defesa ao desamparo de não pertencimento, conforme explicitado por Ambra (2019).

Frente ao já exposto entendimento das identificações em torno do Eu enquanto uma função de pertença no laço social que pode trazer impasses ao sujeito em sua imbricada relação com a cultura, avançaremos acerca das relações de identificação e seus efeitos de identidade. Caminhamos, assim, para a construção de uma questão de sofrimento sociopolítico. Safatle (2020), propõe, dentre outros três conceitos psicanalíticos, o conceito de identificação como forma de pensar o político para além da identidade.

Delineamentos em torno desta questão promoveram formas necessárias para conquistas políticas na história da homossexualidade e no seu enlaçamento cultural e discursivo com o HIV/Aids. Porém, conforme apostamos neste trabalho, também pode haver produzido um lado de aprisionamentos simbólico-imaginários no laço social. Para o autor, estruturas narcísicas de identificação de Eu tem um caráter defensivo e violento, promovendo pontos de fixação, de forma que uma leitura política pelas vias da Psicanálise favoreceria que se escute, que se emancipe amarrações sociais rígidas pautadas em ideais e ordenações superegóicas promotoras de lugares determinantes para o sujeito.

Amarrações narcísicas concisas se mostram operantes em nosso momento histórico de laço social. Ao localizá-las, teremos contribuído com a produção de algum diagnóstico, conforme nossos objetivos de pesquisa, o que poderia favorecer a singularidade e indeterminação subjetiva para além de tais lugares e seus ideais simbólicos organizadores (SAFATLE, 2020). Para isso, apostamos na elucidação de tais operações discursivas como um primeiro passo de abertura e descentramento que favoreceria um movimento que iria de estereotípias sociais a potencialidades plásticas subjetivas, conforme nosso percurso até o momento. Sustentaremos tal proposta de discussão política por meio da noção de desamparo discursivo proposta por Rosa (2018), visto que se tratam de significantes extraídos em nosso percurso relacionados a um contexto “voltado” para a “homossexualidade”, em que elementos identitários, especificamente em torno do HIV/Aids, parecem se sustentar.

4.1 O Desamparo Discursivo e laço social: incidências narcísicas

Trazemos para a discussão, então, a formulação lacaniana (1961-62/2003) de que a identificação – a partir do segundo tipo de identificação exposta por Freud (1921/2011) no texto “psicologia das massas e análise do eu” – se trataria da possibilidade de que o

desejo e a singularidade encontrassem algum tipo de referenciação na suposição do desejo do Outro. Em suas palavras:

“se trata sempre de se identificar, em função ou contra aquilo que ele pensa ser o desejo do Outro. Enquanto esse desejo puder ser imaginado, fantasiado, o sujeito vai encontrar nele as referências necessárias para o definir como objeto do desejo do Outro, ou como objeto que se recusa a sê-lo” (p. 290).

Nesse sentido, sujeito e Outro compartilham significantes e, conforme afirmado pelo autor, a rigidez com que tais identificações podem se colar a significados é potencialmente produtora de sofrimento e silenciamento da singularidade.

Para este trabalho, então, apostamos na identificação singular, que possibilita a expressão do desejo, em detrimento daquilo que nos parece funcionar como operação de traços concisos que podem estar produzindo respostas que parecem se inserir em formações que se assemelham à formação de massa. Conforme Freud (1921/2011), ao se agrupar em torno de ideais supostamente comuns, há processos de supressão da singularidade, dadas as formatações em torno da igualdade entre os que ali se colocam. Isso pode ser indicado em nosso campo tanto na presença de elementos em torno de Ideais de higiene e segurança, que, em alguma medida, remetem ao HIV/Aids, quanto nas formações identitárias delineadas neste mesmo fundo discursivo. De acordo com Rosa (1997), a questão da identidade pode se produzir por meio da coletivização de tais ideais, operantes na busca por reconhecimento grupal em determinado contexto.

Elegemos para esta discussão final elementos que nos permitem sustentar o diálogo clínico-político que nossa construção de pesquisa e campo têm por objetivo maior. Recorremos a Rosa (2018) para sustentar o debate, em suas formulações em torno da imbricada relação entre sujeito e laço social, sobre a qual se produzem modalidades de sofrimento sociopolítico. Amarrações no laço social e cultural, em suas operações discursivas, incidem sobre processos narcísicos e de identificação. Atravessam, também, a constituição subjetiva e sua pertença, ao influenciar na relação entre Ideal de Eu e Eu ideal, podendo emperrá-la em sua dinâmica, promovendo consistências diversas incidentes nas expressões subjetivas e apresentações de si perante o outro.

Em outras palavras, a partir de enrijecimentos superegóicos, muitas vezes, fixam-se processos de imaginarização, permitindo que a pluralidade do sistema simbólico se turve, tomando um caráter concreto. A partir disso, o Outro, em sua dimensão discursiva, passa a fornecer imagens e signos em formato de excesso de sentido, impossibilitando, muitas vezes, a circulação e os processos metonímicos de deslizamento significante para alguns sujeitos. A autora frisa, então, que a partir disso, produzem-se impactos de

destituição subjetiva acerca da cristalização de lugares e posições para o sujeito, que o aprisionam e o silenciam em termos de sua singularidade e em suas formas de falar de si.

Nesse sentido, inserido nesta estruturação concisa no laço social, que se mantém, dentre outros discursos, pela discursividade médica e moral, o sujeito se objetifica ao se identificar com traços de tais discursividades em troca de algum reconhecimento no que se apresenta como desejo do Outro, se posicionando em uma posição de gozo. Tal colagem se insere naquilo exposto por Castellani (2020) a respeito da força com que um significante advindo da medicina pode incidir sobre um sujeito. Em suas identificações, especialmente dentro do contexto histórico do HIV/Aids, promove, no laço social, um movimento que favorece tal fixação e a inscrição em um grupo delimitado historicamente, via identificação.

Não nos aprofundaremos nesta questão, mas nos situamos referente ao gozo, de acordo com Rosa (2018), que se utiliza deste operador conceitual para pontuar aquilo que, muitas vezes, desconsidera limites nas relações com o outro no laço social, silenciando e impossibilitando narrativas singulares a respeito de si, efetuando uma operação de identificação com algo de um excesso de sentido. De acordo com a autora, assim, isso trava a polissemia significante, se obturam sentidos já colados. Isso está de acordo com Lacan, (1961-62/2003), que afirma gozosa a relação de partilha vivida de maneira absoluta com significantes extraídos do Outro.

Assim, isso se relaciona, a nosso ver, com outros elementos já expostos, inseridos em um ambiente que remete repetidamente aos ideais de higiene e segurança, conforme a articulação didática verificada em “diversão, higiene e sexo seguro”. A diversão, neste caso, já aparece associada a tais ideais como única forma de apresentação. Isso também pode ser verificado, no caso em que um dos sujeitos defende o uso de preservativo, lembrando que “também” existem outras DSTs, e sugere que ninguém passe “bichinhos” para ele. Isso parece ter relação, visto ocorrer no mesmo lócus em que os delineamentos identitários e suas respostas ocorrem em torno do HIV/Aids.

Nele se insere, por exemplo, a referência a si como “aidético” ou “bichado”, conforme já mencionado, figura produzida e mantida por toda uma complexa trama discursiva que se sustenta como uma atuação acerca de produções disponíveis culturalmente, conforme já dito por Pelúcio (2009). Ainda que tal afirmação tenha sido feita de maneira debochada, como uma resposta a situações desagradáveis, como “pegou aids como?” ou ainda “não está muito exigente para um aidético?”, conforme um dos usuários pontua. Chama a atenção que o termo apareça naquele ambiente, em conjunto

com outras modalidades identitárias em todo do HIV/Aids, como a substituição do apelido por “HIV+”.

As formas de apresentação no laço social, nos permitem constatar se tratarem de antecipações identitárias, que parecem operar uma identificação sólida a estes traços, já de forma inicial. Tais apresentações, então, nos permitem conjecturar que tal operação de apresentação, bem como os contextos e questões que a sustentam, possam apontar para algo do laço social que extrapole as relações estabelecidas em ambientes virtuais.

Isso porque parece remeter ao terror estabelecido na história da doença, de forma a favorecer o enlace discursivo com a homossexualidade e localizações identitárias. Além disso, vale pontuar a relação estabelecida por Pelúcio (2009), ao afirmar que, muitas vezes se associa ao medo de contrair a doença, o medo “de ser viado”, e ser expulso dos ideais morais, por exemplo, em torno da heterossexualidade. Inserido nisso, se estabelece o lugar de perigo cultural afirmado por Pelúcio (2009) que relaciona a homossexualidade ao HIV/Aids. Tal relação pode ser verificada na resposta que um dos usuários, aos afirmar, sob o nome de soropositivo: “sou indetectável, e os outros?”, “por mim você não irá ser contaminado, e pelos outros?”, com uma resposta a tal localização. Além disso, isso se evidencia, por exemplo, nos pedidos de “não seja babaca”, ou dispensar “sem noção”. Ainda parece ter relação a isso quando o sujeito afirma que todos temos “neuroses”, mas pede que “tenha caráter”, *ou* que seja “positivo” também.

Quinet (2021), afirma que o laço social contemporâneo, bem como os elementos de segregação que a ele se referem, tende a situar o gozo em objetos, mantendo a divisão e o desconhecimento fora de cena. Isso se desdobra na forma como sujeitos, nas redes sociais, se mostram objetificados em imagens, como mercadorias, situando tais posições de gozo e sentido sob um suposto olhar do Outro, que fornece as coordenadas para reconhecimento em ambientes virtuais.

Tal funcionamento, também, produz a marcação daquilo entendido como excesso em lugares de fascínio, em que incluímos a questão da curiosidade, ou de horror, culminando em um processo de exclusão. Ambas as questões se mostraram em nosso campo de forma que a partir de tais lugares e podem, também, ter relação com tal antecipação, que, ao que parece ocorrer de forma totalizada em torno do HIV/Aids.

Dentre as diversas estratégias de escuta clínico-políticas destacadas por Rosa (2018), ressaltamos aquela que visa a produção de um enigma do sujeito a respeito do sujeito, em detrimento de cena vivida consistentemente com o Outro, produtora de efeitos imaginários estáticos. Com base nisso, nos questionamos se estaria em jogo algo de uma

impossibilidade de enigma subjetivo e singular. Isso, pois, conforme evidenciado em nosso campo, muitas vezes, o contato com sujeitos identificados dessa forma acontece pelas vias da “curiosidade” pelo “assunto”, em torno desta nomenclatura que pode promover certa barragem de sentido, inserido em elementos históricos no laço social. Tais modalidades de relação, por exemplo, podem dificultar que sujeitos se apresentem ao outro por meio de diversas outras identificações que fizeram durante a vida.

Dessa forma, assim como Costa (1992) afirma a estereotipia em torno da homossexualidade, que passa a possuir seus próprios significantes e vocabulários para alguns sujeitos entendidos como pertencentes a tal agrupamento, é possível vislumbrar algo semelhante em nosso campo, de forma que alguns dos significantes ali se repetem, e podem representar direcionamentos culturais operantes naquele ambiente discursivo.

Frente a tais atuações em torno de significantes que remetem à doença, e a partir de onde sujeitos se localizam para se apresentar no laço social, ainda que, conforme tratamos no início do capítulo, isso surja como forma de contestação ou deboche, apostamos em uma cena que, em suas diversas facetas, é possível verificar aspectos em torno do desamparo discursivo. A isso, se soma as referências, novamente, a exemplos de como outros usuários de aplicativos se dirigem a eles, mantendo tal posição de culpa e/ou curiosidade, que, aderida por alguns sujeitos, respondem a partir dela. O desamparo discursivo, conforme proposto por Rosa (2018), opera no laço social e, em suas palavras, opera, pelas vias da desqualificação discursiva, relacionando “o sujeito a modalidades de discurso social e político que promovem desamparo”, em contextos em que “ele é inteiramente culpabilizado por sua condição social” (p. 47).

Em conformidade com a autora, a adesão que remete a personagens disponíveis e estruturados discursivamente no laço social, mantém a relação de gozo com o Outro, por meio de uma encenação concreta a partir dos traços deste, podendo efetuar uma relação de síntese que afeta o Eu em suas possibilidades de identificação perante o outro. Isso incide mais especificamente na construção de um Eu ideal pleno, promovendo e explicitando assim, algum possível sofrimento produzido pelo gozo extraído desta forma reconhecimento no laço social. Isso, visto que para se falar em alguns ambientes, baseado em experiências anteriores, os significantes possíveis para tal podem se mostrar já direcionados de antemão, de forma a prevenir “constrangimentos” ou ser “deixado falando sozinho”. Isso, parece ocorrer, por exemplo, quando o sujeito afirma que irá transmitir o vírus por ser indetectável.

Nos casos em que ocorre dessa forma, pode-se vislumbrar que respostas singulares perante o Outro podem se cristalizar em torno disso, concretizando e canalizando as produções próprias em torno de tais traços, mantendo o desamparo e uma situação narcísica aprisionante. Este ponto está de acordo com uma aposta de que situações como estas estejam ocorrendo em alguns casos nas redes sociais. Pode-se supor que isso não é desprovido de consequências na experiência narcisística ao se relacionar.

É possível um diálogo das diversas respostas explicitadas por Costa acerca do lugar da homossexualidade construído culturalmente como desviante (1992), promovendo contornos a práticas homoeróticas – em que se inclui as relações desta com o HIV/Aids – com o que Rosa (2018) expõe acerca de um dos efeitos narcísicos do desamparo discursivo. A identificação concisa a categorias sociais tomadas desviantes, muitas vezes, se mostra como a única forma de obtenção de algum amparo perante o Outro. Isso se dá pela aceitação do mínimo para alguma pertença e reconhecimento no laço social, como forma de tentar algum contorno perante o Outro ao se relacionar. Esse processo se relaciona aos delineamentos identitários propostos por Cunha (2009), como formas de obtenção de reconhecimento social pautadas em alguma inteligibilidade. Tais situações não ocorrem sem alguma destituição de si.

Estamos advertidos de que a circunscrição de categorias e elementos identitários, especialmente via redes sociais, é característica do laço social contemporâneo. Conforme Ferreira-Lemos (2011), o Eu tende a se mostrar em tais ambientes em torno de delineamentos concisos de si, por meio de identificações imaginarizadas. Porém, em nossa leitura, é válido ressaltar a forma como a relação dos sujeitos com as significações em torno do HIV/Aids ocorrem, como uma das facetas deste fenômeno, dada nossa hipótese de que um sofrimento específico pode se produzir a partir disso. Responder a partir daí, em nosso entendimento, extrapola as questões em torno das diversas possibilidades de se prevenir, caracterizando, em alguns casos, cristalizações culturais operantes nas circunscrições incidentes nas relações homoeróticas. Marcamos este elemento como possibilidade clínico-política em nosso percurso, especialmente neste momento, dada a constatação de apresentações que mostram algum descontentamento apresentado em torno de tais inscrições.

Dentre as diversas formas de categorias formatadas nas várias discursividades, como figuras que trazem em si elementos que amarram e marcam o horror a partir de sentidos do laço social, podemos citar a configuração de lugares sociais que se fortalecem em torno de ressentimento, culpabilização e vitimização, operantes nas relações. Sobre

esta última, Rosa afirma: “o risco dessa posição subjetiva é que a condição de vítima leve o sujeito a busca de proteção absoluta” (p. 148), dificultando flexibilizações. Isso parece se evidenciar nos casos em que sujeitos se apresentam em torno do HIV, se explicam, ou “desculpa me apresentar dessa forma”, “espero que entendam” ou “foi a forma que encontrei para evitar constrangimentos”.

Também salta aos olhos que ocorram apresentações como estas, em sua maioria, no aplicativo *Tinder*, que não contém o HIV/Aids como solicitação para entrada. O aplicativo tem um recurso chamado “*super like*”, que significa que o usuário que o recebe, saberá que o outro está interessado. Alguns usuários pedem que o interlocutor dê um destes como um sinal de que leu o perfil e que está interessado, outro elemento que remete à tentativa de alguma proteção.

Dessa forma, por meio do recurso à identidade, alguma segurança se extrai da relação com o outro, ainda que seja pelas vias de um gozo já instrumentado e pontuado culturalmente sob uma forma imaginária, ou seja, de forma circunscrita e aprisionante, o que dificulta o recurso a deslizamentos simbólicos. Isso se mostra presente nas redes sociais escolhidas para esta pesquisa. É possível presumir que, ao se tratar de um ambiente virtual, contornos ao redor de um Eu ideal pleno se intensifiquem, promovendo relações com semelhantes, conforme já indicado. Porém, vale frisar que isso não ocorre descolado do laço social e suas coordenadas simbólicas de pertença social, que operam nas escolhas em torno da imagem de si a ser escolhida para se apresentar ao outro (FERREIRA-LEMOS, 2018). Escolhemos um elemento do laço social para averiguar sua operação.

Tais processos dificultam ou, algumas vezes, impossibilitam que o sujeito narre ou se implique na sua história, mantendo-se discursivamente preso nos entornos das categorias objetivas ou, conforme este trabalho, em torno do diagnóstico. Por exemplo, além daquilo que se mostrou em torno da curiosidade, verificamos, também, com frequência, a presença de explicações nos perfis ou a indicação de que o outro “busque informações”, “pesquise” ou “tire dúvidas” com relação ao HIV/Aids no *google*, ou “procure um médico”, conforme apresentado no capítulo anterior. Trata-se de uma forma de resistência, também, às abordagens invasivas que ocorrem com base neste delineamento identitário.

Retornamos ao que Cunha (2009) trata acerca do casulo protetor das formações de identidade na contemporaneidade, em seu cunho egóico e instrumental, que se apresentam como um engodo ao sujeito. Destacamos que Rosa (2018) afirma que as formações identitárias, ou as identidades que se localizam em contexto de desamparo

discursivo, muitas vezes, não realizam a sua função de apoio e suporte ao Eu em sua relação com o outro e com o laço social, mas tomam um caráter cristalizante de aprisionamento, bloqueando a palavra e as narrativas.

Visto que não conversamos com os sujeitos, não podemos afirmar que seja este o caso, mas julgamos importante sustentar isso enquanto questão, como horizonte de algo que possa ocorrer em alguns casos, nestas modalidades de apresentação, a partir de elementos extraídos das apresentações iniciais verificadas. A identificação concisa a tais traços pode se manter de forma rígida, entravando a circulação significativa, destituindo assim, o sujeito de outros elementos de sua história, de suas escolhas e, portanto, da possibilidade de expressão desejante singular. Ambos os autores, Rosa (2018) e Cunha (2009;2021), afirmam como característica do movimento de instituição de um suposto comum a circunscrição e/ou o aniquilamento daquilo marcado como alteridade.

A respeito da contemporaneidade, retomamos o movimento proposto por Cunha (2021), a respeito da pertença política e social pelas vias de categorizações em torno do íntimo. Em tais categorizações identitárias, localizam-se dispositivos de controle instituídos e mantidos, também, por termos da medicina (CUNHA, 2021b). Caminhando para a conclusão deste tópico, questionamos se isto pode estar em jogo, visto que, no ambiente averiguado, parece estarmos diante de apresentações em que ocorrem superexposições de algo íntimo, como um diagnóstico médico, via processos que parecem sustentar algo identitário, por exemplo. Além disso, tais exposições, em alguns casos, ocorrem de forma descaracterizada, o que nos permite conjecturar alguma necessidade de se esconder e silenciar, ao mesmo tempo em que se expõe apenas tal elemento a respeito de si.

Isso pode estar operando como uma forma de submissão a um traço do Outro regulador, evidenciando algo que pode estar operando como da ordem do excesso pelas coordenadas simbólicas ali operantes – cena social que remeteria ao desamparo discursivo. Tal operação, então, pode estar produzindo, em alguns casos, identificações que promovem apresentações dos indivíduos em torno do diagnóstico médico. Isso, conforme Castellani (2020), pode dificultar e travar expressões subjetivas, que podem se cristalizar em torno do nome-diagnóstico, conforme ela chama. Além disso, vale retomar que a revelação deste diagnóstico, conforme Castellani (2014), em si porta questões e dificuldades, de forma que tal revelação, muitas vezes, é referida pelos sujeitos de sua pesquisa como algo que requer confiança do parceiro.

A partir disso, podemos supor alguma produção de sofrimento a partir dos elementos expostos neste capítulo, em que podemos verificar alguns aspectos de identificação com questões históricas em torno do HIV/Aids. Em suma, isso se dá por meio de expressões de descontentamento manifestadas em menções que podem ser relacionadas a elementos históricos e discursivos: 1) ao preventivismo e ao dispositivo de controle em torno da doença em sua relação discursiva com a homossexualidade e 2) a aspectos de suporte identitário presentes em alguns sujeitos que se apresentam por meio de elementos em torno soropositividade ao HIV.

Retomando Quinet (2021), aquilo que se apresenta no laço social muito provavelmente será escutado no consultório. A Psicanálise, nessa perspectiva, deve se ocupar daquilo que parece promover processos de exclusão e sofrimento advindos do laço social. Para Rosa (2018), a clínica não ocorre sem seu viés político, de forma que acontece, também, inserida no laço social e nas possibilidades em torno da vida comum. Caminhando para uma finalização de nosso percurso, nos encaminhamos na direção de uma elucidação que, conforme esperamos, possa, também, contribuir com flexibilizações de algumas estaticidades do laço social e reflexões futuras em torno da questão proposta, de forma a favorecer a escuta daquilo que é singular.

4.2 Uma leitura clínico-política: posições no laço social

Neste ponto da discussão, então, introduziremos algumas considerações em torno da ética da Psicanálise, conforme discutido por Lacan (1959-60/2008) em seu seminário com este título. A incidência superegóica em nosso campo de pesquisa, conforme tentamos sustentar, se insere nas discussões propostas pelo autor a respeito da intrínseca e assimétrica relação entre princípio de realidade e princípio de prazer. Nessas relações, o primeiro corresponderia a um empuxo à correção com base na ordem universal e o segundo, a partir de uma irredutibilidade, levaria a formas de gozo a partir das delimitações em torno da realidade e suas localizações de excessos. O autor considera que, desde Freud, a realidade opera como algo precário, e atribui a isso a experiência moral, via constituição do Supereu, em todo seu potencial tirânico frente àquilo que escapa às normativas.

Nesse aspecto, entre os imperativos morais operaria o superego, como uma instância cruel de regulação, que ordenaria – no duplo sentido do termo – algum gozo, que, apesar de sempre incontrolável, se insere nas regulações e ideais presentes na

realidade. A isso, Lacan (1959-60/2008) insere a pretensa objetividade científica. Ambas as discursividades, moral e científica, operam na direção de que o vazio constitutivo do sujeito não apareça, via utilitarismo, que também se dá em torno de uma pretensa completude e manutenção de seus imperativos. Quanto maior a eminência do vazio e da inconsistência que ameaçam irromper excessos, maior a crueldade com que os mandamentos e ideais incidem no laço social e no sujeito que neste se constitui.

Este aspecto dialoga com as perspectivas de leitura de campo que apresentamos em nosso trabalho, especialmente no que diz respeito a nossa hipótese de que algo histórico opere neste local, em torno do HIV/Aids, conforme nosso recorte de campo.

A partir dos elementos expostos em nosso percurso, marcamos, então, duas posições possíveis de elucidar, como potenciais dimensões de produção de algum sofrimento sociopolítico. A partir daquilo que pudemos verificar e construir em termos de dinâmicas de regulação presentes nos aplicativos, sobre as quais seria possível alguma inferência com relação à estruturação do Outro em nosso recorte, em sua matriz sociocultural, temos: 1) A incidência de ideais civilizatórios de saúde e segurança, atrelados discursivamente à prevenção que, muitas vezes, a partir de onde se constroem as apresentações; 2) A sustentação de modelos identitários em torno do HIV/Aids.

Nos termos de Rosa (2018), levar em conta a política e as colonizações advindas desta via de discursos, se mostra fértil para a escuta de suas incidências subjetivas, bem como de formas de gozo obliterantes que ali se produzem, na tentativa de tratar, e até reduzir, o aspecto próprio à produção de um sofrimento advindo do laço social. Tal sofrimento operaria a partir de efeitos de pactos e saberes diversos, via posições de gozo instrumentadas culturalmente e produtoras de individualizações que turvam as relações entre sujeito e laço social. Isso, constituindo um aspecto de concretude e sentido em que ocorrem posições excessivamente significadas a alguns sujeitos ali enredados, e que se mantêm naturalizadas, caso as amarrações culturais e discursivas que o sustentem não sejam elucidadas.

Nessa mesma esteira, Quinet (2021) postula que, quanto mais o Outro se mostra esvaziado em suas possibilidades de garantia, mais rígidas se fazem as operações do laço social como tentativa de fazer frente a isso e circundar excessos. O autor indica processos de segregação e categorização identitárias, que se promovem circunscritas e ocorrem em consonância com produções técnicas e científicas objetualizantes.

A partir disso, podemos supor que tal montagem discursiva, de alguma forma, siga operando no laço social atual. Isso, pois, historicamente, diversas formas de prevenção

foram direcionadas a alguns agrupamentos, conforme já expomos, de forma que, muitas vezes, se excluiu a dimensão do desejo e da experiência particular, conforme Parker (2000). Isso se dá pela utilização de métodos que visavam a mudança de comportamento e que, nos primeiros anos da epidemia, desconsideravam questões políticas presentes, mantendo situações sociais de segregação, e por conta daquilo entendido como homossexualidade na mira, frente ao terror que se estabeleceu, especialmente na primeira década.

O discurso preventivo se estabeleceu com base em estereótipos sociais, favorecendo colonização e manutenção destes, em uma maneira biopolítica de controle e repatologização, focados no indivíduo e na consciência, conforme Pelúcio e Miskolci (2009). Com base em Rosa (2018), constata-se que a exclusão da política, exclui também a dimensão do inconsciente e, por conseguinte, de possibilidades subjetivas com relação a tais configurações sociais, podendo acarretar em segregações e silenciamentos. Em especial, àqueles marcados e convocados a responder, a partir da homossexualidade, ao HIV/Aids. Em outras palavras, não levar em conta questões políticas favorece processos que privilegiam elementos em torno de um Eu consciente e proprietário de si, em conformidade com Cunha (2009). Tais respostas, desde a primeira década da pandemia, envolviam culpa e terror (COSTA, 1992).

Nesse expediente, para Lacan (1959-60/2008), formulações em torno do Bem, apesar de impossível em totalidade, fornecem uma direção para que o sujeito esteja inserido em uma ordenação de realidade em que pode se colocar como objeto de valor, via tentativas imaginárias em torno da sua consciência. Assim, por meio de canalizações morais, há uma tentativa de manter os excessos da sexualidade controlados e fora de cena. Lacan afirma que, apesar de corrompida, a moral constitui “a via pela qual os princípios éticos se formulam, na medida em que se impõe à consciência ou que estão sempre prestes a emergir pré-consciente como mandamentos” (1959-60/2008, p. 93).

Isso é válido aqui, visto que o HIV/Aids e as tratativas em seu entorno ocorreram, também, em comunhão com uma crença na recuperação de um Bem moral, em torno da heterossexualidade e dos bons costumes (SONTAG, 1989). Isso se deu através de diversas tentativas de medidas e *informações*, que visavam a mudança de comportamentos individuais frente ao excesso que ali se presentificava. Vale pontuar que a epidemia irrompeu logo após a revolução sexual, que flexibilizara aspectos da moral vigente a favor de maior expressão de sexualidade dissidentes. Culturalmente, a doença foi entendida como um efeito disso, promovendo uma moralização, em comunhão com a

medicina, que instituía as práticas perigosas, como aquelas entendidas como da ordem da promiscuidade, por exemplo – forma que incluía a homossexualidade, desde antes (PERLONGHER, 1982b).

Por meio de sinais de tal controle, estabelecendo na cultura aquilo que deveria ser evitado, Lacan (1959-60/2008) afirma que se constituem o que se formula em torno do Bem e do Belo. Ali se inserem versões utilitárias em torno da ciência, que operam como barreiras ao desejo em função do Ideal, que por sua vez opera como se fosse onipotente. Isso se enquadra no que Lacan (1959-60/2008) postula sobre os mandamentos éticos e morais – onde o autor estabelece também a ciência – como tentativas de garantia, com base em pontos ilusórios de fixação e permanência no laço social. Para esclarecer: o autor afirma aquilo que se dirige à consciência enquanto mandamento como correlato direto dos excessos em torno da Coisa, de forma, então, que é o avesso do que se apresenta como bem moral.

Nosso percurso de campo nos permite verificar a incidência de aspectos em torno do excesso. A título de inferência, podemos conjecturar acerca disso que se mostra em nosso laço social repetidamente como tentativas de controle e garantia frente àquilo entendido e rigidamente marcado historicamente como sendo da ordem do excesso. Nesta, caso se confirme, pode manter modalidades de sofrimento e silenciamento em jogo.

Por isso, julgamos válida uma aposta na ética da Psicanálise, que, de acordo com Lacan (1959-60/2008), se insere em encruzilhadas históricas e tentativa de controles pulsionais, atentando-se a seus restos, e na escuta da singularidade. Isso, em oposição à ética que institui um bem a ser seguido por todos, que produz segregações. Para o autor, a ética da Psicanálise não se reduz ao coletivo, devendo conduzir à expressão do singular, possibilitando-o. Nossa leitura, então, por um viés clínico-político privilegia a constatação de amarrações do laço social que possam produzir respostas inseridas em amarrações sociais. Conforme Rosa (2018), uma leitura clínico-política tem como horizonte privilegiado um diálogo com aspectos éticos psicanalíticos.

Propomos, em nossa perspectiva clínica, um diálogo o proposto por Seffner e Parker (2016), que afirmam a seguinte contradição contemporânea: uma extrema confiança nos tratamentos biomédicos da doença, em termos de prevenção e tratamento, que sustentam um discurso acerca do fim da epidemia, como contrapartida dos efeitos políticos no laço social, como a potencialização da homofobia nas políticas públicas, e o preconceito direcionado a pessoas vivendo com o vírus HIV. Os autores atribuem isso ao

que nomeiam como desperdício da experiência singular, que se deu no decorrer da história da doença, evidenciando efeitos políticos não considerados.

Dentre os diversos aspectos em torno dessa questão, os autores ressaltam a importância de políticas que encerrem as divisões clássicas na história da doença, que apontam o outro como responsável. É fundamental que as experiências locais e particulares sejam levadas em conta, em sua faceta política, na direção de elucidar e tratar elementos que favorecem segregações, conforme diversos estudos já apresentados anteriormente.

Dessa forma, os autores enfatizam a questão multifacetada e política em torno do HIV/Aids, e afirmam a necessidade de uma resposta coletiva, e menos individualizante da questão, postulando que o mundo vive com a doença, de forma que, não só profissionais de saúde e alguns agrupamentos haveriam de lidar com ela. Avancamos a discussão, então, com base no que os autores afirmam em torno da atual resposta política brasileira frente à doença, em que haveria um jogo entre um “fazer viver” e deixar morrer”. O primeiro termo faria referência aos diversos avanços médicos e farmacológicos, em contrapartida às diversas questões políticas não levadas em conta, como questões em torno da prostituição, debates em torno da sexualidade com adolescentes e da prevenção de danos referente ao uso de drogas, por exemplo. Os autores afirmam o aspecto “deixar morrer” como um limite da medicalização com que a questão foi tratada na história da doença, que se expressa de diversas maneiras. Em suas palavras: “A medicalização convive muito bem com a individualização: com o indivíduo isolado, que é sempre um *outro*” (p. 301). Ressaltamos, então, o aspecto em torno da discriminação de algumas populações, e das pessoas que convivem com o vírus, referente ao lado “deixa morrer” proposto pelos autores, para avançar a discussão.

De acordo com Lacan (1959-60/2008), A lei simbólica e os tramites morais são formatados e extraídos do Outro, via organização significante. Porém, nessas formulações operam como apoio de gozo e, dada a sua arbitrariedade, o fazem por meio da rigidez dos ideais; as leis do bem se constituem sobre a existência do mal, nomeação proposta por Lacan ao aspecto pulsional, apontando-o. Isso favorece a produção de sofrimento, via processos de obturação do desejo e seus deslizamentos significantes infindáveis, por expressões fixantes, inclusive, em termos de laço social. Em diálogo com autores como Parker (2000) e Seffner (2016), que enfatizam o apelo excludente da dimensão política à mudança racional de comportamento, nos aproximamos do que Lacan (1959-60/2008) afirma como exclusão da política e do inconsciente pelas leis morais, religiosas e pelas

tentativas científicas. Todas estas produziriam, assim, através de mandamentos que neutralizariam o real e o singular, incidindo e se fazendo presente por meio de racionalizações direcionadas à consciência, instituindo crenças ideológicas operantes, que mantém o engodo do Bem em sua totalidade. Isso pode ser considerado, dadas as formas apresentadas em torno de algumas das formas como o HIV/Aids aparece entre as relações que ali se estabelecem.

Rosa (2018), extrai de Lacan sua consideração de que o estatuto do inconsciente seria da ordem do político, que estaria operante nas relações, como laço discursivo que veicula elementos hegemônicos em termos socioculturais. Nesse sentido, nosso trabalho problematiza tais operações, na medida em que, em conformidade com a autora, podemos elucidar algo em torno de um funcionamento superegóico, em sua operação via emperramentos repetitivos de aspectos que aproximamos aos Ideais de Eu, inferidos como operantes discursivamente nos enunciados para apresentação estabelecidos ali.

É possível vincular as formações identitárias sustentadas ali às construções em torno do Eu Ideal em forma plena, nos aproximando ao que afirma Lacan (1959-60/2008): “o eu se detém no nível dessas paredes nas quais se pode colocar uma etiqueta” (p. 237). A produção de rótulos, então, ocorre enveredado por amarras psicossociais da civilização. Ao mesmo tempo em que tais apresentações possibilitam laços, vale questionar a sustentação discursiva em que se incluem a fundação desse outro, que opera como uma base do Eu, produzindo homogeneidade e igualdade, via imagem de similaridade que constitui aquilo a que se solidariza enquanto semelhante.

O outro, então, só ganha esse estatuto, caso se adeque a algo do mesmo, via imaginário, sustentado pelas normativas simbólicas. Trata-se de um processo de idealização, então, que dificulta contradições individuais ou sociais, admitindo somente aquilo que se adeque à imagem utilitária, inserida no contexto que a constitui (LACAN, 1959-60/2008).

Isso ocorre conforme também apontado por Cunha (2021). Em nossa leitura, o comum passa a se reduzir a este mesmo, podendo impossibilitar diálogos e uma vivência comum que inclua a alteridade e a singularidade. Este tipo de formulação constitui o outro de forma que, caso não seja imaginariamente igual a mim, se configura como perigoso. Nessa esteira, Lacan (1959-60/2008) acrescenta: “o que quero é o bem dos outros, contanto que permaneça à imagem do meu” (p. 224), como uma aposta na formatação de uma imagem que manteria todo o “mal” fora, como o avesso daquilo que se mostra como bem.

Isso se evidencia em nosso caminho, como já apresentamos, por meio de marcações em torno daquilo que seria da ordem das “bizarrices”, ou daquilo que se mostra como traço a ser evitado nas apresentações iniciais. Conforme pergunta indicada no título do capítulo anterior por um dos usuários, após listar uma série de elementos que ele não toparia: “sobra algo?”. Verificamos certos aspectos em torno disso, por exemplo, em uma das apresentações em que o usuário diz ser “limpo e cheiroso”, pedindo que o outro também o seja. Conforme diversas indicações em torno da “higiene”, também, em sua articulação com a “segurança”, “trepar sem compromisso, com higiene e segurança” que parecem se relacionar com a busca por “conscientização e brincar com segurança”.

Além disso, verificamos traços em torno do HIV/Aids desde a entrada no aplicativo, que, associados a produções dos usuários, parecem permitir uma via comum de reconhecimento, mas que, muitas vezes, ocorrem de forma descaracterizada, como nos casos em que a soropositividade ao HIV aparece sob uma ausência de imagem. A isso se associam as diversas menções a experiências desagradáveis nestes ambientes que pudemos verificar. Experiências essas que, ao nos depararmos com elas, nos permitem questionar algo em torno do caráter de proteção que tais ocultamentos de imagem promovem, em que tais formas de se apresentar, parecem, também, indicar algo em torno de uma organização cultural que as favorecem. Nisso, parece que se sustenta algo como a busca por um “semelhante” neste recorte de laço social em que vertentes de ideais civilizatórios se mostram operantes, em que “muitos não entendem essa condição”.

Levamos em conta que, segundo Cunha (2021b), as identidades consistem em padrões de inteligibilidade, incluídos nas valorações morais, e podem favorecer situações de apoio mútuo e possibilidades de lutas políticas. Porém, a partir disso, podemos conjecturar, ao mesmo tempo, alguma produção de sofrimento, ponto a ser aprofundado e confirmado, ou refutado, em trabalhos futuros. Ambos os pontos levantados estão em conformidade com Cunha (2009), ao estabelecer o caráter instrumental e de suposto conhecimento em torno do abrigo presente nas formações de identidade. Quanto ao laço contemporâneo, afirma-se uma racionalidade identitária hegemônica que pode expressar, também, uma precariedade quanto ao pertencimento e à formação de um comum que inclui diferenças.

Nesse sentido, podemos questionar, também, se o apego aos ideais verificados em nosso campo não poderia ser, também, uma forma igualmente identitária de se manter “seguro” narcisicamente, a partir de enquadres e valorações sociais. Tal formulação é possível, ao se tratar de um ambiente que, desde a entrada, fomenta diversas

caracterizações. Nas palavras de Cunha (2021b), os vínculos atuais ocorrem pelas vias de uma “construção de si, construção material do próprio corpo”, que tem relação com a “busca por reconhecimento no espaço público” (p. 137).

Porém, o outro lado da questão exposto pelo autor coloca que, na atualidade, tal processo têm ocorrido por vias de multiplicação, fomentando processos que podem manter fronteiras físicas e morais, dificultando possibilidades de cunho político. Isso se daria em função da formação de grupos cada vez mais específicos em um cenário social que promove uma pressão por estar incluído em algum deles. Tal consideração se inclui nas relações de poder biopolítico, visto que alguns dos marcadores ocorrem por marcadores biológicos, na direção de que se enquadre em grupos particulares, o que pode fomentar processos de segregação, via formatação de bioidentidades.

Estes processos, então, manteriam uma relação com um Outro tomado como indestrutível e conciso, ou, nas palavras de Rosa (2018), obscuro. Tal processo favorece um ambiente de incisões consistentes, de Ideais emperrados, em que se insere o medo, dentre diversas formas alienantes de aderir a um coletivo, e desenha, para alguns sujeitos, por exemplo, lugares de vítima, ressentimento ou objetificação de si. Levamos em conta, por outro lado, que a partir disso, de tal localização, também é possível que se operem resistências a isso, como já evidenciado na apresentação em que o sujeito afirma “aidéticos também escolhem, verme”, e na provocação: “quanto à minha sorologia, me cuida muito, e você? Quantas vezes ficou em dúvida?” e até mesmo, “não preciso de seus julgamentos”, dentre outras.

Nesse sentido, avançamos nossa argumentação em torno da segunda morte proposta por Lacan (1959-60/2008), como uma aproximação em termo de laço social a algo que diria de uma destituição simbólica de um lugar, perante aquilo que se organiza enquanto ordem. O autor discute tal conceito em seus desenvolvimentos em torno do mito de Antígona. A personagem age de forma singular e, ao atuar de forma contrária a Creonte, que representa a Lei na história, acaba posicionada para além, para fora dos imperativos sociais postos. Antígona transgrediu aquele que representava o bem de todos. Dessa forma, Lacan afirma que, ao transpor a Lei imposta pelo Estado, Antígona passa a representar o excesso, em seu caráter de brilho insuportável, passando a ficar marcada dessa forma. Tal articulação, conforme exposto pelo autor, configura duas possibilidades de pesar ao pensar a vivência no laço social: o pesar de viver sob as leis, de forma adaptada, via supressão de singularidade; ou o sofrimento que se impõe àqueles que

representam a quebra de tais leis, bem como seu caráter quebrável que, conforme Freud (1930/2011), pode produzir severas medidas de contenção.

Para o presente trabalho, tal discussão é muito válida, pois indicamos, partindo de uma constatação de ideais superegóicos em torno de uma adaptação, incidentes neste ambiente voltado para homens, e que se insere nas diversas exclusões de norma na história daquilo que se entornou à homossexualidade (por exemplo, GREEN, 2018). E, dentro disso, um apontamento também direcionado ao que se mostra como excesso, dentro destes ambientes, de forma que nosso trabalho averiguou elementos em torno de um destes. A ilusão de que haja uma normativa que atue de forma efetiva para que se imponha “o bem de todos” (LACAN, 1959-60/2008, p. 305), por meio de uma dinâmica de excessos advindos da lei em sua ordenação significativa, provoca uma série de exclusões. Vemos que, por meio de um discurso social, rígido, do Bem, criam-se diversas formas ilusórias que permitiriam aos sujeitos, de alguma forma, estar dentro dos limites da norma.

A escuta disso pode ser ética, via Psicanálise, em sua aposta no singular e nos restos, daquilo que se marcou na história como desejo desviante, que a comunidade não perdoa e fixa o desejo via sacrifício e localização no laço social. Isso posto, nossa aposta na Psicanálise refere-se a escutar o que está envolvido naquilo que se mostra excessivo no laço social. Tal procedimento ocorre como forma de incluí-lo, expressá-lo também enquanto desejo, a despeito de saberes que atuam na direção de tamponá-lo ainda mais, causando seu retorno de formas cada vez mais marcadas e acentuadas (ROSA, 2018).

Como ilustrado por Lacan (1959-60/2008) por meio do coro, ao julgar Antígona, que diz: “com *aquela ali*, não me quero associar de maneira alguma” (p. 326, grifo nosso), ao se deparar com algo que se coloca para fora da norma operante, ou seja, que expulsa do universo simbólico da cultura aquele que manifesta a existência de um desejo particular, tido como transgressor. Nisso se incluem os aspectos de curiosidade, que se assemelham ao brilho de Antígona frente ao coro, e os aspectos de preconceito, que, no mesmo movimento do coro, também mantém uma distância desse brilho, evidente, por exemplo, no ser deixado falando, conforme indicado por usuário que esconde o rosto para se “poupar de ataques”.

Nesse sentido, dialogamos com Cunha (2021; 2021b), que afirma a necessidade de uma insistência na Psicanálise, como, inclusive, uma aposta no colapso identitário rigidamente marcado, e na quebra das diversas formas de preconceito, na direção de propiciar um ambiente comum mais solidário a expressões de diferenças. Para tal, o autor

afirma a necessidade de que se reafirme a diferença entre o que se escuta em Psicanálise e o que se escuta no discurso médico, em seus enlaces com o biopoder.

Nosso trabalho dialoga com Cunha (2021b), especialmente quanto à tentativa de marcar delineamentos imaginários operantes, na direção de que estes, enquanto identidades marcadas, possam indicar questões e limites das normativas vigentes. Isso têm no horizonte que se enfraqueçam, possibilitando que a escuta sempre se volte para o sujeito que fala, não para a posição de *aquela ali*, já rotulada de antemão, via discursos diversos entrelaçados. Conforme indicado por Lacan (1959-60/2008), o que se aponta naquele ali, diz daquilo que deve permanecer suprimido em si, fortalecendo adesões intensas às normativas morais e científicas, causando sofrimento, dados seus potenciais mortificadores do desejo, em sua singularidade própria. Creonte, apesar da tentativa de permanecer em paz com a sua *consciência*, por meio de sustentações na direção da ilusão de bem geral, se depara com as múltiplas possibilidades do inconsciente e do desejo, assim como o gesto de Antígona demonstra, sobre as quais fixações discursivas não dizem muito.

Os arranjos discursivos, na direção de controlar supostos excessos sociais, ocorrem de formas incisivas sobre alguns agrupamentos. Partindo disso, então, traremos para a discussão a noção de Lugar Prescritivo proposta por Lara Junior *et al* (2017) a respeito da análise de discurso, a partir do que tentaremos estabelecer uma interlocução clínica na medida em que se trata de uma operação cultural produtora de sofrimento. Tal operador de leitura consiste em uma contribuição proposta pelo autor a uma análise de discurso lacaniana. Foi desenvolvida na direção de obter alguma apreensão de subjetividades marcadas e/ou localizadas culturalmente, e parte de preceitos semelhantes aos dos autores que escolhemos e apresentamos até aqui, em sua aposta de flexibilização.

O termo prescritivo advém de três elementos que embasam o operador de leitura proposto: 1) algo previamente traçado, 2) uma prescrição advinda da medicina e 3) algo que perdeu sua validade. Nesse sentido, tratam-se de elementos que indicam a força com que elementos políticos e culturais podem se tornar autoritários, na medida em que prescrevem delimitações rígidas, via organizações significantes fixas, com caráter ideológico e controlador. Lugares Prescritivos consistem em categorias sociais estáticas engendradas por discursos autoritários na direção de tornar sujeitos objetificados na cultura, por meio de um *script* causador de sofrimento àqueles que ocupam lugares menos favorecidos (LARA JUNIOR *et al*, 2017).

Em nossa pesquisa, é válido tal operador, visto que tratamos de cadeias significantes que se inserem em elementos históricos em torno do HIV/Aids. Tais cadeias, em ambas as linhas de leitura propostas no capítulo anterior, se mostram repetitivas. A partir de tal operador conceitual, podemos pensar prescrições simbólicas e imaginárias, que se mostram estáticas, especialmente dado que as associações significantes que apontam tanto aos ideais culturais, quanto à doença, desde um momento inicial de paquera, ocorrem em um aplicativo voltado para homens. De forma que podemos, a partir de toda a conjuntura histórica, apostar em sentidos e significados operantes neste ambiente, como uma forma de prescrição discursiva, que reafirmaria elementos culturais em torno da homossexualidade, que se enlaçou com o HIV/Aids, conforme nosso percurso histórico.

Podemos, dessa forma, pensar em um Lugar Prescritivo que se configura na rede social *Scruff* que, em si, já parece apontar para um espaço em que prescrições de significados atrelados socialmente se inserem, dadas as repetições nos elementos, e, ainda, na forma como algumas das apresentações ocorrem e contém referências mais ou menos diretas ao HIV/Aids.

Além disso, é possível que se conjecture, a partir de um outro lugar, dados os elementos identitários recorrentes, com base, especialmente, nos termos que indicam respostas do outro no aplicativo e que parecem ocorrer na direção de manter elementos em torno do HIV/Aids em voga, podendo, em alguns casos, produzir cenas de difícil saída àqueles que respondem. Além disso, há alguns casos em que os usuários afirmam a opção por iniciar a conversa deste modo, visto que já foram ignorados no momento de revelação da sorologia.

Nesse sentido, apostamos neste operador de leitura com base nos seus três elementos base, visto que se tratam de antecipações e repetições que remetem a uma história em que parecem operar enredamentos discursivos. Nela, os significantes, em grande parte, se atrelam à medicina, no que tange ao HIV/Aids, tratando de medidas de prevenção e testagem, e que nos permite, mais uma vez, verificar tal discurso operante na e quanto à relação entre homens. O terceiro elemento, nos conduzirá ao final do capítulo, visto que se trata de algo vencido, de validade ultrapassada, em que consiste em nossa aposta, assim como dos autores (LARA JUNIOR et al, 2017). Trata-se das flexibilizações e subversão de tais operações discursivas, ao elucidá-las, na direção de permitir contradições naquilo que se mostra consistente.

Tal aposta, também está presente nos autores escolhidos para nosso percurso, de forma que retomamos Cunha (2021), que trata da subversão de identidades fixas na direção de maior escolha em termos de identificação para os sujeitos, menos engessadas em situações que parecem cada vez menos possibilitar alteridade, e a vida comum que esta pode engendrar. Isso, na direção de que, enfraquecidos tais enquadres, seja possível que se escutem os sujeitos antes destes.

Retomamos Rosa (2018) em sua leitura acerca da resistência às discursividades fixas com base na ética psicanalítica. A autora relembra que, desde a discussão de Antígona, Lacan aposta na subversão e na resistência a partir do homem comum, e não na figura idealizada do herói. A partir disso, afirmamos que em nosso trabalho, valorizamos as operações de resistência, algumas das quais apresentamos neste capítulo, como formas de demonstrar descontentamento com aquilo que parece ocorrer de forma naturalizada e recorrente. Além disso, frequentemente, verificamos a busca por “conhecer pessoas legais” ou “conversar” ou, ainda, a presença de diversos elementos e características a respeito de si, como “brincalhão”, “leve”, ou que dizem do que gostam “de praia”, “filmes”, assuntos em torno de signos de horóscopo, dentre outros elementos singulares a respeito de gostos particulares. Isso pode ser entendido, também, como formas singulares de se dizer, em detrimento das formas repetidas que verificamos, mesmo nos casos em que aparecem em conjunto com elas.

Ainda com base na autora, indicamos outras formas de resistência que nosso campo pode nos permitir apostar. Dentre elas, possivelmente, estão sujeitos que se apresentam inicialmente de formas aleatórias, ou que apresentam, por exemplo, perfis em branco. Julgamos válido apontar isso, pois, segundo Rosa (2018), a resistência se dá, também, naquilo que permite que se derrube a rigidez em torno de sentidos imagarizados e travados. Em outras palavras, apostamos que formas de resistências diversas já estejam ocorrendo, ainda que, dada sua limitação de desenho metodológico, nossa pesquisa não tenha podido vislumbrar.

Caminhando para a conclusão deste capítulo, que visou elucidar elementos éticos e clínico-políticos em torno de nosso percurso de campo, marcamos que o que foi discutido nesta pesquisa ocorreu com base em materializações que se mostraram em nosso campo. Foram elas que nos permitiram algumas elucidações e inferências em torno de seus fundos discursivos, ou, conforme Mezan (2019), latentes, para além daquilo que se mostra visível em campo. Buscamos problematizar alguns dos pontos que se mostraram em fixidez, que se repetiram, conforme Parker (2005), a respeito da análise de

discurso lacaniana. Porém, ressaltamos tratar-se de uma análise fragmentária que não tem nenhuma pretensão de dizer algo de um todo, nem algo que valha para todos, mas apenas algo se mostrou relevante em termos de laço social.

5. (IN)CONCLUSÕES

Caminhando para a finalização de nosso processo de pesquisa, apresentamos alguns delineamentos finais acerca do caminho percorrido. Neste momento, poderia ser esperado colocações conclusivas, porém, a partir do título escolhido, tomamos como posição não expor nenhum tipo de conclusão, mas, sim, realizar considerações acerca da impossibilidade em torno disso. Isso se dá, pois, retomando Mezan (2019), a pesquisa em Psicanálise deve se iniciar por um ponto escolhido pelo pesquisador, a partir do qual alguns desenvolvimentos e delimitações devem ser realizados, para que, dessa forma, se produzam hipóteses com base no arcabouço psicanalítico. É nesse ponto que este trabalho se encerra, a partir da tentativa de que algumas hipóteses se sustentem, sem a pretensão de obter nenhuma confirmação, ainda.

Nesse sentido, tratou-se de uma pesquisa acerca de um fenômeno discursivo: o enlace entre o HIV/Aids e a homossexualidade, especialmente quanto ao modo como este se mostra presente de forma evidente no laço social contemporâneo. Para tal, realizamos um apanhado geral que nos permitiu vislumbrar alguma materialidade em torno de tal fenômeno que se mostra multifacetado. Em um segundo momento, tentamos sustentar alguns dos aspectos em que julgamos que alguns recortes em torno da teoria psicanalítica poderiam contribuir com a questão. Isso ocorreu em concordância com Freud (1937/1996), que afirma que a Psicanálise pode favorecer construções a partir elementos que, a princípio, se mostram visíveis e fragmentários, na direção de alguma elucidação em torno destes.

Nosso trabalho se deteve neste ponto, tendo como objetivo alguma elucidação de elementos discursivos que sustentam a forma como a doença aparece na rede social, na relação entre sujeitos, de forma que, conforme o autor supracitado, apostamos que a validade de nossos achados possa ser posteriormente solidificada e ampliada, por meio de trabalhos futuros.

Dito isso, mantivemos em nossas análises diversas pontas soltas, pois escolhemos um caminho que privilegiou levantar algumas questões e possibilidades de leitura em torno do tema sem necessariamente respondê-las ou aprofundá-las neste momento. Nosso esforço se fez na direção de se inserir em um momento inicial de discussão de tal fenômeno à luz da Psicanálise, visto que encontramos poucos estudos que trataram a

questão por vias psicanalíticas. Trabalhamos na direção de construir uma discussão que possa alimentar debates nessa direção. Buscamos, assim, elaborar em um percurso que favorecesse a leitura de nosso trabalho por diversas áreas do saber e possibilitar debates, de modo que tentamos tratar alguns elementos da teoria psicanalítica da forma mais clara possível ao leitor.

Neste ponto da discussão, julgamos importante ressaltar que nosso trabalho se inicia em um fenômeno “palpável”, sobre o qual partimos para alguns desdobramentos possíveis. A respeito disso, retomamos uma fala de Lacan (1953/2005), em seu seminário chamado “o simbólico, o imaginário e o real”, em que diz “não é porque o analisável encontra o imaginário, que o imaginário se confunde com o analisável” (p. 21). Assim, nos valem do autor neste ponto de seu ensino no que tange à primazia de um sistema simbólico que estrutura formulações imaginárias.

A importância dessa questão constitui no nosso ponto de partida. Trata-se de algo visível em formulações aparentes nas redes sociais verificadas, de onde seguimos na direção de alguma elucidação dos discursos e dos elementos simbólicos e culturais em que tais materialidades podem estar se sustentando, visto que “um fenômeno só é analisável caso represente outra coisa que ele próprio” (p. 22). Isso se dá pois, conforme afirma o autor, toda relação analisável ocorre a três, incluindo o sistema simbólico, e em nossa leitura, também discursivo, que ali intermedia pela operação de um Outro. Em outras palavras, os encaminhamentos de leitura propostos ocorreram na direção de apontar, para além dos fenômenos que se repetiam em nosso campo, algo do Outro em sua matriz sociocultural que os possa estar sustentando.

Lacan, nesta ocasião, alude à forma como conversas cotidianas, apesar de parecerem “vazias” em um primeiro momento, apontam para elementos imaginários, informações e elementos narcísicos, em sua função de tentativa de reconhecimento. Tais elementos são decantados para que se inicie uma análise, em função de um sujeito em seu estatuto negativo, que privilegie a constituição de enigmas. Nesse sentido, apostamos que nosso trabalho possa aludir a algo a respeito da forma como tais delineamentos possam estar presentes em nosso campo de pesquisa, uma rede social de uso cotidiano. Para Lacan (1953/2005), o investimento libidinal narcísico – em nossa questão, inferido a partir da forma como os sujeitos se apresentam – tenta fazer com que o sujeito tente se valorar enquanto imagem no laço social, operação que ocorre inserida em um sistema simbólico específico, em um contexto.

Isso converge com Ferreira-Lemos (2018), que postula que as redes sociais podem esbarrar em elementos próprios da constituição do sujeito, permitindo-nos, ao averiguá-los, formular alguma elucidação. Em outras palavras, tentamos, ao partir de fenômenos e delineamentos imaginários que se repetiram em nosso campo, caminhar na direção de elaborar algo em torno de suas simbolizações e significações, em conformidade com o autor, em torno de elementos escolhidos para entrada no aplicativo. Vale dizer, aplicativos de paquera, conforme Miskolci (2017), configuram uma importante forma de relações entre homens no laço social contemporâneo.

Trata-se, então, de um trabalho que se constituiu com foco em escolhas subjetivas e produções textuais realizadas por sujeitos para entrada e apresentação virtual em torno de um detalhe, que poderia passar despercebido, mas que está presente na complexidade dos ambientes virtuais. Reafirmamos, não tivemos como objetivo analisá-los, mas sim averiguar elementos presentes em tais escolhas que apontassem para a forma como se referem a aspectos do laço social, em sua estruturação discursiva. Neste ponto se insere um ponto de limitação de nossa pesquisa. Dado seu delineamento, e até mesmo ao nosso tempo de percurso, não foi realizado nenhum tipo de contato com os sujeitos, de modo que nos atentamos àquilo que estava presente de forma pública.

Nesse expediente, verificou-se que algo dos delineamentos iniciais realizados sobre a materialidade se sedimentou em torno do enlace discursivo entre o HIV/Aids e a homossexualidade masculina, e, ao que nos parece, opera no ambiente social verificado. Por meio de algumas construções significantes presentes nos perfis iniciais que averiguamos, podemos inferir que tal materialidade ocorre em nosso lócus.

Foi possível vislumbrar a presença do HIV/Aids por meio de elementos presentes em torno da doença que parecem indicá-la em cena desde momentos iniciais de contato nas redes sociais em questão. A saber, nosso direcionamento se deu com base em duas dessas formações que elaboramos: 1) referências à doença, que ocorreu de forma mais ou menos direta, como a referência à prevenção e testagem desde momentos anteriores a diálogos; já na apresentação, associada a referências e ideais civilizatórios, como segurança e higiene, por exemplo. 2) aspectos que, em nossa leitura, se mostraram por meio de delineamentos identitários, como o HIV/Aids junto a “eu sou”, ou referências a este no lugar do nome, ou da imagem escolhida de si.

Com relação à prevenção, julgamos importante, mais uma vez, frisar que nossos questionamentos ocorrem com base na forma como a prevenção aparece, desde o contato inicial. Ou melhor, desde antes de qualquer contato, como uma antecipação, tornando o a doença como um dos elementos presentes nas relações e contatos desde o início, mantendo-a em foco. A isso, podem estar relacionados o horror e a moralização que, por sua vez, podem se associar às questões da prevenção, turvando-a (COSTA, 1992). Isso remete, também, às discursividades que ocorreram desde a irrupção do HIV/Aids na cultura. Elucidar tais elementos, a nosso ver, pode, inclusive, colaborar com as questões e possibilidades singulares de prevenção, em detrimento de tais cristalizações, geradoras de medo e respostas específicas à prevenção, que podem ocorrer a partir de tal cenário discursivo.

Dito isso, vale pontuar que as questões levantadas neste trabalho chamam a atenção por se evidenciarem em um ambiente voltado para encontro entre homens. Retomamos questões propostas desde a introdução. Em seu estudo acerca das relações entre homens nas redes sociais, Miskolci (2018), entende que as tramas discursivas produtoras de normas, segredos e dissidências, intensificam a questão da subcultura promovida em torno das relações entre homens nas relações virtuais. Para o autor, desde a popularização da internet e artefatos eletrônicos, a criação de bate papos voltados para homossexuais – e, depois, a criação de aplicativos – fornece um novo recurso para que esse público não interaja às luzes da norma, criando um espaço semelhante ao gueto.

A criação de aplicativos de paquera, apesar da sensação de segurança, favorece que as relações entre homens permaneçam em segredo e sigam algumas regras, movimento semelhante ao descrito por Perlongher (1987b) a respeito das vivências subculturais e suas tipologias. Com base nesse estudo, que aborda a expressão da “homossexualidade” e as relações em torno desta, julgamos que verificar este local discursivo é de grande relevância para perceber a maneira como o HIV/Aids aparece como um dos mediadores das relações entre homens.

Apostamos que, com base no percurso até aqui, elementos extraídos dos perfis iniciais tenham nos permitido verificar aspectos das construções históricas em torno do HIV/Aids enlaçado com a homossexualidade e, assim, apreender, na atualidade, algo a respeito do lugar cultural de onde tais sujeitos podem se apresentar, e com base em quais elementos. Tal aposta na busca por meio destes aplicativos ocorreu, também, dado o seu caráter de vitrine, e às diversas informações e tipificações solicitadas para a construção

dos perfis pelo qual sujeitos se apresentam no laço social, e à presença do HIV/Aids como uma dessas tipificações (BONFANTE, 2016; CATRINCK, 2019; COUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2013; FERREIRA; MISKOLCI, 2020). Ou seja, tendo em vista um local em que os sujeitos montem uma imagem de si a ser visualizada, com base em diversos elementos, como, por exemplo, a informação de posição sexual já presente nas tipificações espaciais e geográficas ou, mais especificamente para o presente trabalho, a forma como o HIV/Aids aparece.

Nossa pesquisa, então, nos permite questionar acerca de uma faceta discursiva da questão: estariam estas redes sociais operando como uma reatualização do gueto? O HIV/Aids, apesar de todos os avanços, ainda se mostra culturalmente relacionado à homossexualidade masculina? São perguntas pertinentes a serem endereçadas aqui, na direção de mantê-las em aberto. Nos próximos parágrafos, trataremos, brevemente, da maneira como os espaços em que agrupamentos homossexuais tomavam forma, e como, possivelmente, hoje, se reatualizaram em um contexto digital, porém, ainda com a questão da patologia e do desvio como um dos mediadores.

Costa (1992), em consonância com Fry (1982), expõe diversos lugares de onde sujeitos, capturados por noções disponíveis na cultura, se organizam em subculturas, referenciadas ao ideal sexual conjugal e reprodutivo que opera como ideal social. Conforme Foucault (1976/2018), a homossexualidade existe como um desvio deste ideal, fortalecido no século XIX. A produção de regras e lugares sociais ideais, tem a sugestão de desvios como algo inerente, de forma que estes podem ocorrer de maneira cultural, o que se reflete em espaços geográficos também. É a partir dali que toda a sexualidade desviante pode tomar expressão. Essa ideia está de acordo com Trevisan (2018), que coloca as práticas de relações entre homens como algo da ordem de um bode expiatório, promovendo locais de culpabilização em que, dentro das teias normativas, o sexo entre homens é silenciado e em outros momentos pode aparecer como um espetáculo.

Em consonância com essa ideia, Perlongher (1987) trata a questão dos espaços em que práticas dissidentes acontecem, privilegiando, por exemplo, o centro de São Paulo como um lugar privilegiado de fugas dos bons costumes. Para tais vivências de fuga, o autor faz uma longa descrição de diversos elementos que se fazem presentes ali. Dentre eles, a noção de que no interior destes espaços de escape da moral, uma série de tipologias se faz presente, de forma que, novamente, as vivências sexuais entre homens escapam à do amor romântico disponível discursivamente para casais entre homem e mulher. Passa-se, então, por um processo de identificação de papéis, como, por exemplo, a clássica

divisão entre “bicha”, que seria o homossexual com mais trejeitos femininos, e o “bofe”, que seria aquele mais masculinizado. Neste contexto, é possível perceber, novamente, uma reatualização da norma vigente. Em primeiro lugar, pois a vivência da dita homossexualidade se vê sujeita a tipologias, bem próximo das nosologias disponíveis pelo discurso médico. Em segundo lugar, pois a figura mais masculinizada se forma de maneira a ser mais valorizada.

Na perspectiva em que tratamos a questão, todo o movimento descrito até então ocorre dentro de uma cena discursiva e se mostra incidente em nosso campo, tanto a questão dos termos médicos aparentes, quanto outros aspectos e marcadores que se mostram mais ou menos valorizados, operantes diretamente naqueles que ali se relacionam. Esse ponto é importante, pois a guetificação das práticas entre homens em subculturas, que tomam inclusive um (não) espaço, favorece para que toda uma taxonomia criada e disponibilizada pelo discurso científico e moral se fortaleça, na direção da rigidez de uma identidade homossexual que ali funcionaria.

Nesse sentido, retomamos Cunha (2021b) e Rosa (2018), no que tange à aposta de que a Psicanálise deve olhar elementos e restos de outras discursividades operantes – no caso em questão, elementos da discursividade médica. Assim, se permite o questionamento das normatividades em vigor e operação, na direção de menor incidência de silenciamento e rigidez sobre os que culturalmente ali podem se posicionar, ou ser posicionados. Como visto em Perlongher (1987; 1987b), tipologias culturais e científicas fortalecem e dividem aqueles “homossexuais” em categorias, por exemplo, quanto às classificações sexuais ativo, duplo e passivo¹⁵. Tais classificações e tal lógica, se fortaleceram nos discursos científicos e morais com a irrupção do HIV/Aids, especialmente quanto aos agrupamentos iniciais em torno do risco.

Verificam-se elementos que giraram em torno da história de *uma* suposta homossexualidade em nosso campo ainda presentes de forma semelhante. Nisso, também inserido em uma história, se mostra evidente que o HIV/Aids ainda opere neste enredamento discursivo, como um de tais elementos, no laço social contemporâneo. Assim, a pesquisa realizada nos permite manter em aberto a hipótese de uma possível reatualização de elementos em torno do gueto em ambientes virtuais, em que a doença se faz presente nas relações ali estabelecidas. Finalizamos com esta questão, a ser aprofundada em trabalhos futuros.

¹⁵ Nesta tipologia, ativo é aquele que penetra o parceiro, passivo é aquele que é penetrado, e duplo é aquele que se disponibiliza para a prática das duas formas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. R. C. B.; Labronici, R. M. (2007) A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(1), 263-274. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100030>.

Altman, D. (1995) **Poder e comunidade**: respostas organizacionais e culturais à AIDS. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ABIA, IMS/UERJ.

Ambra, P. E. S. (2015) Gênero, Sexualidade e Política: para uma crítica psicanalítica da identidade. **Leitura Flutuante**. 7(1), 10-29. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/23755/17025>

_____. (2016) A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. **Periódicus**. 1(5), 101-120. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17179>

Askofaré, Sidi. (2009). Da subjetividade contemporânea. **A Peste: revista de psicanálise e sociedade**. 1 (1), 165-175.

Ayouch, T. C. (2015) **Psicanálise e homossexualidades: teoria, clínica, biopolítica**. Curitiba: CRV

Bacchini, A. M. et al. (2012) Reflexões sobre o inquietante de ser portador de HIV/Aids. **Tempo psicanal**. Rio de Janeiro. v. 44, n. 2, p. 271-284. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382012000200002&lng=pt&nrm=iso>.

Birman, J. (1994). Sexualidade: entre o mal e as maledicências. In: Loyola, M. A. **Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ/ Relume Dumará.

Bonfante, G. M. (2016) Erótica dos signos em aplicativos de pegação: performances íntimo-espetaculares de si. Rio de Janeiro: Luminária academia.

Calligaris, C. (1993) O indivíduo e a sociedade. In: Fleig, M. **Psicanálise e sintoma social**. São Leopoldo/RS: Unisinos.

Canguilhem, G. (1943/2002) **O normal e o patológico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Cardoso, J. M. C. et al. (2019) Imagem, corpo e linguagem em usos do aplicativo Grindr. **Psicologia USP**. v. 30. Doi:<https://doi.org/10.1590/0103-6564e180160>

Carrara, S. (2015) Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, 21(2), 323-345. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>

_____. (2016) A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu.** (47). Doi: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470017>

Castellani, M.M.X. (2014) **Contar ou não contar, eis a questão: um olhar psicanalítico sobre a experiência da revelação diagnóstica de HIV, em jovens infectados por transmissão vertical.** Dissertação (Mestrado em psicologia clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. (2020) **Uma escrita psicanalítica da experiência do diagnóstico médico e seus tempos subjetivos: revelação, identificação e nomeação.** Tese (Doutorado em psicologia clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Catrinck, M. (2019) Os “apps de pegação gay” e os estigmas sorológicos. In: **Assimetrias e (in)visibilidades: vigilância, gênero e raça.** VI Simpósio Internacional Lavits. Salvador/BA.

Ceccarelli, P. R. (2010) Acaso, repetição e sexualidade: como colocar “camisinha” na fantasia? In: Moreira, A.; Oliveira, P.; Piani, P. (Org.). **Cuidado e saúde: práticas e sentido em construção.** Belém: Paka-Tatu.

_____. (2013) A invenção da homossexualidade. In: Quinet, A.; Jorge, M. A. C. (Org.) (2013). **As homossexualidades na Psicanálise: Na história de sua despatologização.** São Paulo: Segmento Farma.

Cecilio, L. C. O. (2020) **O corpo recusado.** São Paulo: Hucitec.

Clavreul, J. (1983) **A ordem médica: poder e impotências do discurso médico.** Brasiliense: São Paulo.

Costa, J.F. (1992) **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. (1994) **A ética e o espelho da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco.

Cossi, R. K. (2018) Stoller e a Psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. **Estudos psicanalíticos.** Belo Horizonte, 49, 31-43. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 mar. 2020.

_____. (2019) Psicanálise e binaridade de gênero: um debate à luz da sexuação lacaniana. **Ágora.** 22(3), 309-318. Rio de Janeiro. Doi: <https://doi.org/10.1590/1809-44142019003006>

Couto, E. S.; Souza, J. D. F.; Nascimento. (2013) Grindr e Scruff: Amor e sexo na cibercultura. In: **Performances Interacionais e Mediações Sociotécnicas,** Simpósio em tecnologias digitais e sociabilidade. Salvador/BA.

Couto, W. et al (2016) Práticas sexuais em geolocalização entre homens: corpos, prazeres, tecnologias. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, 16(2), p. 169-193. Doi: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1621>.

Cunha, E. L. (2009) **Indivíduo singular plural: a identidade em questão**. Rio de Janeiro: 7Letras.

_____. (2021) **O político e o íntimo: subjetivação e política, do impeachment à pandemia**. Salvador: Editora Devires.

_____. (2021b) **O que aprender com as transidentidades: psicanálise, gênero e política**. Porto Alegre: Criação Humana.

Ferraz, D.; Paiva, V. (2015) Sexo, direitos humanos e Aids: uma análise das novas tecnologias de prevenção do HIV no contexto brasileiro. **Rev Bras Epidemiol**, 18(1), 89-103. Doi: 10.1590/1809-4503201500050007

Ferreira-Lemos, P. P. (2011) Navegar é fantasiar: relações virtuais e psicanálise. **PSICO**, 42 (1), 59-66. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/681532/patricia-do-prado-ferreira/>

_____. (2016) Amplificação do discurso do capitalista no sujeito e nos laços sociais digitais. **Psicanálise & Barroco em Revista**, 14(1), 1-5. Disponível em: https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2015/11/amplificacao_do_discurso_do_capitalista.pdf

_____. (2018) Entre olho e olhar: O gozo escópico no *facebook*. **Affectio Societatis**, Medellín, 15(28), 169-195. Disponível em: <http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/affectiosocietatis>

Ferreira, J.P.; Miskolci, R. (2018) O desejo homossexual após a AIDS: Uma análise sobre os critérios acionados por homens na busca por parceiros do mesmo sexo. **Cien. Saúde Coletiva**, 25(3), 999-1010. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020253.17202018>

Florence, J. (1994) As identificações. In: Mannoni, M. **As identificações na clínica e na teoria psicanalítica**. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

Foucault, M. (1966/2016) **As palavras e as coisas**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1969/2017) **A arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (1974-1975/2010) **Os anormais**. São Paulo: Martins fontes.

_____. (1976/2018) **História da sexualidade: a vontade de saber**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1976b/2018) **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1984/2000) O que são as luzes? In: Foucault, M. (2000). **Ditos e Escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (1984) Outros espaços. In: Foucault, M. (2011). **Ditos e Escritos III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Freud, S. (1892-1899/1996) Extratos dos documentos enviados a Fliess. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. I**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1895/1996) Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada neurose de angústia. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. III**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1900/1996) A interpretação dos sonhos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. IV**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1905/1996) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII**. Rio de Janeiro: Imago

_____. (1905b/1996) Fragmentos da análise de um caso de histeria. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1908/1996) Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. IX**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1909/1996) Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. X**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1910/1996) Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XI**. Rio de Janeiro: Imago

_____. (1915/1996) As pulsões e suas vicissitudes. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1916/2014) Os atos falhos. In: **Obras completas, v. 13**. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (1918/1996) História de uma neurose infantil. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVII**. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1920/1996). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII**, Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1921/2011) Psicologia das massas e análise do Eu. In: **Obras completas, v. 15.** São Paulo: Cia das Letras.

_____. (1923/2011) O eu e o id. In: **Obras completas, v. 16.** São Paulo: Cia das Letras.

_____. (1926/1996). Inibições, sintomas e ansiedade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XX,** Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1927/2014) O Futuro de uma ilusão. In: **Obras completas, v. 17.** São Paulo: Cia das Letras.

_____. (1930/2011) **O mal-estar na civilização.** São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras.

_____. (1932/1996). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXII,** Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1937/1996) Construções em análise. In: **Edição standard brasileira, vol. XXIII.** Rio de Janeiro: Imago.

Fry, P; McRae, E. (1991). **O que é homossexualidade.** São Paulo: Editora brasiliense.

Fry, P. (1982). Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para Inglês ver:** Identidade política na cultura brasileira (1982). Rio de Janeiro: Zahar. 87-115

Gonçalves, E. H.; Bandeira, L. M.; Garrafa, V. (2011) Ética e desconstrução do preconceito: doença e poluição no imaginário social sobre HIV/Aids. **Rev. Bioét.** 19(1), 159-178. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3615332550112011>

Gonçalves, V. F. et al (2016). Incentives and barriers to HIV testing in men who have sex with men in a metropolitan area in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, 32(5). Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00049015>

Green, J. N. (2019) **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** 2 ed. São Paulo: Editora Unesp.

Hacking, I. (2007). Kinds of people: moving targets. **Proceedings of the British Academy**, 151, 285-318. Doi: [10.5871/bacad/9780197264249.003.0010](https://doi.org/10.5871/bacad/9780197264249.003.0010)

Impagliazzo, F. (2021) **Promíscuo.** Bragança Paulista: Hecatombe

Lacan, J. (1949/1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: Lacan, J. (1998). **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1953/1998). Função e Campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: Lacan, J. (1998). **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1953/2005). O Simbólico, o imaginário e o real. In: **Nomes-do-pai.** Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1966/1998). A ciência e a verdade. In: Lacan, J. (1998). **Escritos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1953-1954/2009). **O Seminário, livro 1**: Os escritos técnicos de Freud. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1954-1955/2010). **O Seminário, livro 2**: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1957-1958/1999). **O Seminário, livro 5**: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1959-1960/2008). **O Seminário, livro 7**: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1960-1961/2010). **O Seminário, livro 8**: A transferência. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1961-1962/2003). **A identificação: seminário 1961-1962**. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.

_____. (1963-1964/1988). **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1969-1970). **O Seminário, livro 17**: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1970-1971/2009). **O seminário, livro 18**: de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lara Junior, N *et al* (2017) A contribution: on the ‘prescriptive place’ to Lacanian Discourse Analysis. **Annual Review of Critical Psychology**. Disponível em: <https://thedisourseunit.files.wordpress.com/2017/08/arcpnadirl.pdf>

Machado, R. (1981) **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

McIntosh, M. (1968). The homosexual role. In: Peter, M. N. & Schneider, B. E. (1998). **Social perspectives in lesbian and gay studies**. Londres e Nova Iorque: Routhledge.

Mezan, R. **As interfaces da Psicanálise**. (2019). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Miskolci, R. (2017). **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros online. São Paulo: Autêntica Editora.

Moretto, M. L. T. (2001) **O que pode um analista no hospital?** São Paulo: Casa do psicólogo.

Mountian, I.; Rosa, M. D. (2015). O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. **Psicologia USP**, 26(2), 152-160. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150001>

Oltamari, L. C.; Camargo, B. V. (2010). Aids, relações conjugais e confiança: um estudo sobre representações sociais. **Psicologia em Estudo**, 15(2), 275-283. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000200006>

Paiva, V. (2000). **Fazendo arte com a camisinha**. São Paulo: Summus.

Paiva, V. et al. (2015). The current state of play of research on the social, political and legal dimensions of HIV. **Cadernos de Saúde Pública**, 31(3), 477-486. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00172514>

Paiva, V.; Pupo, L. R.; Barboza, R. (2006). O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 40, 109-119. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102006000800015>

Paoliello, G. (2013). A despatologização da homossexualidade. In: Quinet, A.; Jorge, M. A. C. (Org.) (2013). **As homossexualidades na Psicanálise**: Na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma.

Parker, R. (2000). **Na contramão da Aids**: sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Editora 34.

_____. (2015). O fim da aids? **ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids**. Disponível em: <https://abiaids.org.br/o-fim-da-aids/28618>

Parker, I. (2005). Lacanian discourse analysis in psychology: seven theoretical elements. **Theory & Psychology**, 15(2), 163-182. Doi: [10.1117/0959354305051361](https://doi.org/10.1117/0959354305051361)

Paschoal, E. P. et al. (2014). Adesão à terapia antirretroviral e suas representações para pessoas vivendo com HIV/AIDS. **Escola Anna Nery**, 18(1), 32-40. Doi: <https://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20140005>

Pavón-Cuellar, D. (2010) Trabalho do Inconsciente e Mal-estar na cultura. **A peste**, 2(1), 45-67. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250612618>

Pelúcio, L. (2009). **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp.

Pelúcio, L e MISKOLCI, R. (2009). A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista latinoamericana**. 1, 125-157. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/133>

Perlongher, N. (1987) **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1987b) **O que é AIDS**. São Paulo: Editora brasiliense.

Plummer, K. (1981). Homosexual categories: Some research problems in labelling perspective of homosexuality. In: PETER, M. N.; SCHNEIDER, B. E. (1998). **Social perspectives in lesbian and gay studies**. Londres e Nova Iorque: Routhledge.

Porchat, P. (2013). Psicanálise, gênero e singularidade. **Revista FAAC**. 1,1, 195-202. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/135/60>

Queiroz, A. A.; Sousa, A. F. (2017) Fórum PrEP: um debate on line sobre o uso da profilaxia pré-exposição no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 33(11). Doi: [10.1590/0102-311X00112516](https://doi.org/10.1590/0102-311X00112516)

Quinet, A. (1993) **As 4 + 1 condições da análise**. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2012) **Os outros em Lacan**. Col. Passo a Passo. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2013) Homossexualidades em Freud. In: Quinet, A.; Jorge, M. A. C. (Org.) **As homossexualidades na Psicanálise: Na história de sua despatologização**. São Paulo: Segmento Farma.

_____. (2019) Homofobias psicanalíticas. In: DAQUINO, M. (Org.) **A diferença sexual: gênero e psicanálise**. São Paulo: Aller.

_____. (2021) **A política do psicanalista: do divã para a pólis**. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições.

Rodrigues, C. (2019) Identificação, identidade, identitário e alguns mal-entendidos. In: Cossi, R. K.; Dunker, C. I. L. (Org.). **Faces do sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente**. São Paulo: Aller.

Rosa, M. D. (1997). A psicanálise frente à questão da identidade. In **Anais**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO.

_____. (2018). **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/FAPESP.

Rossi-Barbosa, L. A. R. et al. (2014). “Ele é igual aos outros pacientes”: percepções dos acadêmicos de odontologia na clínica de HIV/Aids. **Interface: comunicação, saúde, educação**, 18(50), 585-596. Doi: [10.1590/1807-57622013.0160](https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0160)

Safatle, V. (2020) **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica

Santos, L. H. S.; Zago, L. F. (2013) Topologias dos corpos de homens gays: deslocamentos na produção de sensibilidades biopolíticas. **Nômadias**, (39), 137-151. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105129195010>

Sedgwick, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, (28), 19-54. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>

Seffner, F.; Parker, R. (2016). Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 20(57), 293-304. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0459>

Silva, L. A. V. (2009). Barebacking e a possibilidade da soroconversão. **Cadernos de saúde pública**, 25 (6), 1381-1389. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000600020>

_____. (2012). Redução de riscos na perspectiva dos praticantes de barebacking: possibilidades e desafios. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), 327-336. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326586010>

Simões, J. A. (2018). Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista latinoamericana**. 29, 313-339. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.15.a>

Simões, J.; Facchini, R. (2009) **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

Sousa, L. M. S.; Silva, L. S.; Palmeira, A. T. (2014) Representações sociais de caminhoneiros de rota curta sobre HIV/Aids. **Psicologia e Sociedade**, 26(2). Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200011>

Scruff: Gay Guys Worldwide (aplicativo online).

Stavrakakis, Y. (1999). **Lacan and the political**. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Soares, P. S.; Brandão, E. R. (2013). Não retorno de usuários a um Centro de Testagem e Aconselhamento do Estado do Rio de Janeiro: fatores estruturais e subjetivos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 23(3), 703-721. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000300003>

Soler, C. (2018). **Rumo à identidade**. São Paulo: Aller.

Sontag (1989). **A aids e suas metáforas**. São Paulo: Cia. das Letras.

Teshainer, M. C. R. (2006) **Psicanálise e biopolítica: contribuição para a ética e a política em Michel Foucault**. Porto Alegre: Zouk.

Tinder (aplicativo online).

Trevisan, J. S. (2018) **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva.

Trindade, R. (2018) **De dores e de amores: (re)construções da homossexualidade paulistana**. São Paulo: Annablume, 2018.

Weeks, J. (1981) **Sex, Politics and Society: the regulation of sexuality since 1800**. 3 Ed. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Zago, L. F. (2013) **Os meninos: corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Zambenedetti, G.; Silva, R. (2015). O paradoxo do território e os processos de estigmatização no acesso ao diagnóstico de HIV na atenção básica em saúde. **Estudos de Psicologia**, 20(4), 229-240. Doi: [10.5935/1678-4669.20150024](https://doi.org/10.5935/1678-4669.20150024)

Zucchi, E. M.; Paiva, V. S. F.; França Junior, I. (2013). Intervenções para reduzir o estigma da Aids no Brasil: uma revisão crítica. **Temas em psicologia**, 21(3), 1067-1087. Doi: [10.9788/TP2013.3-EE15PT](https://doi.org/10.9788/TP2013.3-EE15PT)

Zucchi, E. M. et al. (2018) Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia pré-exposição sexual ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, 37(7). Doi: [10.1590/0102-311X00206617](https://doi.org/10.1590/0102-311X00206617)